

Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Línguas e Linguística: Tradução e Ciências da Linguagem

Área de especialização | Ciências da Linguagem

Dissertação

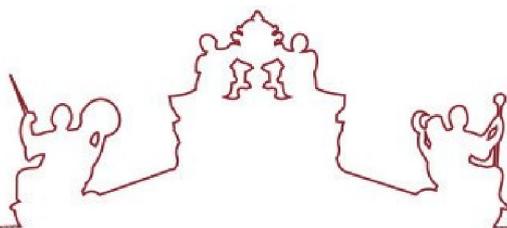
**Antroponímia: contributo para o estudo dos nomes próprios
em Angola**

Tunga Samuel Tomás

Orientadora | Maria João Marçalo

Évora, 2019





Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Línguas e Linguística: Tradução e Ciências da Linguagem

Área de especialização | Ciências da Linguagem

Dissertação

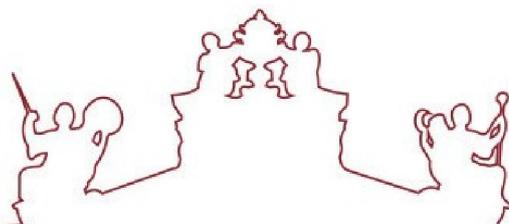
**Antroponímia: contributo para o estudo dos nomes próprios
em Angola**

Tunga Samuel Tomás

Orientadora | Maria João Marçalo

Évora, 2019





A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

- Presidente | Fernanda Ribeiro Gonçalves (Universidade de Évora)
- Vogal | Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)
- Vogal-orientadora | Maria João Marçalo (Universidade de Évora)

Évora, 2019



Dedicatória

Dedico o presente trabalho aos meus pais, Luyindula Tomás e Mankenda Maria, aos meus irmãos Inês Tomás (a primeira filha dos meus pais, aquela que considero como a segunda mãe), Elizabeth Tomás, Luyindula Toko Tomás, Tunga Miguel Tomás, Nsimba Madalena Tomás, Diogo Tomás e João Tomás, aos meus sobrinhos, ao Arnaldo Ndongala, enfim, a toda a minha família, aos meus amigos e aos meus colegas da Universidade com que formo outra grande família.

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado graças a muita gente que deu o seu subsídio para que conseguisse chegar ao fim, por isso gostava de agradecer a todos pelo apoio prestado.

Primeiramente, agradeço a Deus por me ter dado o fôlego e toda a força para que pudesse terminar a formação em Línguas e Linguística, como também por me ter mostrado mais uma vez a sua grandeza. À prof.^a Doutora Maria João Brôa Martins Marçalo, pelos seus bons ensinamentos e por aceitar orientar-me neste trabalho, como também pela mestria e sapiência que orientou esta dissertação. Estendo de igual modo os meus agradecimentos a todas as professoras que contribuíram para que este mestrado se tornasse uma realidade, tais como à prof.^a Doutora Ana Alexandra Silva, à prof.^a Doutora Ana Paula Banza, à prof.^a Doutora Maria Filomena Gonçalves, à prof.^a Doutora Maria do Céu Fonseca e à prof.^a Doutora Fernanda Gonçalves.

Agradeço à Comissão Multisectorial para a Rectificação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, com Vista à Sua Ratificação, especialmente à Dr.^a Ana Paula Henriques. Agradeço igualmente à doutoranda em Linguística na Universidade de Évora e professora na Universidade Católica de Angola, Jeanine Silveira, pela experiência académica que me tem transmitido e por ser mais uma mãe para mim.

Gostava também de agradecer à Direção do Complexo Escolar n.º 5056-Escolinha da Paz, à sua Diretora Irmã Elizabeth Chinassole, o Subdiretor Pedagógico Lucas Paulino Victorino e pela Subdiretora Administrativa Irmã Paulina Cassinda, aos pais e encarregados de educação dos alunos pela prontidão em preencher os inquéritos, como também agradecer aos professores da instituição pelo encorajamento.

Não gostava de me esquecer do apoio fornecido pela Igreja Católica, principalmente a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, na pessoa do Pe. Domingos Pestanas e pela Paróquia de Santa Ana, liderada pelo Pe. José Mateus, mais conhecido por Pe. “Zeca”.

Agradeço também ao Carlos dos Santos pelo apoio técnico prestado, principalmente pela criação da base de dados que serviu para fazer a tabela de ocorrências.

À minha amada Yamba Madalena Dinguidi Ambrósio, pelo carinho, amor e paciência por este tempo todo que fiquei ausente e ao Diogo Tomás, irmão que me deu muito suporte, ajudando-me a gerir certas coisas na minha ausência. Aos meus amigos que constantemente me deram apoio, também vão os meus agradecimentos. Sem me esquecer, também estendo os meus profundos agradecimentos à Igreja Evangélica Batista de Évora pelo suporte nos

momentos mais difíceis.

Enfim, a todos, mesmo aqueles que não tenha mencionado, o meu muito obrigado!

Resumo

O presente trabalho leva-nos a fazer um estudo sobre atribuição dos nomes próprios e seus significados. O estudo sobre antroponímia tem sido muito explorado tanto a nível mundial, como também em Angola de forma a perceber qual o modo em que algumas línguas nativas atribuem os nomes próprios e apelidos. O significado do nome também é muito explorado, principalmente em nomes atribuídos em línguas bantu, isto é, só para não falar também da legislação do país que tem um papel de orientar sobre como se deve atribuir um nome para não causar constrangimentos no momento do seu registo.

Os nomes próprios em Angola são atribuídos tendo em conta os fatores que envolvem a família, a sociedade em que o indivíduo está inserido, a história do país, a globalização, até mesmo o fator económico.

O nome próprio pode surgir de fontes históricas, normalmente bíblicas ou modernas. Os nomes próprios em Angola, muitas vezes, ligam-se à história do próprio país, das circunstâncias familiares e do convívio das línguas nelas existentes. As circunstâncias do nascimento de uma criança também constituem um motivo para se nomear desta ou daquela maneira.

Os nomes, por sua vez, devem ser bem selecionados e enquadrados de acordo com cada realidade ou cultura. Neste âmbito, com o presente trabalho pretende-se fazer uma abordagem sobre a situação antroponímica de Angola e a forma como são atribuídos os nomes próprios no país, principalmente em Luanda. O nosso principal objetivo é conhecer os significados dos nomes próprios e os contextos que influenciam nas suas atribuições.

Palavras-chave: antroponímia; nome próprio; lexicologia; atribuição de nomes; significado.

Abstract

Anthroponymy: Contribution to the study of proper names in Angola

This paper leads us to study the attribution of proper names and their meanings. The study of anthroponymy has been much explored both worldwide and in Angola in order to understand how some native languages give their first names and surnames. The meaning of the name is also widely explored, mainly in names given in Bantu languages, that is, not to mention also the legislation of the country which has a role in guiding how to give a name so as not to cause embarrassment at the time of registration. .

Proper names in Angola are given taking into account the factors that involve the family, the society in which the individual is inserted, the country's history, globalization, even the economic factor.

The proper name can come from historical, biblical or modern sources. First names in Angola are often linked to the country's own history, family circumstances and the coexistence of the languages there. The circumstances of the birth of a child also constitute a reason for naming this or that way.

Names, in turn, should be well selected and framed according to each reality or culture. In this context, the present work intends to make an approach about the anthroponomic situation of Angola and the way the proper names are attributed in the country, mainly in Luanda. Our main goal is to know the meanings of proper names and the contexts that influence their attributions.

Keywords: anthroponymy, proper name, lexicology, attribution of names, meaning.

Índice de figuras, tabelas e gráficos

▪ Figuras

Figura 1. Mapa da província de Luanda 18

Figura 2. Estado atual da cidade de Luanda na zona costeira..... 19

▪ Tabelas

Tabela 1. Dados gerais do Complexo Escolar n.º 5056 - Escolinha da Paz 26

Tabela 2. Grupos etnolinguísticos 33

**Tabela 3. Representação dos nomes próprios do ano de 1976 da Paróquia de Santa Ana
..... 85**

**Tabela 4. Representação dos nomes próprios do ano de 1986 da Paróquia de Santa Ana
..... 86**

**Tabela 5. Representação dos nomes próprios do ano de 1995 da Paróquia de Santa Ana
..... 87**

**Tabela 6. Representação dos nomes próprios do ano de 2005 da Paróquia de Santa Ana
..... 88**

**Tabela 7. Representação dos nomes próprios do ano de 2006 da Paróquia de Santa Ana
..... 89**

Tabela 8. Dados gerais de nomes próprios recolhidos na Paróquia de Santa Ana 90

**Tabela 9. Representação dos nomes próprios do ano de 2005 da Paróquia de Nossa
Senhora do Rosário..... 92**

**Tabela 10. Representação dos nomes próprios do ano de 2006 da Paróquia de Nossa
Senhora do Rosário..... 92**

Tabela 11. A grelha de recolha de dados 94

Tabela 12. Representação do número total de alunos da 8ª classe matriculados no ano letivo 2018	94
Tabela 13. Dados representativos dos inquéritos.....	95
Tabela 14. Atualização dos dados.....	97
Tabela 15. Representação de análise dos dados.....	99
Tabela 16. Alguns exemplos de nomes atribuídos por irmandade.....	102
Tabela 17. Ocorrência de nomes masculinos referente aos assentos de batismo da paróquia de Santa Ana.....	104
Tabela 18. Ocorrência de nomes femininos referente aos assentos de batismo da Paróquia de Santa Ana.....	105
Tabela 19. Ocorrência de nomes masculinos referente aos assentos de batismo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário.....	107
Tabela 20. Ocorrência de nomes femininos referente aos assentos de batismo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário.....	108
Tabela 21. Ocorrência de nomes masculinos inquiridos no Complexo Escolar n.º 5056	109
Tabela 22. Ocorrência de nomes femininos inquiridos no Complexo Escolar n.º 5056	110
Tabela 23. Nomes masculinos e seus significados	113
Tabela 24. Nomes femininos e seus significados.....	114
Tabela 25. Nomes masculinos e significados conhecidos pelos P/Enc.Ed.	116
Tabela 26. Nomes femininos e significados conhecidos pelos P/Enc.Ed	117
▪ Gráficos	
Gráfico 1: Percentagem dos nomes portugueses, nomes bantu e de nomes estrangeiros referente ao ano de 1976 da Paróquia de Santa Ana.....	86

Gráfico 2: Percentagem dos nomes portugueses, nomes bantu e de nomes estrangeiros referente ao ano de 1986 da Paróquia de Santa Ana.....	87
Gráfico 3: Percentagem dos nomes portugueses, nomes bantu e de nomes estrangeiros referente ao ano de 1995 da Paróquia de Santa Ana.....	88
Gráfico 4: Percentagem dos nomes portugueses, nomes bantu e de nomes estrangeiros referente ao ano de 2005 da Paróquia de Santa Ana.....	89
Gráfico 5: Percentagem dos nomes portugueses, nomes bantu e de nomes estrangeiros referente ao ano de 2006 da Paróquia de Santa Ana.....	90
Gráfico 6: Percentagem geral dos nomes portugueses, nomes bantu e de nomes estrangeiros referente à Paróquia de Santa Ana.	91
Gráfico 7: Percentagem dos nomes portugueses, nomes bantu e de nomes estrangeiros referente ao ano de 2005 da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário.....	92
Gráfico 8: Percentagem dos nomes portugueses, nomes bantu e de nomes estrangeiros referente ao ano de 2006 da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário.....	93
Gráfico 9: Dados gerais do inquérito realizado no Complexo Escolar n.º 5056 – Escolinha da Paz.....	96
Gráfico 10: Percentagem dos dados referentes aos elementos preenchidos na grelha de recolha de dados.....	100

Lista de siglas e abreviaturas usadas no trabalho

CC – Com Conhecimento

CRA – Constituição da República de Angola

CSS – Cascading Style Sheets (Folha de Estilo em Cascata)

DR - Diário da República

HTML - Hyper Text Markup Language (expressão inglesa que significa “Linguagem de Marcação de Hipertexto”)

IMEKK – Instituto Médio de Economia de Kilamba Kiaxi

LA - Línguas Autóctones

LM - Língua Materna

LNМ - Língua Não Materna

LP- Língua Portuguesa

LS - Língua Segunda

MYSQL - É um Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados que utiliza a linguagem SQL, que significa Linguagem de Consulta Estruturada (do inglês, *Structured Query Language*)

NP - Nome Próprio

PALOP - Países de Língua Oficial Portuguesa

P/Enc.Ed. – Pais ou Encarregados de Educação

PHP- Hipertext Processor (anteriormente era designado por Personal Home Page)

RDC - República Democrática do Congo

SC – Sem Conhecimento

Índice Geral

Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice de figuras, tabelas e gráficos	vi
Lista de siglas e abreviaturas usadas no trabalho	ix
0. Introdução	12
Capítulo I. Caracterização Geográfica da Província de Luanda: delimitação	16
1.1. A Província de Luanda e a sua evolução	17
1.1.1. O Município de Viana	22
1.1.2. Distrito urbano da Estalagem	24
1.1.3. Complexo Escolar n.º 5056 - Escolinha da Paz	25
Capítulo II. Fundamentação Teórica	27
2.1. A Língua portuguesa em Angola	28
2.2. Mudança e variação	34
2.2.1. Variação geográfica	35
2.2.2. Variação social e individual	38
2.3. Onomástica	39
2.3.1. Antroponímia	41
2.3.1.1. A Lexicologia e antroponímia	43
2.3.1.2. Antroponímia em Angola	47
2.3.1.3. A Semântica dos nomes próprios em Angola	53
2.3.1.4. O Nome próprio	60
2.3.1.5. O Nome próprio e a sua utilidade social	63
2.3.1.6. O Nome próprio e seus significados: os contextos	66
2.3.1.7. A Nomeação ou atribuição de nomes próprios	68

2.3.1.8. A Influência do meio social na atribuição de nomes	75
Capítulo III. Metodologia, Apresentação e Análise dos dados	78
3.1. Metodologia.....	79
3.2. Corpus.....	82
3.2.1. Constrangimentos ao trabalho.....	82
3.3. Apresentação e análise dos dados.....	85
3.3.1. A Paróquia de Santa Ana	85
3.3.2. A Paróquia de Nossa Senhora do Rosário.....	91
3.4. O Inquérito.....	93
3.4.1. Informantes.....	94
3.5. A Classificação dos nomes próprios.....	101
3.5.1. Origem e significado dos nomes próprios	102
3.5.2. Ocorrência de nomes próprios	103
3.5.3. Os Nomes próprios e os seus significados de acordo com as suas origens	113
3.5.4. Situação em que o nome próprio é atribuído e o significado conhecido pelo progenitor ou encarregado de educação	115
3.5.5. Nomes e significados conhecidos pelos P/Enc.Ed.....	116
Conclusão	119
Bibliografia	123
Outros Documentos	128
Anexos	129
Anexo n.º 1. Assento de batismo.....	130
Anexo n.º 2. Assento de batismo.....	131
Anexo n.º 3. Grelha de recolha de dados	132
Anexo n.º 4. Grelha de recolha de dados	133
Anexo n.º 5. Grelha de recolha de dados	134
Anexo n.º 6. Lei angolana da composição dos nomes n.º10/85.....	135

0. Introdução

Ó Hermógenes, filho de Hipónico, há um antigo provérbio que diz que as coisas belas são difíceis, quando se trata de aprender; e a aprendizagem dos nomes não será com certeza coisa pequena.

Sócrates

O presente trabalho intitulado *Antroponímia: contributo para o estudo dos nomes próprios em Angola* vem dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos nesta área em Angola. Dada a dimensão geográfica e etnolinguística do nosso país pretende-se fazer um enquadramento antroponímico à realidade da província de Luanda, delimitando o campo de análise à atribuição do nome próprio, que apesar de ser um assunto já abordado no âmbito da antroponímia em Angola, ainda muito há a dizer. Assim, o nome próprio é o elemento que se coloca em análise neste estudo, mesmo que venhamos a fazer pronunciamentos de um ou outro elemento que se acrescenta ao nome próprio, isto é, apelido ou sobrenome.

O estudo dos nomes tem sido muito desenvolvido no país no intuito de se perceber como as línguas de Angola procedem na atribuição de nomes próprios e apelidos. O significado do nome é muito explorado, principalmente em nomes atribuídos em línguas bantu, isto é, só para não falar também da legislação do país que exerce um papel importante de orientar como se deve dar ou atribuir um nome para não causar constrangimentos no momento do seu registo. Neste trabalho, aborda-se o nome próprio, o significado, a origem, a classificação ou composição, características e o contexto de atribuição do nome próprio.

Todo o homem tem um nome que o caracteriza ou o diferencia do outro ser da mesma espécie para que não seja confundido. Os nomes têm esta dimensão, a começar pelo nome próprio que se estende ao sobrenome ou apelido.

Os nomes não surgiram do nada, surgiram desde que ao homem foi atribuída a capacidade de nomear todas as coisas existentes no universo. Adão, de acordo com os ensinamentos bíblicos, foi o primeiro homem que habitou no nosso universo, isto é, (Génesis, 2.20). Ao ser-lhe entregue a capacidade de atribuir os nomes, passa a atribuí-los a cada elemento, seja ele animal, árvore, etc., mas para atribuir ou nomear as coisas, é preciso falar pelo menos uma língua. Certamente, ele falava uma língua, mesmo que não se saiba qual deve ter sido (Génesis, 3.10-12). A questão da atribuição dos nomes é também alvo de aturada discussão em *Crátilo* de Platão. E nessa obra é do legislador a competência de atribuir nomes (cf. Souza, 2010, p.89 & Dietzsch, 2007, p.48).

Falar e compreender uma língua torna-se muito importante ao nomear ou atribuir qualquer

nome. Atribuir nome a alguém sem saber o seu significado, nem sequer saber em que língua é que se atribui o nome, é aquilo que se pode considerar ou chamar de uma cegueira linguística e um atentado aos nomes. Os nomes, por sua vez, devem ser bem selecionados e enquadrados de acordo com cada realidade ou cultura. Tudo somado, quem atribui um nome a outrem, pelo menos, sabe os motivos que o levaram a atribuí-lo em detrimento de outro, ou melhor, por que é que o fulano se chama, por exemplo, Samuel e não António? Com esta pergunta de partida iniciamos a nossa pesquisa antroponímica, e as múltiplas respostas dadas pelos diferentes progenitores e encarregados de educação fizeram surgir outras, às quais, ao longo do trabalho de pesquisa tentaremos responder a fim de identificar ou contribuir com subsídios sobre aspetos do fenómeno antroponímico em Angola e concentrados nos nomes próprios, numa investigação que decorreu na província de Luanda, a capital do país. Eis as questões que nos colocámos e procuramos responder ao longo do desenvolvimento do trabalho:

- (1) Como é que são atribuídos os nomes próprios em Angola?
- (2) Quais são os significados dos nomes próprios em Angola?
- (3) Como é que são classificados os nomes próprios em Angola?
- (4) Como é que são atribuídos os nomes próprios pós-independência em Angola?

Os trabalhos de carácter científico devem apresentar certos objetivos a cumprir durante a investigação que desenvolvem. Para este trabalho, traçámos alguns objetivos que pensamos que foram atingidos ao longo da nossa investigação.

1. Objetivos gerais:

- a) Contribuir para uma descrição da situação antroponímica de Angola, especialmente dos nomes próprios.
- b) Conhecer os significados dos nomes próprios e os contextos que influenciam os progenitores ou encarregados de educação na atribuição desses significados.

2. Objetivos específicos:

- a) Identificar os significados etimológicos dos nomes próprios dos alunos do Complexo Escolar n.º 5056-Escolinha da Paz.
- b) Estudar os significados dos nomes próprios atribuídos pelos progenitores ou encarregados de educação.
- c) Comparar a etimologia dos nomes próprios com a atribuição dos significados conhecidos pelos progenitores ou encarregados de educação.

- d) Proceder à classificação dos nomes próprios de acordo com as suas atribuições.
- e) Verificar o contexto e a situação de que as famílias se servem para atribuir os nomes próprios em Angola em diferentes situações e culturas.

O trabalho foi desenvolvido em três partes, sendo que na primeira parte caracterizamos geograficamente a província onde o tema se delimita, a província de Luanda. De seguida, identificamos o município onde a recolha de dados foi feita e o inquérito que aplicamos no Complexo Escolar n.º 5056-Escolinha da Paz e, finalmente, fizemos uma resenha histórica da escola em causa.

Na segunda parte do trabalho, apresentamos as principais teorias antroponímicas que servem de base ao tema, destacamos a língua predominante na área em que a investigação decorreu e possíveis variações linguísticas. Destacamos ainda a importância que a lexicologia tem no nosso trabalho pelo seu papel na atribuição dos nomes.

A terceira parte do trabalho foi dedicada à metodologia e a todos os procedimentos metodológicos que foram utilizados no trabalho para se chegar à finalidade pretendida, isto é, desde a constituição do *corpus* até à sua apresentação e análise dos dados. O *corpus* do trabalho foi constituído por um inquérito feito no Complexo Escolar n.º 5056-Escolinha da Paz, na província de Luanda, no município de Viana. O material constituído por assentos de batismo fornecido pelas paróquias de Nossa Senhora do Rosário, em Viana e da paróquia de Santa Ana, no município de Kilamba Kiayi¹ serviu para alargar o nosso *corpus*. Tendo recolhido todo o material, passamos a trabalhar imediatamente o número total de alunos inquiridos, como também o número total de assentos recolhidos, repartidos em géneros masculino e feminino. Fizemos a análise de todo o *corpus* recolhido e a sua representação em dados estatísticos.

Por outro lado, procuramos representar alguns nomes e os seus significados de acordo com as suas origens, como também os significados conhecidos pelos pais ou encarregados de educação. Demos conta que, para os pais ou encarregados de educação, os significados etimológicos dos nomes atribuídos por eles não têm valor algum, na medida em que eles

¹ Em Angola, existe a lei 13/16, capítulo III, artigo 7º, que estabelece regras de grafias dos topónimos. No capítulo III, alínea 1 diz que os topónimos são escritos em língua portuguesa, seguindo a grafia latina. Na alínea 2, diz que os topónimos, nas demais línguas de Angola, são escritos em conformidade com as regras de grafia da língua correspondente, devendo ser certificados pelo Instituto de Línguas Nacionais. Esta lei não tem sido cumprida na totalidade, na medida em que tem sido alvo de muitas críticas pelos linguistas, como também pela sociedade civil. Se observarmos os últimos trabalhos desenvolvidos no país, como no estrangeiro não se verificam cumprimentos desta lei. Para nós, diante desta situação, preferimos seguir a grafia antes da promulgação desta lei e o exemplo de outros trabalhos produzidos depois dela. Portanto, caso haja necessidade, escreveremos os topónimos com os grafemas “k”, “kw”, “y”, etc. Caso citemos um autor e este escrever de acordo com a lei, procuraremos manter a grafia utilizada por ele.

associam os significados dos nomes dos seus educandos aos contextos ou momentos que antecedem os seus nascimentos. Isto significa que os contextos ou os momentos que antecedem o nascimento de uma criança, em Angola, são determinantes na atribuição do nome e do seu respetivo significado.

Com este trabalho, pretendemos contribuir de forma clara e objetiva para evidenciar o estado atual da antroponímia em Angola, principalmente sobre os nomes próprios.

Capítulo I. Caracterização Geográfica da Província de Luanda: delimitação

1.1. A Província de Luanda e a sua evolução

A província de Luanda, com sede na cidade de Luanda, compreende vários municípios: Luanda, Icolo e Bengo, Quiçama, Cacuaco, Cazenga, Viana, Belas, Kilamba Kiaxi e Talatona. Tem como limites geográficos o curso do Rio Bengo, desde a sua foz no Oceano Atlântico até à sua confluência na albufeira da Quiminha, até intercetar com a linha da divisão político-administrativa entre as províncias de Luanda e Kwanza-Norte. Esta é a linha da divisão político-administrativa entre as províncias de Luanda e Kwanza-Norte em direção a sul até à confluência do Rio Quitúmbua na albufeira da Quiminha (cf. DR. Lei 18/16 de 17 de outubro, artigo 67.º, p. 4073).

Figura 1. Mapa da província de Luanda



Fonte: https://www.google.com/search?rlz=1c1cHBD_pt-PTPT846PT846&q=Mapa+da+província+de+Luanda

Figura 2. Estado atual da cidade de Luanda na zona costeira



Fonte: https://www.google.com/search?rlz=1c1cHBD_pt-PTPT846PT846&q=Mapa+da+provincia+de+Luanda

O dia 25 de janeiro tem servido em todos os anos para se comemorar mais um aniversário da província de Luanda, porque é a data em que se lançou a pedra que deu a origem à cidade de São Paulo de Loanda. Após a libertação da ocupação holandesa, em 1648, passou a chamar-se Cidade de São Paulo de Assunção de Loanda. Desde o século XX passou a chamar-se cidade de Luanda.

A cidade de Luanda foi fundada pelo navegador português Paulo Dias de Novais no ano de 1576. Luanda, contornada pela baía do mesmo nome, tem à sua frente a Ilha, que dá o nome à cidade que também se chama Ilha do Cabo. Lembra-se que Paulo Dias de Novais, neto do navegador português Bartolomeu Dias, segundo Fernandes e Ntondo (2002, p. 101), chegava à Ilha de Loanda um ano antes da sua fundação, isto é, no dia 11 de fevereiro de 1575.

Os primeiros habitantes da Ilha de Luanda foram os axiluanda que foram seguidos depois por descendentes do Reino do Ndongo e, mais tarde, pelos congoleses vindos do Reino do Kongo, que dominava a Ilha de Luanda, e fundiram-se com os dois primeiros grupos étnicos. Os axiluanda tomaram contacto com os portugueses vindos do Reino do Kongo, que se fixaram na Ilha de Luanda nos finais do século XV, conforme afirma Fernandes (2007, p. 16).

O povo axiluanda constitui hoje um grupo étnico Ambundu e está disperso pelo litoral de Luanda. Foi um povo sedentário que dividia a sua atividade entre a pesca e o preparo das

redes e outros ofícios.

Os axiluanos mais os portugueses constituíram os principais pilares para o surgimento da população da capitania de Luanda. Esta fusão faz nascer um terceiro grupo que teve surgimento importante na época. Tratava-se da classe dos mestiços.

Os dados disponíveis sobre a população de Luanda, de acordo com Fernandes (2007, p. 19), no ano de 1773 rondava cerca de 1595 pessoas, das quais 983 escravos repartidos pela freguesia da Nossa Senhora dos Remédios e pela Freguesia da Sé Catedral e 612 militares portugueses. Os portugueses da elite, os mais prestigiados, eram 251, sendo 214 do sexo masculino e 37 do sexo feminino. Em 1846, a cidade de Luanda passou a ter 5.600 habitantes. A cidade de Luanda teria uns 15.000 em 1910 e cerca de 30.000 em 1923 e 50.000 em 1930, como argumenta Mourão (1996, pp. 65 - 68).

Em 1575 Paulo Dias de Novais estabeleceu-se na Ilha de Luanda. Vendo que o local não oferecia a segurança necessária passou para a terra firme em 1576, um ano depois da sua chegada à Ilha de Luanda. Escolheu o Morro de São Miguel para se instalar, onde atualmente se encontra o Museu das Forças Armadas. Iniciou-se a edificação de uma pequena povoação e a pequena fortaleza de Taipa, que os governadores transformaram em cidade de São Paulo de Assunção de Loanda, depois a cidade de Luanda (cf. Fernandes, 2007, p. 2). Foi na encosta do morro a que chamaram de São Miguel que construíram a igreja de São Sebastião e o antigo palácio do Bispo e outras construções, com o objetivo de abrigarem a comitiva portuguesa. Mais tarde, as construções começaram a ser estendidas no cume que se situa desde o local onde hoje se encontra o Museu das Forças Armadas Angolanas até às imediações do atual Palácio da Cidade Alta. Esta área conhecida como Cidade Alta albergou os edifícios destinados à administração dos poderes político, religioso, bem como a algumas residências para os senhores da aristocracia. A capitania tinha uma outra área que a complementava. Tratava-se da área que viria a ser a Cidade Baixa, que para além de moradias se encontrava a zona comercial da população.

Vinte e nove anos depois da sua fundação, isto é, em 1605, a capitania de Luanda ganhou foro de cidade pelo considerável aumento dos seus edifícios e habitantes.

O alargamento da zona urbana de Luanda foi correndo lentamente no decorrer dos séculos. Após a fundação da cidade no ano de 1576, a área urbana ocupava uma zona limitada pela fortaleza de São Miguel, pelo Convento de São José (dos Franciscanos), onde hoje está o Hospital Central Josina Machel - Maria Pia, pelo Convento de Nossa Senhora do Carmo e pela Capela da Nazaré, junto à praia da Baía.

Em 1641 os holandeses invadiram e ocuparam a cidade de Loanda cujo soberania só foi

recuperada em 1648, depois de uma intervenção militar oriunda do Brasil e comandada por Salvador Correia. Libertada a cidade, de acordo com Fernandes (2007, p. 22), o governador português mandou ocupar as fortalezas das margens dos rios Kwanza e Bengo em poder dos holandeses. Depois da reconquista da cidade de Loanda aos holandeses muitos deles ainda continuaram a residir em Loanda, integrando-se na comunidade portuguesa as suas atividades. Segundo Fernandes (2007, p. 22), a afirmação anterior pode corresponder com a verdade, na medida em que há, entre a população atual, nomes de origem flamenga que já se encontram nos documentos e publicações referentes àquele tempo como, por exemplo, Von-Haff e Van-dúnem.

No morro em que hoje está o Museu das Forças Armadas estabeleceu-se a primeira capitania em volta da qual se fundou uma povoação a que se deu o nome de São Paulo de Loanda, sendo o primeiro edifício, a igreja que se dedicou a S. Sebastião.

Segundo Fernandes (2007, p. 33), alguns historiadores admitem que a capitania de Loanda tenha sido fundada no dia de Natal, 25 de dezembro de 1575, mas outros inclinam-se para o dia 25 de janeiro de 1576, festa da Convenção de São Paulo, o que se sustenta pelo nome que recebeu.

Luanda foi inicialmente mais um acampamento de soldados empenhados na conquista do interior onde se localizavam as minas de prata e das joias preciosas. Em 1577 foi criada uma outra povoação na margem direita do Rio Kwanza com o nome de S. José de Calumbo, que hoje passou a ser chamada simplesmente Calumbo.

O fundador da cidade de Luanda e conquistador português, Paulo Dias de Novais, faleceu em Massangano entre 6 e 9 de maio de 1589. Morto, Paulo Dias de Novais, foi sepultado mesmo em Massangano, sendo mais tarde os seus restos mortais exumados e trasladados para a cidade de Luanda, na Ilha do Cabo, local onde começou a fixação portuguesa, conforme descreve Fernandes (2007, p. 35).

A cidade alta, localizada no terraço continental, funcionava como ponto de referência à apropriação do espaço, quer para os africanos, quer para a sociedade colonial. Era na cidade alta que se achavam as residências de pessoas de alta esfera política, militar e eclesiástica. Em relação ao número de habitantes, a cidade alta era menos representativa do que a cidade baixa. Fernandes (2007, p. 59) apresenta um número total de 251 habitantes, sendo 73% africanos que socialmente não viviam sob influência da civilização europeia. Na cidade baixa encontravam-se casas rodeadas de amplos quintais, onde os escravos eram retidos enquanto aguardavam o embarque para paragens totalmente desconhecidas.

Hoje em dia, Luanda conta com uma área de aproximadamente 24.651 km², é a capital do

país e a maior cidade de Angola, embora seja a província de Angola com menor extensão territorial. Luanda localiza-se na costa do Oceano Atlântico e é lá onde está instalado o principal centro administrativo do país. Atualmente tem uma população de 6.945.386 habitantes, por ter registado uma migração das populações de quase todos os pontos do país como consequência da guerra civil que assolou Angola durante muito tempo. A população atual da cidade de Luanda, de acordo com os resultados definitivos do Censo Populacional realizado no país em 2014, representa uma percentagem de 27% da população total do país, que coloca a cidade, ou, se preferir, a província como a mais populosa de todo o território nacional, conforme o Instituto Nacional de Estatística (2016, p. 32). A língua predominante é o português, uma vez que o kimbundu tenha sido colocado em segundo plano por causa das questões políticas, económicas e da própria diversidade linguística e do fluxo populacional por ser uma língua com menor número de falantes na capital do país. Luanda pertence ao grupo etnolinguístico ambundu, que tem como língua o Kimbundu, língua que raras vezes é falada por aquela sociedade, principalmente pelos jovens que a consideram como a “língua dos velhos”. Kimbundu pertence ao grupo das línguas bantu faladas no país e apresenta as suas próprias características, como afirma Miguel (2014, p. 32).

1.1.1. O Município de Viana

O município de Viana, com sede em Viana, tem como limites geográficos o troço da Avenida Deolinda Rodrigues, desde o ponto em que é intercetada pela Rua da Soki na parte Este do Quartel do Grafanil e seguido em direção Este até ser intercetada pela Rua da Emissora conhecida por (Gamek), (conforme o Decreto Lei n.º 18/16 de 17 de outubro, artigo 78º, p. 4083). No artigo 78º, a Lei n.º 18/16 estabelece o número de comunas e distritos que compõem o município de Viana, tais como: a comuna do Calumbo, e os distritos urbanos de Viana, Estalagem, Baía, Kikuxi, Zango e Vila Flor, isto é, o município de Viana está composto, de acordo com a lei acima referida, por uma comuna e seis distritos urbanos.

Viana é uma cidade e município da província de Luanda. Tem 1.344 km² e cerca de 1.605.291 habitantes. A população é jovem, cerca de 47% tem menos de 15 anos. Somente 1,5% tem 65 anos ou mais. Há mais mulheres do que homens. A proporção de crianças vulneráveis é de 31,2% dos quais 12,5 são órfãos ou separadas de pai ou mãe. A principal razão da migração das populações foi a guerra que representa 53,8%, mas apenas 15,4% manifesta a pretensão de regressar às áreas de origem².

É interessante notar-se que entre o homem e a mulher de tribos ou grupos étnicos diferentes

² Dados fornecidos pela Administração Municipal de Viana em agosto de 2018.

contraem matrimónio, percebem-se nas variadas línguas bantu, e de qualquer jeito utilizam as expressões de língua portuguesa. Uma família possui geralmente mais de quatro filhos. O homem pode ter mais de uma mulher e procriar fora do casamento.

Viana é limitado a Norte pelo município de Cacuaco, a Este pelo município de Icolo e Bengo, a Sul pelo município da Kissama e a Oeste pelo Oceano Atlântico e pelos municípios de Talatona e Kilamba Kiaxi. O município foi fundado no dia 13 de dezembro de 1965 e é constituído por seis (6) distritos urbanos, uma comuna, uma Secretaria Geral e 19 Direções Municipais.

A posição geográfica de Viana em relação à capital da província e das extensas planuras dos seus terrenos está a transformar-se numa possante zona industrial. Várias indústrias já têm aqui as suas instalações fabris e muitos outras se preparam para seguir o exemplo.

Devido à sua proximidade com a cidade de Luanda, Viana tem verificado nos últimos anos um crescimento muito acentuado da sua população residente e das indústrias instaladas. O nome do município de Viana nasceu de um simples lugar ermo, onde foram assentes carris do caminho-de-ferro, na confluência do rumo para Calumbo, Bom Jesus e Catete, sentido de drenagem dos produtos que demandavam do Kwanza em direção ao Porto de Embarque de Luanda.

Durante largos anos, apenas conhecido por km 21, apeadeiro do caminho de ferro de Luanda-Catete, mais tarde, viria a adotar o nome de um velho agulheiro chamado Viana que naquele mesmo lugar acabou os seus dias em modesta casa de madeira que, como estação, serviu-lhe também de residência, entre cajueiros e matebeiros. Assim, o lugar passou a chamar-se Viana, sem formalidades de qualquer ordem, mas apenas por desígnio dos caminhantes que cruzando a região de comboio ou de carro acabaram por implantar ou fixar esse nome, legando à posteridade. Mais tarde, o Diploma Legislativo n.º 2.049 de 1948 classificou este lugar de povoação comercial, integrando-o no Posto Administrativo de Alcântara do Concelho de Luanda.

Por portaria n.º 9.585 de 19 de dezembro de 1956, assinada pelo então governador-geral Horácio José de Sá Viana Rebelo, o antigo apeadeiro de Viana, já com uma população flutuante oriunda de Calumbo, do Bom Jesus, de Catete e de Botomona, das Margens do Kwanza e do Bengo, de Cacuaco e de Luanda, passou à sede do Novo Posto Administrativo de Viana, integrado na área do Antigo Concelho de Luanda em dois departamentos: o do Concelho de Luanda que passara a abranger a área essencialmente urbana da cidade de Luanda e o outro, o da circunscrição administrativa de São Paulo, compreendendo as áreas dos Postos da Sede, Barra do Kwanza, Belas, Boavista, Cacuaco e Viana.

Pelo Diploma Legislativo n.º 3.042, de 11 de maio de 1960, foi criada a Circunscrição Administrativa de Viana, adjacente ao foral de Luanda, que só começou, efetivamente, a funcionar em 28 de outubro. Com a criação do Posto Administrativo de Belas, por Portaria n.º 12.388 de 15 de setembro de 1962, a Circunscrição passou a ter uma área de cerca de 1.820 km², com os Postos Administrativos de Sede, Barra do Kwanza, Belas e Cacuaco. Por portaria n.º 13.735, de 27 de março de 1965, a antiga Circunscrição de Viana ascendeu a Concelho e nele foi instituída uma Comissão Municipal com a composição estabelecida pelo artigo 511.º da então Reforma Administrativa Ultramarina. Por portaria n.º 14.061, de 13 de dezembro de 1965, que altera a decisão administrativa da província, o Posto Administrativo de Cacuaco foi desanexado do Concelho de Viana, passando a constituir um novo concelho com sede na povoação de Cacuaco.

Finalmente, por portaria n.º 14.062 de 13 de dezembro de 1965, a Comissão Municipal de Viana e outras congéneres foi elevada à categoria de Câmara Municipal, cuja área, nos termos do artigo 1.º do Diploma Legislativo n.º 3.590, de 11 de dezembro de 1965, passou a coincidir com a área do Concelho.

1.1.2. Distrito urbano da Estalagem

O distrito urbano da Estalagem, com sede em Estalagem, tem como limites geográficos o troço da Avenida Deolinda Rodrigues, desde o ponto em que é intercetada pela rua da Soki na parte Este do muro do Quartel do Grafanil, seguindo em direção Este, até ser intercetada pela rua da Emissora (Gamek). Esta rua até intercetar a rua das Bananeiras, o troço desta rua para Norte até intercetar à Estrada da Conduta 600 mm. O troço desta estrada até ao viaduto no riacho Mulenvos: curso do riacho para montante até ao segundo afluente. O curso deste afluente para montante até à passagem hidráulica da estrada, o troço desta estrada para Oeste até ser intercetada pela rua das Madres, o troço desta para Sudoeste até ao muro de vedação da Estação de Comboio da Comarca de Viana, deste muro fletindo para o Oeste até à passagem superior sobre a linha férrea, desta passagem um alinhamento até à interceção da rua da Comarca na Avenida Deolinda Rodrigues. O troço desta avenida para Oeste até intercetar a rua da Suave (defronte à ponte do km 14b) desta rua para sul até intercetar a estrada Camama/Viana; o troço desta estrada para Oeste até ser intercetada pela rua da Bakita; o troço desta rua para Noroeste até intercetar a rua projetada; esta rua para Norte até intercetar a rua do Kapolo II; o troço desta rua para Oeste até à interceção da rua Soki na parte Este do Quartel do Grafanil; o troço desta rua para Norte até intercetar o eixo da Avenida Deolinda Rodrigues, (cf. Lei 18/16 de 17 de outubro, artigo 79.º, alínea c, p. 4084).

1.1.3. Complexo Escolar n.º 5056 - Escolinha da Paz

O Complexo Escolar n.º 5056-Escolinha da Paz situa-se numa área marcada por muita carência ao nível económico e social, na rua da Cociap, no final da entrada do Coelho, distrito urbano da Estalagem, município de Viana, província de Luanda. Insere-se no território da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário Km 9/A. A Escolinha da Paz é uma escola do Ensino Primário, do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Secundário³.

O Complexo Escolar n.º 5056 - Escolinha da Paz pertence à Congregação das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena (Instituição da Igreja Católica), fundada em 1997 para responder à situação que se vivia naquela altura, um período muito difícil para as famílias em Luanda que acolhiam os seus parentes vindos do interior de Angola, refugiando-se da guerra que assolava o país. No ano de 1997 a Escolinha da Paz funcionou, numa primeira fase, debaixo das árvores, posteriormente, em tendas até que em 1998 a Sonangol e os seus associados patrocinaram a construção da escola, fizeram a entrega do primeiro edifício que fez com que a instituição arrancasse com o Ensino Primário. No ano de 2000 terminou a construção dos outros edifícios e avançou-se com o 2.º e o 3.º níveis (uma linguagem usada no Sistema Educativo Angolano extinto no ano letivo 2010). A partir daí começou a história do Ensino e Educação na Escolinha da Paz com um projeto pensado para as crianças, adolescentes e jovens mais carenciados.

De 2014 a 2016 começou-se com o processo de reformulação e aumento de nível (2.º Ciclo do Ensino Secundário) na Escolinha da Paz, tendo em conta as necessidades da comunidade onde está inserida a escola e também a nova orientação do Ministério da Educação sobre o cadastramento das escolas.

Em 2017, a Escolinha da Paz foi reformulada e passou a ser designada por Complexo Escolar n.º 5056- Escolinha da Paz, de acordo com o Decreto Executivo Conjunto N.º 267/017 de 7 de novembro, na alínea número 1, com os seguintes dizeres: “é criado o Complexo Escolar N.º 5056 “Escolinha da Paz”, sita no município de Viana, província de Luanda, com 27 salas de aula, 54 turmas, 2 turnos, com 36 alunos por sala e capacidade para 1.944 alunos”. Vejamos os dados gerais do Complexo Escolar representados na tabela n.º 1.

³ O Primeiro Ciclo do Ensino Secundário corresponde à 7.ª, 8.ª e à 9.ª classes, enquanto que o Segundo Ciclo do Ensino Secundário corresponde à 10.ª, 11.ª e à 12.ª classes, que podem ser estendidas até à 13.ª classes, em função do curso.

Tabela 1. Dados gerais do Complexo Escolar n.º 5056 - Escolinha da Paz

Ano letivo 2018

Ensino Primário					
Classe	N.º de Turmas	N.º de Alunos		N.º de Professores	Observação
		MF	F		
Iniciação	3	89	46		
1º Classe	2	75	36	Professores: 17 Professoras: 6	Um professor em vias de reforma.
2º Classe	3	101	46		
3º Classe	3	105	58		
4º Classe	4	143	83		
5º Classe	4	132	70		
6º Classe	3	106	60		
Total	22	750	400	23	1
I E II CICLOS DO ENSINO SECUNDÁRIO					
Classe	N.º de Turmas	N.º de Alunos		N.º de Professores	Observação
		MF	F		
7ª	8	261	157	Professores: 28 Professoras: 24	Dois professores em vias de reforma.
8ª	8	283	150		
9ª	9	301	165		
10ª	2	54	33		
Total	27	899	505	52	2
N.º Total de Alunos			1649		
N.º Total de Professores			75		
ADMINISTRATIVOS					
Designação	N.º de Pessoal	Necessidades			Observação
Secretárias	2	Professores para o Ensino Primário: 5			Cinco (5) auxiliares de limpeza e três (3) seguranças estão enquadrados.
Auxiliares de Limpeza	15	Professores para o I e II Ciclos: 3			
Seguranças	5	Seguranças: 7			
Contínuo	1	Auxiliares de Limpeza: 10			

Capítulo II. Fundamentação Teórica

2.1. A Língua portuguesa em Angola

A língua portuguesa em Angola inicia a sua história com a chegada dos portugueses ao território angolano em 1482, numa expedição marítima chefiada por Diogo Cão, surgindo à foz do rio Kongo e marcava, assim, o início dos primeiros contactos entre os angolanos e os portugueses. Nessa altura, estabeleceu-se uma aliança entre o reino de Portugal e o reino do Kongo.

Tal como o processo de latinização foi imposto aos portugueses pelos romanos, a língua portuguesa também resultou do processo de imposição o que não aconteceu só em Angola, mas também noutros países colonizados pelos portugueses, hoje designados PALOP⁴.

Em Angola, apesar de a imposição do português ter sido forte, os angolanos não perderam as suas línguas autóctones da família bantu⁵. A manutenção das suas línguas bantu fez com que permanecesse uma multiplicidade de línguas em Angola, devidamente localizadas e muito bem caracterizadas, apesar de serem línguas ágrafas devido à política colonial (cf. Miguel, 2014, p. 13). Isso fez com que a situação linguística em Angola se equiparasse com outros territórios do mesmo continente que conseguiram manter as suas línguas, mesmo com grandes explorações e domínios coloniais. Mas, é bem verdade que a língua portuguesa é a mais difundida no país pelos motivos que se apresentam a seguir:

A par das línguas africanas, o português, língua europeia imposta durante a colonização, é a que apresenta maior difusão territorial, não obstante não ser dominada por muitos angolanos. Esta língua tem um carácter multifuncional, quer dizer, é utilizada como língua intranacional (na actividade quotidiana dos órgãos do Governo, incluindo o ensino) e internacional. O estatuto que lhe foi conferido ocorre a troca das vantagens de não se ferirem sensibilidades a manutenção ou estabelecimento do diálogo com o exterior. (Miguel, 2014, p. 13)

Embora o português seja falado a nível nacional, ainda há muitos angolanos a viverem em Angola sem conhecerem este sistema linguístico, principalmente a população que vive nas zonas rurais, isto é, fora das principais capitais provinciais.

Depois da saída dos portugueses do país, fruto da luta pela liberdade nacional que começou nos anos 60 e teve o seu fim com a independência de Angola no dia 11 de novembro de 1975, houve uma necessidade de se escolher uma língua que servisse como a principal ou língua agregadora no meio de muitas línguas. Escolheu-se estrategicamente a língua portuguesa, isto por razões óbvias, como a língua unificadora do povo angolano. Uma escolha que segundo

⁴ Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

⁵ Família linguística de origem de povo bantu que tem a sua origem no Sul dos Camarões e que se espalhou na África Central e Sul deste continente.

muitos foi muito bem selecionada, por dar continuidade à língua portuguesa, evitando assim uma rutura se se fizesse uma escolha que recaísse numa língua autóctone, como afirma Banza (2014, p. 32) que, ao mesmo tempo, viria a dignificar a tal escolha ou o tal ato que segundo a autora representa um decisivo ato de política linguística.

[...] numa perspectiva estritamente lógica e pragmática, não teria qualquer viabilidade, uma vez que a diversidade étnica associada à diversidade linguística dificilmente permitiria escolher uma língua em detrimento de outras. Já o português, sendo maioritariamente língua segunda de todos, surgia como uma opção neutra, além de ser a única que permitiria à nação angolana a projecção e relacionamentos internacionais essenciais ao desenvolvimento de uma nação jovem. Assim, a opção pelo português como língua oficial de Angola, colocando o interesse nacional à frente de qualquer preconceito nacionalista foi, neste sentido, um primeiro e decisivo acto de política linguística. (Banza, 2014, p. 32)

Em Angola, a língua portuguesa não é necessariamente uma língua materna, mas nos últimos tempos tem crescido e cada vez mais está a ser a língua materna de muitos angolanos nascidos principalmente na capital do país. Para muitos, ou mesmo para a maior parte, ela é língua segunda. Tem o estatuto de língua oficial, a que é utilizada na administração, no ensino, na imprensa, assim como nas relações com o mundo exterior (Teyssier, 1994, p. 94).

A língua portuguesa tornou-se oficial em Angola a partir da independência, mas, na verdade, é uma fruto de uma imposição que já se registava desde a época colonial, sendo ela a língua do ensino, da comunicação social e de muitos ou mesmo de todos os atos oficiais. Tudo isto veio a confirmar-se na altura da independência, dando primazia à língua portuguesa e mantendo-se a relação com a variedade europeia, embora tivesse motivos para tal, em função da situação linguística do país no exato momento e da projecção política que o país ansiava, como diz Miguel:

A opção linguística do Governo Angolano, desde a independência, transformar a LP em instrumento de unidade nacional, impondo-a como obrigatória nos sectores mais actantes: no sistema educativo (como veículo de transmissão e como matéria de ensino), na informação, no sistema judicial e jurídico, na administração pública em geral. (Miguel, 2014, pp. 16-17)

Continuando a abordar os aspetos relacionados com a LP depois da independência, a autora acima citada concorda com Banza (2014, p. 32) quando afirma que “a multiplicidade de línguas nativas justificava a adoção de uma língua comum, uma língua de maior distribuição territorial em Angola e que o argumento para esta opção não se situava no âmbito linguístico, mas no político” (Miguel, 2014, pp. 16-17). As línguas autóctones, mesmo que nenhuma delas tenha sido designada como língua oficial, mantêm-se firmes, reconhecidas e

valorizadas no seu estatuto de línguas de Angola (cf. CRA, 2010, p. 11, art. 19, al. 2). A posição que o português ocupa no território angolano não pode fazer com que, em momento algum, as outras línguas com que coabita sejam afastadas da sociedade, como diz T. M. Costa (2013, p. 11) “o facto de o português ser a única língua na administração e no sistema educativo não devia levar à marginalização das línguas nacionais por constituírem um património histórico cultural de extrema importância para os angolanos”. As línguas angolanas de origem bantu foram, durante muito tempo, desprezadas em detrimento da língua portuguesa que em função da política linguística funcionava como a única língua de que a população tinha de se servir para se comunicar, assim, tentando excluir integralmente outras línguas encontradas.

A língua portuguesa não era dominada pela maioria dos habitantes no país, na medida em que os colonos embora quisessem civilizar os angolanos à moda europeia, não tinham um sistema educativo inclusivo, onde todos os cidadãos pudessem ir à escola e aprender o português. Havia limitações e muitos angolanos, devido a estas limitações, o interior do país, principalmente, ficaram sem se beneficiar do português, como afirma Banza (2014, p. 34) “é sabido que tal imposição não foi nunca acompanhada por um ensino forte, que levasse a língua portuguesa a todo o território, verificando-se que, sobretudo no interior, o padrão europeu nunca teve força suficiente para se impor”. Isto, na opinião de Miguel (2014, p. 15), foi “outro obstáculo que frenava o êxito e a difusão da LP”. Por estes motivos, até à altura da independência, 85% dos angolanos eram analfabetos e não falavam o português, porque esta língua só era adquirida, essencialmente, nas instituições escolares, como afirmam (Miguel, 2014, p. 16 & T. M. Costa, 2013, p. 25).

A situação da LP que se caracterizou até aqui poderia ter mudado, se o Governo Angolano tivesse contratado professores portugueses para que fortificassem o seu quadro de pessoal e não da forma que o fez, contratando uma comitiva de professores de diversas nacionalidades (cubanos, búlgaros, congoleses, zairenses (habitantes do atual RDC), alemães, russos, vietnamitas, jugoslavos, etc.) que para Miguel (2014, p. 22) não tinham domínio da LP, língua de ensino e, por sua vez, os cubanos que constituíam a cooperação mais numerosa raramente chegavam a falar o português.

Essa situação foi-se ultrapassando pouco a pouco quando o processo das migrações começou em massa em Angola devido à guerra civil que assolava o país durante muito tempo. Ao longo deste período, havia muita movimentação de pessoas do interior do país para a capital, na medida em que a luta armada era mais forte no interior. Deste modo, a população que não falava o português sentia-se obrigada a adaptar-se nas zonas onde o português circulava com

muita força. Assim, passou a haver muita gente a falar o português devido a estas deslocções, mas também, ao mesmo tempo, a própria língua portuguesa passava a ser a língua materna de muitas crianças que nasciam naquele contexto. O fator guerra civil em Angola teve uma grande influência no que tange à veiculação da língua portuguesa (LP) como língua oficial e da própria aquisição da LP como língua materna e língua segunda (doravante, LM e LS).

A situação da LP, face às questões acima levantadas, viria a tomar um rumo totalmente diferente em pouco tempo do que em longos anos da permanência portuguesa e da sua cultura, que se baseava essencialmente na imposição da LP. A língua portuguesa viria a tornar-se a LM de muitos angolanos que se deslocavam do interior do país em direção às zonas onde não havia tumulto. O português, como tinha o estatuto de língua oficial, sobrepôs-se às línguas autóctones, na medida em que tinham-no para se comunicar, como também a língua do ensino, administração pública, etc., e as gerações que nasciam tinham-na como a língua materna. Como as línguas autóctones (LA) ou africanas não tinham expressão nenhuma, os pais esforçavam-se para que os filhos adquirissem a cultura e a língua do colonizador, para terem espaço na vida social (cf. Miguel, 2014, p. 14). Hoje em dia, a LP passou a ser a LM de muitos jovens, que, possivelmente, pode vir a ser, nos próximos tempos, a LM de quase toda a população, porque até já é a língua materna de um número muito elevado de angolanos, como diz Banza (2014, p. 33) “Ultrapassando a situação da LP como língua estrangeira, ela perfila-se hoje como língua oficial e como língua materna de um número progressivamente crescente de angolanos”.

A LM é a primeira língua a ser adquirida por uma criança e é considerada, na maior parte dos casos, como sendo a língua adquirida, não necessariamente aprendida num contexto familiar. A língua em que, aproximadamente até aos cinco anos de idade, a criança estabelece a sua primeira gramática que depois vai reestruturando e desenvolvendo em direção à gramática dos adultos da comunidade em que está inserida. A LM não pode ser entendida ou encarada como sendo, necessariamente, a língua da mãe. Adquirir a LM significa desenvolver capacidades para identificar, falar, ouvir, compreender a língua do meio onde estiver inserido. O ser humano pode ser considerado como um animal linguístico pela sua natureza, e nos primeiros dias depois do seu nascimento adquire, pelo menos, uma língua. Segundo Sim-Sim et al. (1997, p. 15), “a língua materna é uma língua natural que os seres humanos adquirem espontaneamente, com incrível rapidez e uniformidade, pelo contacto com a comunidade em que passam os primeiros anos de vida, passando a usá-la criativamente como locutores, interlocutores e ouvintes”. Para Spinassé (2006, p. 5), a LM não é necessariamente a língua

da mãe, nem a primeira língua que se aprende, mas é a língua que aprendemos primeiro e em casa, através dos pais. Também é frequentemente a língua da comunidade.

A referida autora (Spinassé), em linhas gerais, caracteriza a LM como uma combinação de vários elementos ou factores que se devem considerar e são aspetos decisivos para se definir uma LM, quando diz,

De forma geral, contudo, a caracterização de uma língua materna como tal só se dá se combinarmos vários factores e todos eles forem levados em consideração: a língua da mãe, a língua do pai, a língua dos outros familiares, a língua da comunidade, a língua adquirida por primeiro, a língua com a qual se estabelece uma relação afetiva, a língua do dia-a-dia, a língua predominante na sociedade, a de melhor status para o indivíduo, a que ele melhor domina, língua com a qual ele se sente mais a vontade. (Spinassé, 2006, p. 5)

A língua materna é a língua nativa de uma criança que aprende a dizer as suas primeiras palavras. Esta é a primeira língua aprendida por uma pessoa para poder comunicar e é, como regra geral, a que melhor se conhece e se entende tanto na fala como na escrita.

Por outro lado, a LS, normalmente, tem sido a língua oficial usada no ensino e noutros contextos. Ela pode ser definida como sendo sinónimo de LNM, ou qualquer situação de ensino, aprendizagem ou de uso de LNM. Segundo Spinassé (2006, p. 5), a aquisição de uma LS dá-se quando o indivíduo já domina em parte ou totalmente a sua LM, ou melhor, quando está numa situação avançada de aquisição da sua LM. A LP em Angola é adquirida pelas condições avançadas por Spinassé, e é sem dúvidas uma segunda língua para muitos angolanos, como dito anteriormente.

Na coexistência de várias línguas no país, muitos angolanos não têm o português como língua materna ou primeira, mas têm-na como a língua segunda como se referiu anteriormente. Isto significa que, o contacto com a língua portuguesa começa com a idade escolar, isto é, a partir dos seis anos ou em idade pré-escolar. Essas crianças sofrem o preconceito linguístico, principalmente se forem estudar nos centros urbanos. As línguas bantu faladas em Angola têm interferência no português falado, por exemplo, na língua kimbundu não existem os fonemas vibrantes /r/ e /R/ e, por sua vez, quando esses falantes pretendem realizar estes sons fazem uma troca ou lateralizam pelo fonema /l/. Ora, veja-se o exemplo:

rato [ˈRatu] # [ˈlatu]

/R/ > /l/

Para além do kimbundu, falam-se mais seis principais línguas bantu em Angola: umbundu (umbundo), kikongo (quicongo), cokwe (tshócue), ganguela (nganguela) e kwanyama (cuanhama), mas em “Rupturas Estruturais do Português e Línguas Bantu em Angola”, uma

tese defendida por A. F. Costa (2006, p. 47) diz-se que as línguas de maior difusão de origem bantu em Angola são apenas seis e coexistem com a LP.

São seis os sistemas linguísticos autóctones de maior difusão de origem bantu, com os quais coexiste a língua portuguesa, embora como se afirmou, nenhum deles tenha alcançado o estatuto de uma língua supra-regional, ou seja, de língua falada em toda a dimensão do território nacional: quicongo, quimbundo, umbundo, choque, mbunda e cuanhama. (A. F. Costa, 2006, p. 47)

Para além destas principais línguas referidas por A. F. Costa (2006, p. 47), muitos investigadores falam da existência de vinte línguas, outros ainda de mais de trinta línguas. São dados que se devem confirmar ao longo de estudos de investigação científica que aqui não referenciamos. Mas, de acordo com Fernandes e Ntongo (2002, pp. 41-57), os povos bantu angolanos calculam-se entre 90 a 100 grupos etnolinguísticos e estão agrupados em nove (9) grandes grupos. Encontramos nesses nove grandes grupos nove línguas diferentes. Eis os grupos etnolinguísticos e as suas principais línguas:

Tabela 2. Grupos etnolinguísticos

Grupo Etnolinguístico	Língua
Tucokwe	Cokwe
Ambunda	Kimbundu ⁶
Bakongo	Kikongo
Vangangela	Ngangela
Ovanyaneka-Nkhumbi	Olunyaneka
Ovahelero	Oshihelelo
Ovakwanyama	Oshikwanyama
Ovimbundu	Umbundu
Ovandonge	Oshindonga

⁶ Kimbundu é a língua que se fala fundamentalmente em Luanda, para além das províncias do Bengo, Malanje, Kwanza - Norte e uma parte do Kwanza – Sul e nas zonas fronteiriças Sul da província do Uíge e Zaire.

2.2. Mudança e variação

A mudança linguística relaciona-se com as evoluções de uma língua ao longo do tempo. Falar da questão do tempo é estar diante da diacronia, palavra que vem do grego, “dia+kronos” = tempo (Ferreira, Carrilho, Lobo, Saramago & Cruz, 1996, p. 480). A mudança linguística pode ser considerada como qualquer alteração ou mesmo modificação que uma língua pode sofrer na sua estrutura ao longo do tempo. De acordo com Marçalo (1994, p. 93), “dado que as línguas mudam sem cessar, consideramos que qualquer descrição que ignore essa dinâmica é deformante, não refletindo a imagem da língua real”. A variação linguística caracteriza-se por ser sincrónica, uma palavra que também vem do grego, onde *syn* significa “simultaneamente” e *khronos*⁷ que significa “tempo”, isto é, variação da língua que se verifica ao mesmo tempo.

A variação linguística é um processo que pode ser considerado comum e natural de uma determinada língua, é, portanto, um conjunto das diferenças de realização linguística falada pelos locutores de uma mesma língua. A variação é um fenómeno que acontece com um determinado grupo social, numa época e lugar que não é idêntica em outra época e espaço social.

A língua, sendo ela viva, costuma mudar através dos tempos. As mudanças que vão ocorrendo numa determinada língua não são e nem podem ser consideradas como aperfeiçoamentos de uma língua, porque a língua falada hoje não é melhor ou pior que a de tempos atrás. As línguas mudam ao longo dos tempos e o processo das suas mudanças é contínuo. Segundo Marçalo,

Uma língua muda porque funciona. O sistema existe em movimento, ou seja, não há contradição entre sistema e mudança. A língua é algo vivo e como tal transforma-se sem cessar, não deixando jamais de desempenhar a sua função principal, a de ser um instrumento de comunicação. As línguas não são nem estáticas nem homogêneas. As mudanças são explicadas dentro do funcionamento da língua. A própria estrutura de uma língua é um aspecto do seu funcionamento, sendo qualquer mudança estrutural marca evidente da alteração efectiva. As relações das unidades e suas modificações no interior de um sistema são determinadas por factores funcionais. (Marçalo, 1994, p. 90)

Se considerarmos a língua falada, veremos que ela não é homogênea, mas heterogênea, por causa, em princípio, das diversidades sociais, históricas, culturais, políticas, geográficas e económicas, que vão, em cada dia que passa, influenciar o modo de falar ou de viver a língua de cada população. Daí, à variação linguística não escapar nenhuma língua viva que se fale

⁷ Cf. Dicionário da Língua Portuguesa. (2015). Porto Editora, p. 1469.

no planeta. Coan e Freitag (2010, p. 192) afirmam que “o estudo da heterogeneidade sistemática da língua possibilita o entendimento das diferenças linguísticas condicionadas por diferentes espaços geográficos, comunidades, classes sociais, faixas etárias, níveis de formalidade, entre outros”. A língua ou as línguas variam no tempo, nos espaços geográficos e sociais incluindo a situação em que o falante se encontra. As variações linguísticas podem ser assinaladas na sintaxe, fonética e fonologia, semântica, léxico e morfologia. Cada região pode apresentar uma forma diferente de pronunciar certos vocábulos, mas também pode usá-los de uma forma diferente de outras regiões cuja língua seja a mesma, havendo casos de a mesma palavra ter conotações semânticas diferentes. Por exemplo, em Angola o que se conhece por “farinha musseque⁸”, em algumas zonas do Brasil conhecem-na como “farofa⁹”. A variação no espaço é objeto de estudo da geografia linguística ou geolinguística e da dialetologia.

A língua portuguesa que evoluiu do latim, ao longo dos tempos, teve uma difusão considerável ao nível mundial. Ela foi expandida no continente africano, asiático e americano. Em Portugal, o português falado em Coimbra e em Lisboa constitui a variedade de prestígio e tida como “o melhor”, por isso constitui a Norma Padrão do Português. As outras variedades faladas em outras regiões, “aquelas que tiveram menos sorte¹⁰”, não têm, em muitos casos, a mesma forma na oralidade do português ou das variedades que constituem a norma padrão como referimos anteriormente. Internamente, a língua portuguesa, em Portugal, tem as suas diferenças que se notam principalmente em termos fonéticos. Essas diferenças que se verificam em Portugal notam-se também de uma forma visível no português falado noutros continentes, por exemplo, em África, especificamente, em Angola.

2.2.1. Variação geográfica

A variação linguística é um fenómeno que acontece com a língua e pode ser compreendida por meio das variações históricas e regionais. Num mesmo país, com uma língua, seja ela materna ou oficial, a língua pode sofrer diversas alterações feitas pelos seus utilizadores. Como a língua não é um sistema fechado e imutável, pode ganhar diferentes formas. Por exemplo, o português que tem estatuto de língua materna em Portugal não é falado da mesma forma em todo o território português, embora, em muitos casos, as diferenças não sejam

⁸ Alimento feito de mandioca que normalmente era produzido nas zonas rurais, daí o nome farinha de musseque ou simplesmente farinha musseque. Musseque representa “zona rural”.

⁹ É a mesma coisa dizer “farinha musseque”, mas, por exemplo, alguns cariocas (Brasil) chamam-na ou conhecem-na por este nome “farofa”.

¹⁰ Uma expressão que o professor e grande dialetólogo português Lindley Cintra usava recorrentemente.

enormes. Por exemplo, o português que se fala no Porto tem algumas características no âmbito fonético-fonológico que o português que se fala em Lisboa não tem. A consoante correspondente ao grafema «v» é substituída pela consoante correspondente ao grafema «b», assim, em palavras como **vaca**, **vinho**, obtemos “**baka**” [ˈbaka] e “**binho**” [ˈbiɲu], diferentes de [ˈvakɑ] e [ˈviɲu]. O mesmo caso de variações fonéticas acontece no português falado no Brasil, Angola, Moçambique, etc.

Variações geográficas ou diatópicas são as variações ocorridas em razão das diferenças regionais. Segundo Ferreira et al. (1996, p. 480), “quando a variação está relacionada com fatores geográficos, diferentes usos da língua em regiões diferentes, fala-se em variação diatópica que do grego *topos*, significa “lugar” ou geolinguística ou ainda dialectal”. Os autores acima mencionados ainda afirmam que (p. 480) “a fala utilizada em diferentes regiões possui características próprias” e atribuem à dialetologia a tarefa de descobrir e descrever, tentando identificar áreas mais ou menos coesas e determinar fatores que levaram à sua formação. Esta matéria será abordada, mais ou menos com profundidade, logo no ponto a seguir intitulado “variação social e individual”.

As variações acontecem porque o princípio fundamental da língua é a comunicação, logo é compreensível que os falantes usem a língua de acordo com as suas necessidades comunicativas. As diferentes formas de falar devem ser consideradas como variações e não como desvios, muito menos **erros**. Quando se trata a variação como **erro**, incorre-se em preconceito linguístico que associa, erroneamente, a língua ao estatuto social. O português falado em algumas zonas de Angola, principalmente nas zonas menos favorecidas (zonas rurais), por exemplo, no município de Viana¹¹, é estigmatizado e tido como o português dos incultos, dos menos escolarizados. Mas é preciso saber que as diferenças que esse português apresenta tornam a língua mais rica.

Na verdade, os critérios de classificação de um dialeto são fundamentalmente o critério de compreensão mútua e a existência de um *corpus* comum, por exemplo, obras literárias comuns. Isto significa que, de uma ou outra forma, os falantes conseguem comunicar um com o outro. Se olharmos para as diferenças que o português europeu ou mesmo do Brasil apresenta em relação ao português de Angola, obviamente diremos que são muitas, tanto ao nível fônico, lexical como semântico. Mesmo assim, a comunicação flui normalmente e sem grandes preocupações.

No caso concreto, o português falado em Angola coabita num território multilingue, onde a

¹¹ Um dos municípios mais populosos da província de Luanda, entretanto constitui a zona onde se encontra a instituição de ensino que serviu como o nosso grupo alvo para a aplicação do inquérito.

influência de outras línguas se nota facilmente. Em Luanda, capital política e económica do país, tem-se registado multiplicidade cultural, uma cidade muito movimentada onde se nota todo o tipo de nacionalidades, a língua também é vista de uma maneira diferente. Ora vejamos, nessa cidade há enorme circulação de chineses, malianos, costa-marfinenses, senegaleses, congolezes, franceses, dinamarqueses, enfim, muitas nacionalidades com diferentes línguas. Esses povos, ao levarem as suas culturas linguísticas para um país multilingue como Angola, quando pretendem falar o português, cada um, de acordo com as dificuldades que vai encontrar, por exemplo, ao nível fónico, pronuncia as palavras ao seu modo, isto é, com a influência da sua língua materna, originando desta maneira mais uma forma de se falar (pronunciar) o português, que, por sua vez, acaba por ser mais uma forma de fazer o uso do português em Angola. Por exemplo, hoje em dia, é comum ouvirmos, em Luanda, as expressões “**cabrité**, **frangoté**, **boité**¹²”, etc., expressões (neologismos) que surgiram com a implementação de comercialização de carne assada ou grelhada em algumas ruas da cidade capital por parte dos malianos e congolezes da RDC.

Luanda é mesmo um verdadeiro centro ou zona de confluência de várias línguas, povos e culturas onde se encontra todo o tipo de nacionalidades, e deve dizer-se que é uma cidade que está em constante expansão. A cidade, desde a altura da sua fundação até mais ou menos os anos 70 e princípios ou mesmo nos meados dos anos 80, era pouco habitada, registando, apenas, um número elevado no centro da cidade. Ao falar desta cidade, não se pode deixar em parte a sua língua kimbundu que constitui uma das línguas da família bantu mais faladas de Angola. Kimbundu é uma das línguas que fornece muitos empréstimos ao português.

Deve referir-se que a língua dos ambundu, que se fala em Luanda, Malanje, Bengo, Kwanza Norte e uma parte da província do Uíge e Zaire entra em contacto com o português, contacto este que surge da relação dos utentes das duas línguas, com influências repartidas, principalmente, ao nível lexical e fonético. Fala-se de palavras como: **cota**¹³, **imbambas** (no singular kimbambas), **minhoca**, etc. **kota** em kimbundu é um tipo de bebida alcoólica muito forte que só os mais velhos consomem. Termo que passou para o português “**cota**” e significa mais velho, adulto, pessoa adulta. **Imbambas** em kimbundu significa **coisas**, termo que passou para o português com o mesmo sentido e significado.

As variações linguísticas dependem de fatores específicos, tais como condição social, faixa etária, diferenças existentes entre uma região e outra, etc. Logo, as variações podem ser:

¹² Expressão que se utiliza ao fazer referência à carne de vaca cozida num forno a lenha de tambor. A carne de cabrito chama-se cabrité e de frango, frangoté.

¹³ Vocábulo que sofreu transfiguração gráfica, na medida em que em Kimbundu se escreve “kota”.

diafásicas ou psico-emocionais, diatópicas ou geográficas, diastráticas ou socioculturais. Nós aqui priorizamos a variação diastrática ou sociocultural, quer dizer, a variação social ou individual, às quais iremos referir-nos.

2.2.2. Variação social e individual

A variação social ou/e individual é aquela que ocorre em virtude da convivência entre os grupos sociais. Está relacionada a fatores sociais como, por exemplo, sexo, idade, grau acadêmico, etnia e à profissão. As sociedades são divisíveis por grupos e cada grupo identifica-se com uma forma própria de falar ou comunicar. Nessas sociedades linguísticas encontramos diferenças, primeiramente, em termos de espaços socioculturais que cada grupo ocupa, isto é, há uma parte que reside nas zonas urbanas e outra nas áreas ou zonas consideradas rurais. Em segundo lugar, temos de considerar o gênero (sexo), a idade, o nível de escolaridade e a classe socioeconômica. Nas áreas urbanas a variedade da língua que é falada difere muito daquela que se fala nas zonas rurais, onde podemos encontrar expressões como “é nós”, por exemplo, em oposição à forma padrão “somos nós”. Para estudar melhor estas matérias, a sociolinguística que se ocupa da variação social, que também é considerada como variação diastrática, esclarece com mais precisão. Esta questão é ainda fundamentada por Ferreira et al. (1996, p. 480) quando dizem que “a fala utilizada em diferentes regiões possui características próprias. A Dialectologia é a disciplina que as procura descobrir e descrever, tentando identificar áreas mais ou menos coesas, assim como determinar os factores que levaram à sua formação”.

Continuando a falar sobre o assunto, os mesmos autores Ferreira et al.(1996, p. 480) avançam com a seguinte afirmação:

O homem vive integrado numa sociedade, a qual tem a sua hierarquia, a sua organização própria, os seus grupos. Cada um destes grupos sociais (etários, socioprofissionais, etc.) possui códigos de comportamento que o diferenciam dos demais e permitem, dentro do grupo, a identificação mútua. O modo de falar faz parte desse conjunto de códigos. A este tipo de variação linguística, relacionada com factores sociais, costuma chamar-se variação diastrática (do grego *stratos*, camada, nível) ou variação social. Cabe à Sociolinguística estudar este tipo de variação, tentando estabelecer correlações entre variáveis sociais e fenómenos linguísticos.

A sociolinguística é o estudo da língua no seu contexto social. A língua, segundo Coan e Freitag (2010, p. 175), não é propriedade do indivíduo, mas da comunidade. Ainda de acordo com as mesmas autoras (p. 175),

A teoria da variação e mudança linguística (também chamada sociolinguística

quantitativa ou Laboviana) tem como objetivo de estudo a variação e mudança da língua no contexto social da comunidade de fala. A língua é vista pelos sociolinguistas como dotada de “heterogeneidade sistemática”, fator importante na identificação de grupos e na demarcação de diferenças sociais na comunidade. O domínio de estruturas heterogêneas é parte da competência linguística dos indivíduos.

As variações linguísticas acontecem porque vivemos em sociedades complexas, onde estão inseridos diferentes grupos sociais. Nesses grupos, alguns tiveram acesso à educação formal, enquanto outros não tiveram muito contacto com a norma culta ou padrão da língua. A língua varia de acordo com as suas situações de uso; ora um mesmo grupo social pode comunicar-se de diferentes maneiras de acordo com as necessidades de se adequar a língua. Por exemplo, não falamos da mesma forma quando estamos nos nossos locais de trabalho, com os amigos, familiares, numa entrevista de emprego, etc. Em cada caso, o indivíduo/falante adequa a língua de acordo com as suas necessidades.

As sociedades são dinâmicas tal como as línguas também. O processo de transformação acontece ao passar do tempo e acaba mudando o modo como as pessoas estabelecem os seus relacionamentos interpessoais.

A variação pode ser observada em função de falares geográficos, sociais ou individuais, isto é, ao nível da sincronia (M. A. Santos, 2017, p. 14). As variações constituem, em sentido lato, dialetos como os seus sinónimos. Por sua vez, os dialetos que constituem uma língua podem apresentar entre si, como afirmamos anteriormente, variações fonético-fonológicas, lexicais ou morfossintáticas (Pinto, 2001, p. 30 & Ferreira et al, 1996, p. 480). O mesmo autor (Pinto, 2001), que define a língua como sendo um conjunto de todos os seus dialetos, socioletos, cronoleto e idioleto, ainda afirma que se os fenómenos de variação dependerem do contexto ou estrato social, a variedade em questão é um socioleto.

Apesar de algumas variações linguísticas não apresentarem o mesmo prestígio social, como se observa no caso de Angola, não se deve fazer da língua um mecanismo/instrumento de segregação cultural, de preconceito linguístico ao julgar determinada manifestação linguística superior à outra, principalmente, às manifestações linguísticas de classes sociais ou regiões menos favorecidas.

2.3. Onomástica

O termo onomástica tem a sua origem no grego, cientificamente é considerado como o ramo que tem como o objeto de estudo os nomes próprios de coisas e de seres. Em função da sua amplitude, passou a dividir-se em dois ramos específicos: a antroponímia que estuda os nomes próprios das pessoas e a toponímia que estuda os nomes de lugares. Essas duas áreas

da onomástica em destaque inter-relacionam-se como também acontece com muitas outras áreas. Para Raposo e Nascimento (2013, p. 999), “a onomástica é a disciplina da linguística que estuda os nomes próprios canónicos, do ponto de vista da sua morfologia, origem e motivação.” Para eles, são canónicos os nomes próprios de pessoas, os antropónimos.

Seguindo os passos de Eckert (2017, p. 2), a onomástica, que tem por objeto de estudo a origem, a formação e os significados dos nomes próprios, seja de pessoas ou de lugares, pertence ao léxico de uma língua que é definido como o sistema de unidades que compõem a língua e se relacionam de determinada maneira e, ao mesmo tempo, responsável por nomear e exprimir o universo de uma sociedade. Por sua vez, de acordo com Silva,

A onomástica dos nomes próprios constitui-se como um objeto relevante dos estudos lexicológicos e instrumento para reconstituição de parte do passado lexical. Nessa perspectiva, o léxico antroponímico constitui pistas e possibilidades que permitem verificar o modo como a sociedade medieval organizava o seu sistema de nomeação e as suas múltiplas faces da realidade social a qual um nome pode remeter. A partir do estudo do léxico antroponímico é possível estudar a formação sócio-histórica do português. A antroponímia, como parte do léxico, constitui-se como um rico acervo para se refletir sobre a vida quotidiana do indivíduo e de sua sociedade. (Silva, 2012, p. 31)

A onomástica é um ramo da lexicologia que estuda a origem e a formação dos nomes próprios. O termo tem origem grega e é formado pelos elementos *onoma* (nome) e *tékne* (arte), no qual o resultado é *onomastiké*, que significa a arte de nomear. A forma grega, por sua vez, aparece no latim tardio como *onomasticon*, que teve a sua evolução até chegar ao português como onomástica. José Leite de Vasconcellos, em 1931, prefere usar o termo onomatologia ao referir-se à palavra onomástica. Assim, para ele a onomatologia ocupa-se do estudo da origem e alterações (no sentido e na forma) dos nomes próprios; considerando apenas os que se referem a locais e a pessoas, podemos dividi-la em Toponímia e Antroponímia (Vasconcellos, 1931, p. 312).

O uso do termo onomatologia, pensamos nós, não coloca em causa o significado ou o valor, ou ainda a noção que se tem sobre a onomástica. Ambos os termos desaguam num só. Apesar de a onomástica ser constituída por dois ramos (toponímia e antroponímia), temos constatado muita produção de obras em antroponímia do que em toponímia. Isto significa que o estudo dos nomes próprios de pessoas está a interessar cada vez mais muitos investigadores ou estudiosos como, por exemplo, nos últimos cinco anos em Angola houve, mais ou menos, uma produção científica sobre a antroponímia, constatando-se mais de quatro dissertações de

mestrado. Comprovemos¹⁴: Dodão (2017); Haiping (2017); Matias (2017); M. A. Santos (2017); Serrote (2015). Só no ano de 2017 conseguimos constatar quatro obras, todas elas para a obtenção do grau de mestre.

2.3.1. Antroponímia

Antroponímia é a designação científica atribuída a uma área da onomástica que se responsabiliza pelo estudo nos nomes próprios de pessoas, descobrindo as suas origens e os seus significados, ou simplesmente é o ramo da ciência que se ocupa dos nomes próprios de pessoas. Segundo Carreira e Quintino (1964, p. 17), antroponímia está formada de duas palavras, *anthropo* (homem) e *nymia* (nome), etimologicamente equivale à expressão “nomes de homens”. No sentido lato do termo, a palavra significa tratado de nomes próprios, sobrenomes e apelidos. Estes nomes individuais, sobrenomes e apelidos caracterizam, ou melhor, distinguem um indivíduo do outro. Ter um nome próprio significa ser alguém com características particulares ou próprias, diferente do A ou do B. Para além desta propriedade que dá ao indivíduo, o nome também pode representar uma forma que a família se apresenta na sociedade ou mesmo a sua própria identidade.

Antroponímia é uma expressão que foi usada pela primeira vez em língua portuguesa, por Leite de Vasconcellos, na Revista Lusitana em 1887. Definiu a antroponímia como estudo dos nomes individuais, com os dos sobrenomes e apelidos (Vasconcellos, 1887, p. 45). Segundo Carreira e Quintino (1964, p. 17), Vasconcellos ao usar a expressão antroponímia pela primeira vez em língua portuguesa atribuiu-lhe uma expressão autónoma como ramo da onomatologia. A própria onomatologia, de acordo com os mesmos autores acima citados, como parte da glotologia era conhecida sob a designação genérica de onomástica (do grego *onomaso*, que significa chamar). A onomástica era entendida por tudo o que servia para chamar e com o tempo, a palavra evoluiu para um sentido mais amplo, compreendendo a relação explicativa de nomes próprios de pessoas.

Existem muitas espécies de nomes próprios que pertencem ao campo de estudo da Glotologia. Esta estuda a origem dos nomes, razão de emprego, forma e a sua evolução. Por sua vez, os filólogos passaram a designar esta área por Onomatologia que, de acordo com as espécies acima mencionadas, deverá compor-se de três disciplinas secundárias (Vasconcellos, 1928, p. 2):

1. Estudos de nomes locais, ou Toponímia, na qual se inclui igualmente o elemento líquido (rios, lagos, etc.), e outros produtos da natureza, como

¹⁴ Outras informações em relação às obras encontram-se na bibliografia.

árvores, penedos, que dão frequentemente nomes a sítios. A Toponímia é, pois, Onomatologia geográfica.

2. Estudos dos nomes de pessoas ou Antroponímia.
3. Estudo de vários outros nomes próprios, isto é, de astros, ventos, animais, seres sobrenaturais, navios, coisas: Panteonímia. O estudo dos seres sobrenaturais, Vasconcellos chamou de Teonímia ao nome de deuses.

Para além dos nomes mencionados, existem outros que pertencem aos nomes sociais, título de livros, etc., que Vasconcellos considera pertencerem ao domínio da Etnografia ou Literatura (1928, p. 3).

Embora tenhamos apresentado todas essas classes ou espécies de nomes que pertencem à onomatologia, o nosso trabalho está ligado ao homem, que pertence ao segundo grupo, grupo este que estuda os nomes de pessoas.

Continuando a desenvolver temas relacionados com a antroponímia, Vasconcellos (1928, p. 8) afirma que a palavra nome, aplicada a uma pessoa, tem quatro aceções:

1^a. Designação que a pessoa recebe no batismo, no registo, em crisma, isto é, nome próprio ou nome individual.

2^a. Nome completo, ou conjunto formado pela designação individual propriamente dita, acompanhada de outra ou outras designações que de ordinário se lhe juntam.

3^a. Qualquer dos elementos do nome, pois, a um apelido ou a um sobrenome, pode também, em linguagem menos precisa e usual, chamar-se nome.

4^a. Alcunha do árabe al-cunia (sobrenome e renome de linhagem), é hoje uma designação acrescentada ao nome normal do indivíduo (2.^a aceção) por outros, que neste observam certa particularidade ou certa qualidade física ou moral.

Carreira e Quintino fazem a mesma abordagem na sua obra intitulada *Antroponímia da Guiné Portuguesa*, mas ao concordarem com Vasconcellos, por sua vez, alargam mais ainda as aceções apresentadas pelo autor. Segundo eles (1964, p. 18), os nomes de pessoas pelo valor que assumem ou possam assumir na sociedade ou nas relações sociais apontam algumas aceções:

1^a nomes próprios ou nomes de nascimento (adotados no batismo ou cerimónia equivalente e nomes inscritos no registo civil);

2^a sobrenomes (nomes juntos aos nomes próprios, servindo em alguns casos de apelido, como era frequente usar-se na Europa, na Idade Média, empregando-se em genitivo

no latim);

3ª nomes completos (conjuntos onomásticos dos indivíduos);

4ª qualquer nome do conjunto onomástico;

5ª apelidos (nomes de família, transmitidos ordinariamente de geração em geração);

6ª alcunhas (do árabe alcunia, primitivamente patronímicos na Europa e hoje adventícios, estranhos ao conjunto onomástico);

7ª nomes de clãs (exclusivos de organizações totémicas);

8ª nomes de classes de idade (infância, adolescência, mocidade, maturidade e velhice);

9ª nomes de classes profissionais;

10ª nomes periódicos (adotados durante certo período);

11ª nomes de ordem de mulheres em lares poligâmicos.

Carreira e Quintino terminam a sua exposição dizendo que a partir da sétima aceção à décima são exclusivas das sociedades menos evoluídas e ocorrem em zonas muito precárias ao nível de educação e em todas as áreas que constituem uma sociedade menos saudável.

Para nós, diante de todas as aceções apresentadas, embora todas sejam interessantes, a primeira aceção apresentada por Vasconcellos continua a ser a nossa prioridade neste trabalho, pois acreditamos que particulariza o indivíduo enquanto pessoa, distinguindo-o dos demais. Vasconcellos abriu um caminho que atualmente, quem quiser falar sobre antroponímia não tem como não o mencionar. A sua obra continua a ser indispensável e muito citada nos trabalhos de pesquisa em antroponímia. Em Angola, destacamos a obra de Serrote (2015) que constitui um dos principais instrumentos a destacar no estudo da antroponímia local.

2.3.1.1. A Lexicologia e antroponímia

O léxico como repertório de palavras das línguas naturais traduz o pensamento das diferentes sociedades no decurso da história, razão porque estudar o léxico implica também resgatar a cultura. (Isquierdo & Krieger, 2004, p. 11)

A Lexicologia é a ciência do léxico. Para Vilela (1979, p. 9), o léxico é entendido como um dicionário no duplo sentido de conjunto de palavras dessa língua e sua inventariação (dicionarística ou lexicográfica). Ainda de acordo com o autor, na mesma sequência de ideias, o léxico pode ser entendido como o conjunto de unidades linguísticas básicas (morfemas, palavras e locuções) próprias duma língua (Vilela, 1979, p. 9); integra o sistema

de uma língua de uma comunidade; é o conjunto de unidades linguísticas próprias duma língua ou a totalidade das palavras lexicais; é visto como uma parte viva da língua, património social da comunidade; é um sistema por meio do qual os indivíduos de cada tempo e lugar podem pensar, expressar os seus sentimentos e manifestar as suas ideias (Antunes, 2006, p. 24).

Na mesma perspetiva, Lino (1979, p. 13) explica que:

O léxico é constituído por um conjunto de unidades: os lexemas, quando atualizados no discurso, designam-se por vocábulos, o seu conjunto constitui o vocabulário. O termo léxico pertence ao nível da “langue” (sistema), enquanto o termo vocabulário pertence ao nível de discurso.

Tradicionalmente, o léxico é definido como o conjunto de palavras de uma língua, responsável por nomear e exprimir o universo de uma sociedade. O processo ocorre na transmissão de geração em geração como signos operacionais, e é através dos nomes que o homem exerce a sua capacidade de exprimir sentimentos e ideias, mas também de formar conceitos.

De acordo com a função representativa da linguagem, o léxico é o conjunto das unidades léxicas, as unidades que correspondem à representação da realidade extralinguística (Vilela, 1979, p. 10). Ainda de acordo com o autor há pouco referido, as palavras lexemáticas (lexemas) são as que configuram e representam a realidade extralinguística, já as palavras categoremáticas (categoremas) apenas representam a forma de configuração da realidade e, por sua vez, as palavras morfemáticas (morfemas) não representam diretamente a realidade, apenas estabelecem relações de unidades da língua com outras unidades (Vilela, 1979, p. 10). Segundo Vilela, os lexemas pertencem diretamente ao léxico e sustenta a sua afirmação com a seguinte declaração:

As palavras concretas do português são categorialmente determinadas, isto é, apresentam um cruzamento de palavras lexemáticas e categoremáticas. O léxico é, nesta perspetiva, o conjunto das palavras lexemáticas duma língua, sendo a disciplina que trata da significação (lexical) dessas unidades a lexemática. (Vilela, 1979, p. 11)

As palavras são o objeto da lexicologia e, por sua vez, estas palavras representam-se graficamente. Em relação a este objeto da lexicologia, ao lado do problema das possibilidades e formas de representação gráfica do seu objeto e duma metalíngua lexicográfica, Vilela aponta fundamentalmente dois problemas para a lexicografia: os resultantes da determinação do seu objeto e o da determinação e mútua delimitação ou identificação dos significados das palavras (Vilela, 1979, p. 20).

O significado de uma determinada palavra deve partir da expressão ou do ponto de vista da

etimologia, mas não devemos deixar de lado a interpretação que se pode ter em relação a uma palavra em função do seu contexto. A determinação de um significado pode pressupor também o conhecimento que provavelmente se tem das estruturas do léxico ou palavras, pois, antes de se poder determinar o significado é necessário conhecer o conceito da palavra, como afirma Vilela (1979, p. 21).

Segundo Lopes e Rio-Torto (2007),

Quando alguém diz que uma palavra tem um determinado significado, está, conscientemente ou não, a referir-se ao conteúdo informativo que essa palavra veicula. Esse significado é o significado lexical. Através dele cada palavra distingue-se lexicalmente das demais, desde logo das que com ela estão mais diretamente correlacionadas, seja por pertencerem ao mesmo campo semântico-referencial, isto é, ao mesmo universo de objetos denotativos, seja por pertencerem à mesma família de palavras. (p. 17)

Em relação ao que se entende por significado, Vilela apresenta três teorias que fazem referência ao tema: a teoria referencial, a teoria ideacional e a teoria behaviourística (1979, p. 39).

1. A teoria referencial identifica o significado duma expressão com aquilo que ela refere ou com a conexão referencial.
2. A teoria ideacional identifica o significado duma expressão com as ideias a ela associadas.
3. A teoria behaviourística identifica o significado duma expressão com os estímulos que a sua atualização evoca ou as respostas que provoca.

A teoria referencial, nas suas diferentes visões, tem sido rejeitada por ser inadequada e por confundir o linguístico com o extralinguístico (duas expressões diferentes podem ter o mesmo referente e diferente significado). A teoria ideacional (cuja fonte clássica se encontra em Locke) concebe o significado como um meio ou instrumento para a comunicação do conhecimento ou como o próprio conhecimento, sendo portanto um facto nocional. Deixando de lado a teoria behaviourística, pois na sua forma rudimentar está excluída, atribuímos a “significado” o valor de “facto nocional” e de “relação”. (Vilela, 1979, p. 40)

De acordo com o exposto acima, nós pretendemos estudar os antropónimos e compreendermos os seus significados de acordo com o que se reflete na teoria ideacional, pois, entendemos que, muitas vezes, os significados que os antropónimos apresentam não têm somente a ver com as suas etimologias, mas com as ideias que se têm ou que se associam a eles.

A antroponímia é uma área de domínio dos estudos linguísticos que estuda os nomes

próprios, apelidos ou sobrenomes. Embora seja a onomatologia, segundo Vasconcellos (1931), o campo que se dedica especificamente nos estudos antroponímicos, a lexicologia não pode ficar a par da situação, na medida em que é uma disciplina voltada especificamente aos estudos do léxico de forma ampla e sob diferentes perspectivas teóricas (cf. Isquierdo & Krieger, 2004, p. 12). Normalmente, os nomes próprios ou nomes de pessoas nascem de expressões da língua comum e referem-se, muitas vezes, a estados sociais, como afirma Vasconcellos (1928, p. 23). Estas expressões da língua comum que se referem a nomes de pessoas, por sua vez, fazem parte do léxico de uma determinada língua, como descreve Dick (1990).

A antroponímia ao estudar os nomes próprios dos indivíduos pode, muitas vezes, na sua origem, constituir unidades lexicais da língua corrente. Isto só prova que o léxico de uma língua tem na sua base uma carga de junção de palavras que constituem um sentido, que pode ser fundamentada com a seguinte expressão que cabe integralmente no que se disse anteriormente: “Todo o léxico de uma língua é organizável a partir de leis estruturais, pois, o léxico não é simples aglomerado de vocábulos isolados e sim um sistema formado de unidades significativas” (T. M. Costa, 2013, p. 4).

O património lexical do português constituiu-se a partir de origens diversificadas, tendo como base essencial as palavras oriundas do latim e do grego via latim, com contribuições mais ou menos significativas das línguas com as quais, primeiro o latim vulgar, depois o romance galego-português e, por fim, a língua portuguesa que entrara em contacto no seu processo histórico, de acordo com Soledade (2012, p. 324), que acrescenta dizendo que “a configuração do sistema antroponímico português vincula-se ao sistema latino que, em princípio, refletia a estrutura familiar inserida na organização social do patriciado romano” (p. 324). No caso do léxico antroponímico, espera-se que o fundo patrimonial, a que chamamos de léxico antroponímico tradicional, se comporte em grande medida como o léxico comum no que se refere à sua origem.

A configuração do sistema antroponímico português vincula-se ao sistema latino, que, em princípio, refletia a estrutura familiar inserida na organização social do patriciado romano. Mas, na língua do Lácio, a antroponímia foi sendo paulatinamente reformulada pelos seus falantes devido, entre outros fatores, à ascensão política e social da plebe, à integração dos chamados bárbaros e à promoção do Cristianismo.

Os mais antigos nomes medievais provêm da época romana e filiaram-se nos que os Lusitano-Romanos usavam: foram adotados pelo Cristianismo desde o Séc. II-III, pelo menos. Os nomes dos Lusitano-Romanos eram não só latinos, mas de múltiplas origens

(lusitanos ou hispanos, etc.). Nos que a religião Cristã introduziu como os seus, havia os também latinos, e além disso gregos e hebraicos. A par de todas essas classes de nomes, temos nomes germânicos do Séc. V em diante, igualmente admitidos pela Igreja para os seus fiéis. Depois do Séc. VIII, nomes arábicos (Vasconcellos, 1928, p. 24).

Piel, em *Antroponímia germânica na Península Ibérica*, afirma que o onomástico pessoal antigo e moderno recebeu uma considerável contribuição do superstrato germânico, conforme é referenciado por Soledade (2012, p. 324). Contudo, na história da formação da antroponímia portuguesa, segundo o mesmo autor, há ainda que se considerar que, a partir do século XII, são densamente incorporados nomes latino-cristãos referentes a santos, relegando os germanismos a uma posição secundária. Outro aspeto relevante é a considerável contribuição germânica para o léxico antroponímico em confronto com a sua pequena parcela de contribuição para o léxico comum, quadro que é diametralmente oposto à influência lexical árabe. Associa-se essa configuração dos empréstimos germânicos na antroponímia à solidariedade hispanogoda-cristã, em função da presença islâmica, o que, em contraposição, justificaria a escassez do elemento árabe no papel dos nomes personativos.

2.3.1.2. Antroponímia em Angola

A antroponímia em Angola está ligada ao contexto histórico do país, que, por sua vez, sem este contexto não se pode fazer um enquadramento. A história de Angola está intrinsecamente ligada à história de Portugal (M. A. Santos, 2017, p. 44). Os colonos portugueses, no período colonial, impuseram as suas ideologias, cultura e língua ao povo dominado. Obviamente, o modo de ser e de agir dos angolanos passou, com essa imposição, a identificar-se com a cultura do povo dominante.

A influência portuguesa na antroponímia angolana começou desde os momentos iniciais da colonização, com ajuda da evangelização que era uma prática, até antes da chegada dos portugueses, desconhecida pelo povo angolano (T. M. Costa, 2013, p. 41).

Os nomes próprios em Angola são atribuídos, na maior parte dos casos, tendo em conta os fatores que envolvem a família, a sociedade em que o indivíduo está inserido, a história do país, a globalização, até mesmo o fator económico, como afirma T. M. Costa (2013) quando diz que,

[...] em Angola, quase todos os nomes tradicionais têm um significado e estes são postos em harmonia com certas circunstâncias ocorridas antes, durante ou depois do nascimento da criança e que tais circunstâncias tenham a ver com a família ou até com a sociedade em que a criança nasce e vive. (P. 41)

As circunstâncias afetam e envolvem o homem. Fruto disso, a autora referenciada

anteriormente acrescenta, dizendo que depois da independência do povo angolano e da implantação do Comunismo, muitos pais atribuíram aos seus filhos nomes ligados a essa ideologia ou a figuras de muita importância como, por exemplo, Marx, Fidel de Castro, Agostinho Neto, etc. (cf. T. M. Costa, 2013, p. 41).

Se compararmos a forma como se atribuem os nomes em Angola com outros povos do mesmo continente como, por exemplo, a Guiné portuguesa, as formas são praticamente as mesmas e somente diferem da maneira ou da forma que o continente europeu atribui nomes. Carreira e Quintino (1964, p. 19) numa abordagem breve apresentam então as diferenças que existem na forma de nomear da Guiné portuguesa à população europeia que achámos ser a mesma forma que em Angola se serve para nomear:

Onde, porém, a antroponímia da Guiné mais se distingue da europeia é nos temas escolhidos para a imposição dos nomes. Em geral, são os inventos ocorridos na altura do nascimento, ou durante o aleitamento, que servem de motivos para a imposição: se a criança nasce na altura em que chove, recebe o nome de Chuva; se o nascimento coincide com a chegada de um hóspede, recebe o nome de Hóspede; se, no decurso de um parto, alguém profere uma locução bem soante, esta mesma locução serve de nome à criança que nasce. Tudo é aproveitado para nomes.

Falar de antroponímia em Angola é um caso sério. Atribuir nome a alguém com o seu valor semântico passou a ser uma tarefa totalmente difícil. Muitas vezes, as famílias, ou melhor, os pais chegam não tendo conhecimento do significado do nome ou dos nomes que atribuem aos seus filhos, muito menos das suas origens. Ainda há pais que quando lhes são perguntados os significados dos nomes dos seus filhos dizem “só lhes atirei os nomes¹⁵”, que significa que só atribuiu os nomes sem se preocupar com a sua origem nem o seu significado. Isto constitui um facto em muitas famílias.

Os nomes têm força, pois, dar nome a alguém significa definir a sua personalidade ou ainda a sua identidade. Muitas vezes, as pessoas procuram agir em função dos nomes que os identificam, por exemplo, o nome próprio “Tunga” que significa “constrói”, “de construir, erguer” ou mesmo “organizar”, isto é, na língua kikongo, e faz com que o indivíduo que carrega este nome seja reconhecido ou mesmo olhado numa determinada sociedade pelos valores que carrega através do nome. O indivíduo, nessas condições ou situações, procura sempre agir de acordo com o nome que tem, isto é, não significa que não possa vir a ter outros comportamentos. Dulley diz que o nome é uma representação mais ou menos adequada à coisa (2015, p. 166). O nome, realmente, deve adequar-se à coisa nomeada. O

¹⁵ Isto acontece quando um determinado chefe de família (pai) atribui um nome ao filho sem se importar com a sua origem, muito menos com o seu significado e o contexto em que a criança nasce.

nome, de facto, deve ser um dos elementos caracterizadores do homem na sociedade.

O nome modifica o ser do indivíduo moldando-o direta ou indiretamente na sociedade. Segundo T. M Costa (2013, p. 42), acredita-se que “na cultura africana, em geral, e em Angola em particular, o nome tradicional que se atribui à criança vai moldá-la ao longo da sua educação”.

O nome próprio pode surgir de fontes históricas, bíblicas ou modernas. Por exemplo, os nomes próprios em Angola, muitas vezes, ligam-se à história do próprio país, das circunstâncias familiares e do convívio das línguas nelas existentes. Por exemplo, a forma de nomear do povo kwanyama está muito relacionada com as coisas que acontecem no dia-dia e tentam fortemente manter esta forma de nomear, porque representa hábitos e costumes da própria população. Num estudo sobre a “antroponímia kwanyama”, realizado por Hamilton António, afirma-se que a antroponímia kwanyama atua sobre vários modelos de nomeação e a sua forma de catalogar os nomes associa-se ao modo como o recém-nascido vem ao mundo. As circunstâncias do nascimento constituem um motivo para se nomear desta ou daquela forma, para além do período de nascimento. O autor apresenta nomes como: “Angula”, que quer dizer rapaz nascido de manhã; “Nangula” (rapariga nascida de manhã); “Namtenha” (rapariga nascida de tarde); “Amtenha” (rapaz nascido de tarde). O nome que se atribui à criança que nasce a caminho da maternidade é “Djeimondila”, que significa “saíam do caminho” que, por sua vez, se estende ao “Hidimondila” que quer dizer não saiu do caminho (António, 2018, p. 11).

Ao estudarmos a antroponímia num determinado país, não podemos esquecer-nos das principais línguas de cada povo que se distribuem em determinados espaços do território, isto é, o caso dos países africanos onde maioritariamente os povos falam mais de uma língua nativa, para além da língua oficial.

Os antropónimos fazem parte do subsistema lexical de cada língua e por meio deles é possível fazer-se um estudo ou explicar a origem linguística de muitos indivíduos. O nome completa a pessoa, exerce uma função de explicar a natureza própria de um determinado ser social, a sua realidade e pode também constituir a descoberta da sua interioridade (Matias, 2017, p. 9). Em Angola, devido a várias línguas existentes no país, um nome próprio pode fazer com que um indivíduo seja conotado positiva ou negativamente, isto é, o nome pode ser identificado através da língua que é atribuída, por sua vez, a área em que habitualmente se identifica com o tipo do nome. Em função da identificação dos dois elementos acima referenciados, pode-se determinar o comportamento social da região a que o indivíduo pertence. Isto é fundamental para a cultura angolana.

A antroponímia de um povo é muito importante, na medida em que permite esclarecer os fatores históricos que estiveram na base no surgimento dos primeiros antropónimos de uma sociedade, bem como os novos e os que por alguns motivos desapareceram numa determinada sociedade.

No contexto angolano, a prática de atribuição de nomes próprios tem-se diversificado, na medida em que a cultura jovem tende a modificá-la de uma maneira drástica, negando categoricamente a cultura dos pais, impondo a sua. Assim, hoje em dia, fica muito difícil identificar um determinado povo ou cultura através do nome. A globalização tem influenciado muitos jovens a partirem para a atribuição de nomes de outras culturas, culturas estas que não têm nada a ver com o povo angolano. Segundo Matias (2017, p. 40), os jovens chegam ao ponto de considerar muitos antropónimos como desprestigiantes ou mesmo antropónimos de velhos. Dodão (2017, p. 59) confirma isto quando diz que “a maior parte da juventude já não se atreve a nomear o seu filho com o nome da língua nacional pelo facto de ser considerada a língua dos velhos, dos atrasados, dos analfabetos”. Os nomes como António, Maria, Francisco, Madalena, Adão, João, Pedro, Helena, Isabel, Joaquina, Paulo, etc., e os da língua Kimbundu como Webi, Quiizua, Mbangui, Muxito, Quituxi, Quissungana são apresentados por Matias como sendo rejeitados atualmente pela nova geração (2017, p. 40). Mas o problema não consiste somente na globalização ou na cultura jovem, porque a mistura de povos dentro do próprio país e a entrada de estrangeiros também tem levado a que os jovens e não só assimilem outras culturas. Em Luanda registam-se muitos casos de rejeição dos nomes próprios, na medida em que, quando os indivíduos se apercebem de que os seus nomes trazem um historial que não querem viver, partem logo para o novo registo para não se sentirem ofendidos na sociedade, porque acham que o nome próprio atribuído na língua bantu constitui um passado que não tem nada a ver com o seu presente. Existem muitos casos de mudança de registo como, por exemplo, o nome próprio “Mputu”, que quer dizer “pobre” na língua kikongo, constitui um atentado aos jovens que carregam este nome, porque se forem pobres, toda a culpa será descarregada nos pais ou nos nomeadores. Eles, quando se apercebem do significado deste nome, já na maioria, correm para alterar o registo, esquecendo-se literalmente do nome “Mputu”, passando normalmente para o nome Pinto. Este é um caso de muitos que acontecem em Angola. O desaparecimento de certos nomes, muitas vezes, tem a ver com os seus significados que não agradam à nova geração. Isto significa que alguns nomes atribuídos às crianças em função dos contextos ou determinadas situações que acontecem na sociedade ou na família antes do nascimento não satisfazem muitos nomeados quando estes se apercebem dos seus significados.

Na cultura do povo kwanza nortenho, mesmo que alguns jovens neguem certos nomes, muitos antropónimos ainda são atribuídos a fim de se manter os valores culturais que se manifestam através da sua língua (Matias, 2017, p. 42).

O estudo da antroponímia em Angola relaciona-se com a cultura de cada povo e vai evoluindo ao longo do tempo. Para além da cultura de cada povo que constitui um grande pilar na atribuição de nomes, a vivência social ou fatores sociais também têm a sua grande influência no processo de nomeação ou atribuição de nomes em Angola. Ter um nome que representa os valores culturais de um certo povo em Angola constitui uma grande alegria da família que atribui o nome, porque se sente realizada ou representada culturalmente. Um nome que representa a cultura de uma determinada região em Angola apresenta a preservação dos hábitos e costumes daquela região que se sente orgulhosa por ter alguém na sociedade que, através do nome, representa a sua cultura.

Nas várias culturas existentes no país, alguns comportamentos sociais em relação à atribuição de nomes não variam muito. Assim, na cultura kwanza nortenha, a atribuição do nome é da responsabilidade da família paterna, isto é, o pai é que tem a responsabilidade de atribuir os nomes aos filhos ou um parente direto do pai (Matias, 2017, p. 43). Os nomes ou os antropónimos anteriormente atribuídos no Kwanza Norte, segundo Matias (2017, p. 45), eram principalmente da língua kimbundu e representavam os aspetos da vida social deste povo. Tudo indica que a chegada do colonizador a esta área do Kwanza Norte obrigou a população a trocar/mudar de nomes, por causa do processo de cristianização. O contacto que este povo teve com os portugueses fez com que muitos fossem batizados com nomes em português, como afirma Matias (2017, p. 45). Realça-se que este processo não aconteceu somente na província do Kwanza Norte, mas em todo o território nacional. Hoje em dia, é comum vermos povos de diversas províncias com os antropónimos portugueses e das línguas bantu simultaneamente. Este facto tornou o leque dos antropónimos de Angola muito diversificado e muito rico, embora se tenha perdido a originalidade dos antropónimos das línguas bantu.

Na província de Benguela muitos familiares acham que um nome pode exercer uma grande influência sobre o futuro de uma criança, como confirma M. A. Santos num estudo realizado sobre a antroponímia de Benguela (2017, p. 59). Os nomes próprios têm muito valor na cultura angolana.

Se formos à província de Malanje, os estudos mostram que na atribuição dos nomes próprios, as famílias paternas têm maior responsabilidade do que as famílias maternas. A tendência é fazer com que a linhagem materna tenha mais dependência da família paterna e fazer com que se preserve cada vez mais os antropónimos dos antepassados, integrando os filhos através

dos nomes próprios outrora pertencentes aos antepassados. Os antropónimos na língua kimbundu oferecem significados da riqueza cultural que a língua apresenta, pois, como refere Serrote (2015, p. 1), todo o processo de atribuição de nomes é um ritual cultural. Para preservar os antropónimos em kimbundu é necessário que os nomes sejam atribuídos nesta língua, em função dos antepassados a fim de se preservar a linhagem e, por outro lado, manter ou obedecer às circunstâncias da vida (Serrote, 2015, p. 1).

O antropónimo deve servir como um meio de identificar a origem linguística e cultural de um povo ou de um indivíduo. Ele faz com que alguém tenha características próprias pertencentes a uma família ou a um grupo étnico linguístico e, ao mesmo tempo, atribui identidade pessoal ao indivíduo. De acordo com Serrote (2015, p. 13), cada povo deve expressar os seus sentimentos, as suas emoções, as suas ideias na sua própria língua. A língua materna deve contribuir para a construção da identidade individual e coletiva de uma entidade ou grupo social. A vontade que muitas vezes é manifestada pelo povo nem sempre consegue permanecer por causa das instituições de registo civil que importunam muitos cidadãos ou familiares, retirando-lhes os nomes em línguas nativas (autóctones ou bantu), alterando obrigatoriamente para a língua portuguesa (a língua oficial do país, língua materna para muitos, língua de unidade nacional e língua de escolarização) no momento do registo. Este facto acontece em todo o território nacional angolano. A diversidade cultural é um facto em Angola, a lei angolana reconhece as diferenças culturais e a necessidade de cada um escolher para os seus filhos os nomes que quiser. A mesma lei não diz que ter um nome próprio em língua nacional é desprestigioso ou uma forma de estar distante da modernidade, conforme afirma Dodão (2017, p. 59).

Na cultura oshikwanyama constata-se a mesma coisa sublinhada pelos autores mencionados anteriormente, embora a atribuição de nomes varie de cultura para cultura. Nesta cultura constata-se, até certo ponto, um legado antropónimo que vai de geração em geração. Por outro lado, a antroponímia oshikwanyama tem promovido algum tribalismo, na medida em que as pessoas para serem aceites no meio social deste povo devem caracterizar-se, pelo menos, com um nome que se identifique com a sua antroponímia. Isto promove integralmente o chamado **tribalismo antropónimo** quando alguém é aceite somente quando tem um nome nativo, como afirma António (2018, p. 11).

A preservação da cultura, a sua transmissão e manifestação são pontos comuns em relação à atribuição de nomes em todas as culturas apresentadas aqui, se não em todo o país.

2.3.1.3. A Semântica dos nomes próprios em Angola

A semântica é o ramo da linguística que estuda o significado das palavras, frases e textos de uma língua. A palavra semântica vem do grego “semantikè” e significa sinal. De acordo com Lopes e Rio-Torto (2007, p. 13), “a semântica envolve o conhecimento intuitivo do significado das palavras de uma língua, como também se ocupa da descrição do significado das palavras, das frases e do texto”. Ela está dividida em semântica descritiva ou sincrónica e a semântica histórica ou diacrónica. A semântica descritiva estuda o sentido atual das palavras, enquanto a semântica histórica ou diacrónica está voltada para as mudanças que as palavras sofrem no tempo e no espaço.

A semântica também estuda a denotação e a conotação¹⁶ das palavras. A denotação é a propriedade que possui uma palavra de se limitar a seu próprio conceito, de trazer apenas o significado original, isto é, só significam aquilo que estão ou foram designados. Por sua vez, a conotação é a propriedade que uma palavra possui de se ampliar no seu campo semântico, dentro de um contexto, assim, podendo causar várias interpretações.

Os falantes de uma determinada língua podem construir enunciados e atribuir-lhes certas propriedades semânticas. Todos nós somos capazes e podemos criar expressões e, ao mesmo tempo, atribuir-lhes significados, principalmente os indivíduos que se servem das suas línguas nativas.

Às vezes, a correta interpretação dos nomes pode cumprir com certos princípios que fazem com que os nomes tenham como significados as interpretações ou ideias que os nomeadores têm sobre eles. Aquilo que chamamos de semântica do nome não se esgota totalmente nos grafemas que constituem os nomes, mas na interpretação que se pode ter ou fazer sobre eles, porque muitas vezes os significados dos nomes próprios não estão no valor explícito do nome, mas implicitamente. Carvalhinhos diz que “em tempos remotos, o nome próprio cumpria a função significativa, isto é, a sua função semântica estava assegurada. O indivíduo não era apenas designado por seu nome, como recebia toda a sua carga conotativa”(2007, pp. 165 - 177)¹⁷. Na sequência do seu discurso, Carvalhinhos (pp. 165 - 177) aponta o dedo às sociedades ocidentais que segundo a autora apresentam um esvaziamento semântico nos nomes próprios de pessoas, que outrora não eram atribuídos por tradição ou gosto.

O nome pode ter significado ou significados de acordo com certos perfis: linguísticos, sociais e culturais, económicos, etc. Um antropónimo pode significar ou ter um determinado

¹⁶ Áreas de estudo que aplicámos, em parte, no estudo dos nomes próprios nos parágrafos posteriores. É uma teoria que se aplica no estudo dos nomes próprios de Prado, num artigo que aborda o trabalho de J. S. Mill.

¹⁷ Colocámos este modelo de paginação em relação a Carvalhinhos, porque o artigo consultado não tinha paginação.

significado numa língua e ter outro significado noutra língua. Por outro lado, as circunstâncias também são determinantes para que um antropónimo tenha um certo significado num determinado período e venha a ter um outro significado em outro tempo ou período. Silva et al. (2007, p. 110) dizem que “a questão do nome sempre foi palpitante por problematizar alguns temas como a relação semântica entre um objeto e a sua denominação, e a referência entre o objeto, o conceito e forma da palavra”.

Com a semântica dos nomes próprios, pretendemos mostrar como é que alguns nomes ganharam certos significados com o evoluir dos tempos. Pretendemos, ao mesmo tempo, mostrar que os nomes próprios podem ter diferentes significados mesmo que sejam atribuídos na mesma época. Por exemplo, o nome próprio “Domingos” nem sempre simboliza o nascimento de uma criança ou pessoa no domingo, logo pode ter outros significados, ou melhor, pode ser influenciado por certos fatores ou momentos em que a criança nasce ou mesmo o contexto socioeconómico da família onde a criança se insere.

Não se pretende falar da transfiguração semântica que os nomes sofrem em diferentes línguas, mas o que se pretende é apontar alguns casos práticos de nomes em que aplicados ou atribuídos na mesma língua e no mesmo período não têm o mesmo significado. São esses casos que nos interessam e aos quais daremos maior importância e atenção. A semântica dos nomes tem a ver com os momentos de atribuição dos antropónimos, que podem ser determinados pelo momento em que nasce a criança e outros fatores acima mencionados. Temos de admitir também que existem nomes que são atribuídos às pessoas de uma maneira arbitrária, apenas são atribuídos com o objetivo de os diferenciar ou particularizar de outros membros da sociedade, sem, no entanto, apresentar nenhum significado ou outras informações sobre o nome ou a pessoa (cf. Raposo & Nascimento, 2013, p. 1000).

De acordo com Prado (2005), num estudo intitulado “Nomes próprios gerais no contexto da semântica de J. S. Mill”, existem duas teorias de atribuição de nomes: teoria denotativa e a teoria conotativa. Segundo ele, muitos nomes são atribuídos para que certos indivíduos não percam a sua natureza, como dissemos anteriormente, são nomes atribuídos arbitrariamente e não têm significado algum, são nomes denotativos. “Um indivíduo é chamado João por livre escolha dos seus pais [...]. Em princípio, poderia receber qualquer outro nome sem prejuízo da sua natureza”(Prado, 2005, p. 73). Por outro lado,

Isto não acontece com os nomes conotativos. Um indivíduo é chamado virtuoso não porque este nome lhe tenha sido atribuído arbitrariamente, mas porque o nome “virtuoso” implica, compreende, indica ou conota um determinado atributo que todo o indivíduo deve possuir para que o nome virtuoso possa dele ser predicado

verdadeiramente, a saber, a virtude. Pode se afirmar, em última instância, que os nomes conotativos são “criteriais”, na medida em que fornecem um critério bem determinado que deve ser bem obedecido pelos indivíduos que por eles são nomeados. Possuem uma carga semântica que vai muito além da mera associação de palavras a ideias, defendida pelo nominalismo clássico. (Prado, 2005, p. 73)

Neste âmbito, Prado reforça as suas ideias quando diz que os “nomes conotativos referem-se a indivíduos, mas o fazem através de afirmação de algo que positivamente esses indivíduos possuem”(Prado, 2005, p. 73). E para terminar,

A teoria da conotação traz consigo uma consequência bastante significativa no que diz respeito à teoria semântica de Mill, que somente os nomes conotativos propriamente têm significação ou, o que vem a ser o mesmo que a significação dos nomes é determinada por aquilo que eles conotam e não pelo que eles denotam. (Prado, 2005, p. 74)

De acordo com esta teoria, o que dá um significado ou significados ao nome não é o nome que o indivíduo recebe quando nasce, mas é o que este indivíduo representa na sociedade. O nome pode ganhar muitos atributos desde que possa ter a sua própria influência e representar o indivíduo como deve ser no meio social. Mesmo que tudo isto tenha sido dito em função da semântica dos nomes próprios, acha-se, que para além dos nomes conotativos a que Prado faz referência num estudo baseado na obra de Mill, todos os nomes próprios têm um valor semântico independentemente de pertencerem à teoria denotativa ou conotativa. Acredita-se que os nomes próprios carregam consigo um valor semântico, ou seja, transmitem sempre um sentido ou uma ideia, porque são significantes, e os significantes normalmente têm um sentido, a menos que existam significantes sem sentidos ou significados, mas em relação aos nomes próprios, pensamos que não existem.

O significado das palavras está relacionado com aquilo que elas representam, ou seja, com o universo de objetos, de entidades, de propriedades, de situações, de eventos, de ações, de processos e de estados que elas verbalizam, mas o significado de uma palavra está também relacionado com as representações mentais que fazemos dos objetos e das situações, com os cenários ou com os esquemas numa dada comunidade identificamos como estando tipicamente associados a tais objetos e à ocorrência de tais situações. (Lopes & Rio-Torto, 2007, p. 22)

No século XIX houve questionamento a respeito dos nomes próprios e a sua função semântica, onde J. Stuart Mill¹⁸ nega categoricamente a existência de significados nos nomes próprios porque, segundo ele, os nomes próprios servem apenas para identificar pessoas ou objetos (Mill, citado em Mendes, s/d, p. 1248).

¹⁸ J. Stuart Mill, citado anteriormente, defende que os nomes próprios são os únicos objetos que nada conotam, por sua vez, não têm significados algum.

Para além de Mill, obviamente, surgiram outros investigadores que opinaram sobre o assunto de uma maneira totalmente diferente, é o caso de Jespersen (1924, p. 66) que discorda da posição tomada por Mill de que os nomes próprios não tenham significação e afirma que os mesmos possuem, com certeza, significados. Fazendo afirmações do género, não se pode colocar de parte ou desconsiderar o contexto ou a situação contextual em que o nome próprio foi ou é atribuído. Se colocarmos a situação contextual à parte, podemos concordar com o que Mill defende.

Segundo Jespersen (1924), um nome próprio, ao ser usado, faz o ouvinte pensar em todo um conjunto de qualidades distintivas, conotando o maior número de atributos. Logo, ao entrar em desacordo com Mill, diz que,

In absolute contrast to his view, I should venture to say that proper names (as actually used) “connote” the greatest number of attributes. The first time you hear of a person or read his name in a newspaper, he is “a mere name” to you, but the more you hear and see of him the more will the name mean to you. (p. 66)

Raposo e Nascimento ao considerarem os nomes próprios como canónicos, afirmam que os mesmos não têm significados descritivos, mas, ao mesmo tempo, não se pode confundir a arbitrariedade semântica dos nomes próprios canónicos com a sua motivação semântica histórica e com o seu sentido etimológico (Raposo & Nascimento, 2013, p. 1000). Segundo eles, “todos os antropónimos, incluindo os nomes de batismo, são originalmente expressões comuns do léxico de alguma língua de origem, na qual têm um sentido descritivo. Este sentido original chama-se significado etimológico do antropónimo” (p. 1001).

Hoje em dia, o que tem de ser bem percebido é a forma que as pessoas (os nomeadores) nomeiam. Veja-se que, claramente, as pessoas estão mais preocupadas com os nomes da moda (o modismo) e esquecem-se completamente dos significados etimológicos dos nomes que atribuem. Etimologicamente muitos nomes, para não falar de todos, estão esvaziados dos significados etimológicos e vão ganhando os seus significados de acordo com os contextos em que são atribuídos pelos nomeadores.

Vamos considerar os seguintes exemplos de nomes próprios atribuídos na cultura ovimbundu¹⁹ em diferentes contextos:

O- Kandjala [okã'ndzala]: significa, literalmente, alguma fome ou pouca fome. O sufixo nominal “pouca = ka” abarca uma semântica diferente do português. Em umbundu, quando alguém se dirige à outra pessoa para lhe dizer que tem fome usa a expressão “okandjala

¹⁹ Transcrição dos nomes próprios em umbundu retirados em Costa, T. M. C. J. da (2013). *Os empréstimos das línguas bantu no português falado em Angola*. Luanda.

kambala, akome!” Isto significa, “a fominha dói-me, arrasa-me!” Tudo isso traduzido pelo seu valor semântico significa “amigo, estou com fome. Acuda-me”. Refere-se a uma fome persistente, intensa, isto é, a pessoa em causa está a passar realmente fome e já há alguns largos dias que não se alimenta. Neste sentido, o nome “Kandjala” refere-se a uma época de penúria, por que tenha passado a família ou a sociedade em geral, antes, durante ou depois do seu nascimento. O nome também pode aparecer como topónimo sem perder o seu valor semântico.

Katito [ka'tito]: é atribuído a uma criança que nasce com peso abaixo do normal ou, ainda, a uma criança cuja mãe tenha demonstrado problemas de infertilidade, com possibilidades dessa criança vir a ser filho(a) único(a). Katito significa “**pouco**”, “**pequeno**”, “**pequena coisa**”.

Cimboto [tʃi'mboto]: significa sapo, bicho feio e nojento. Normalmente, este nome é atribuído a uma criança que nasce depois do falecimento de um dos seus irmãos ou o pai. Segundo a sabedoria contida no nome, a desgraça que se abateu no nome pode vir a repetir-se, e quem sabe não seja mesmo neste menino que acaba de nascer? Na incerteza da sobrevivência do(a) menino(a), atribui-se esse nome.

Para além dos nomes que T. M. Costa apresenta, em umbundu, podemos encontrar variadíssimos nomes que apresentam significados em função do contexto²⁰. Atente nos antropónimos que se seguem, segundo Yambo (2003, p. 7), “[...] é para aqueles que recorrem à adoção de nomes estranhos sem qualquer contexto histórico nem cultural do protagonista”. O autor aproveita-se dessa ocasião para iluminar ou ilustrar aos atribuidores de nomes (nomeadores) o valor que um nome possa ter, principalmente, nas sociedades bantu, sem se esquecer da sociedade umbundu. O autor acima citado encontra as principais circunstâncias que orientam a escolha de um nome (p. 23):

1. A sua classe de nascença conta muito por causa dos direitos e deveres na sociedade. E assim as crianças nascidas de uma mesma mãe sabem cada qual o seu lugar. Habitualmente encontramos duas séries: rapazes e raparigas.
2. Os gémeos segundo os sexos e os que vêm depois ;
3. Os dias da semana;
4. O nome do genitor;
5. Os traços físicos do recém-nascido;
6. Uma circunstância ligada ao nascimento;

²⁰ Cf. Yambo, F. X. (2003). *Pequeno Dicionário Antroponímico Umbundu*. Luanda, Angola: Editorial Nzila.

7. Coincidências com acontecimentos sociais (viagens, prisões, falecimentos, festas, etc.);
8. Em relação com os falecimentos dos seus antecessores;'
9. As relações sociais;
10. Nomes mensagens:
 - de agradecimento a Deus;
 - de pedido de proteção;
 - de lamentações;
 - de censuras;
 - de preocupações quotidianas.
11. Nomes teóforos;
12. Nomes de honra.

Por se considerar o assunto muito amplo, não se esgota nos elementos enunciados pelo autor, entretanto, o essencial ficou muito bem claro, pensamos nós, em relação a variadíssimos nomes que são atribuídos na língua que o autor apresenta, que ao nosso ver estende-se ao todo povo bantu, em particular ao povo de Angola a que se faz o estudo.

Passamos de imediato a enumerar os nomes que Yambo apresenta (2003, pp. 31-56).

1. **Bongue** – deriva de *Mbonge*. Uma planta medicinal que cresce nos morros fazendo alusão à autoridade estabelecida; lugar elevado e ao qual tudo se submete; por extensão, Fortaleza, Administração colonial. Como nome de criança, talvez a criança tenha nascido num momento em que o pai se encontrava detido na administração do Posto ou enviado como contratado para os serviços forçados, longe dos seus. Convém assinalar que este nome não se registou no período pré-colonial.
2. **Cakusola** – deriva de *Okusola* que significa amar. Este nome é dado às crianças que nascem num momento em que reina a harmonia.
3. **Cali** – deriva de *Ocali*, esmola.
4. **Cambasuku** – deriva de *Okwimbi*, que significa deitar fora; aquilo que Deus rejeita.
5. **Candimba** – deriva do verbo *okulimba*, esquecer. Pessoa que se esquece com facilidade. Muitos homens, devido ao seu estado de poligamia, não encontram com facilidade as suas coisas usuais. Quando se metem à procura, muitas vezes utilizam a seguinte expressão: Candimba, quer dizer esqueci-me.

6. **Canjika**²¹ – nome próprio que se dá a uma criança depois de muitos que a precederam terem todos falecidos. Então, a mãe dá esse nome para se conformar com qualquer acontecimento que vier, proferindo palavras como: “já estou habituada, se esta vier a falecer, nada irá me assustar”.
7. **Cimbumba** – mulher sem marido, viúva; ocimbumba = pessoa sem amparo, pessoa solitária, só, isolada.
8. **Cimuku** – deriva de *Omoku*, rato. Cimuku, ratazana.
9. **Cinosole** – é um nome de alegria que manifesta a satisfação de um desejo, do esperado.
10. **Citekulo** – benfeitor. Pessoa bondosa e prestável.
11. **Ekumbi** – sol.
12. **Elavoko** – esperança por ter nascido na véspera de natal, ou muitos antes dela faleceram. Ela nasceu. Será que irá sobreviver?
13. **Epalanga** – deriva de epalanga liange, ekamba liange, meu amigo e contemporâneo.
14. **Eyala** – nome próprio que se dá a uma criança quando os seus predecessores foram doentios e acabaram por morrer. Eyala quer dizer lixeira. Esta criança é também para deitar ao lixo, não tem valor. É um preventivo, uma medida profilática para não excitar a curiosidade dos invejosos.
15. **Handanga** – reinar no lugar da mulher. Muitas vezes acontecia que ao morrer um dignatário, sem sobrinho nem filho, deixasse a sua herança à sua única filha casada e esta, por sua vez, declinava a responsabilidade ao seu marido.
16. **Hossi** – deriva de Ohosi = leão, nome próprio para um dos gémeos do mesmo sexo que nasce depois de *Njamba* = elefante.
17. **Hungulu** – este nome, que deriva de *Ongulu* (porco), é dado a uma criança que nasce depois de uma série de desgraças, isto é, mortes anteriores sucessivas.
18. **Kahosi** – deriva de Ohosi, leão, pequeno leão; ou leão pequeno.
19. **Kalumbu** – este nome é dado a uma criança quando a mãe concebeu num período irregular do ciclo menstrual. Elumbu quer dizer surpresa. A mãe não conta com a criança e, de um momento para outro, encontra-se grávida. É um estado de gravidez

²¹ Para além do valor semântico que o nome tem, em Angola, “canjica” também faz parte da gastronomia. Trata-se de guisado de feijão com milho ralado, temperado, muitas vezes, com óleo de palma. Como gastronomia escreve-se “canjica” e não “Canjika” o que aparece como nome próprio. Mas, o dicionário da língua portuguesa também regista o termo em Kikongo com a seguinte escrita “kanjika”. Cf. Dicionário da Língua Portuguesa (2015). Edição revista e atualizada. Porto Editora.

após um parto normal. A mulher, nestas condições, a amamentar nem se quer sonha com o ciclo menstrual; no entanto, decorridos alguns meses após o parto, apercebe-se de que está novamente grávida.

20. **Kambwa** – deriva de Ombwa, e Kambwa quer dizer cachorro. Para quê dar um nome se daqui a pouco já vai morrer, é um simples cachorrinho. Entretanto, o cachorrinho torna-se cão e o nome fica.

21. **Kandimba** – deriva de ondimba, coelho, símbolo de esperteza, de astúcia.

Para além dos nomes próprios aqui transcritos ainda existem muitos antropónimos com diversos significados, tal como fomos abordando ao longo do trabalho, com os significados diametralmente que têm a ver com os seus contextos de atribuição, como também afirma Yambo (p. 23) que anteriormente foi mencionado.

2.3.1.4. O Nome próprio²²

A palavra “nome” tem origem em três idiomas: hebraico, grego e latim. A palavra hebraica para nome é *shem* e ela deriva da raiz árabe *wsm*, assinalar, marcar a ferro quente, dando a ideia de um sinal externo que distingue uma coisa ou pessoa da outra. A palavra grega para o nome é *onoma* com o significado de nomear, especificar, designar. *Onoma* deu origem à palavra onomatologia que é um dos ramos da glotologia, estudo dos nomes próprios (M. A. Santos, 2017, p. 45). A função principal do nome próprio é diferenciar as pessoas entre si e, segundo Carvalhinhos (2007, pp. 165-177), no ato de nomeação há dois elementos que se diferenciam: o facto conservador, que leva à perpetuação de certos nomes de família (isto é, determinado nome passaria a ser tradição²³de família), e, por outro lado, as influências da moda, muitas vezes impostas pelos meios de comunicação em massa. Para Raposo e Nascimento (2013, p. 994), o nome próprio constitui um elemento que individualiza as entidades (as pessoas) e está associado à data de nascimento, à cor dos olhos, às impressões digitais, ao nome dos pais e ao seu percurso histórico. Raposo e Nascimento ainda chegam a afirmar que “os nomes próprios têm como função primordial referir de modo individualizado entidades particulares do mundo, presentes ou passadas, vivas ou mortas, reais ou imaginárias” (p. 995).

De acordo com Silva et al.,

A questão do nome sempre foi palpitante por problematizar alguns temas como a relação semântica entre um objeto e sua denominação, e a referência entre o objeto, o conceito e forma da palavra. Estas questões já eram formuladas na Grécia, e o

²² O nome próprio também é considerado ou pode ser chamado por prenome.

²³ Ler a composição ou classificação dos nomes próprios, no capítulo a seguir.

gramático Dionísio, o Trácio, no século II a. C., quando da sistematização da primeira gramática do mundo ocidental, já descreveu o onoma. (Silva et al., 2007, p. 110)

Segundo os autores acima referidos, naquele tempo (na Grécia antiga) não existia o conceito de nome próprio como se conhece atualmente, que contrapõe o nome comum. A definição de *onoma* abarcava ambos (nome próprio e comum) por se referir a denominações de seres individuais, atividades humanas e objetos. Ainda afirmam que “para refletir sobre o onoma, é necessário rever o que se pensava sobre a relação semântica existente entre um objeto e o seu nome”(Silva et al., 2007, p. 110).

Segundo Vasconcellos (1928, p. 2), os nomes próprios são estudados pela glotologia que os subdivide em três partes: a antroponímia, que estuda os nomes individuais, sobrenomes e apelidos; a toponímia, que estuda os nomes geográficos, e polionímia, que estuda os nomes próprios de entidades sobrenaturais, astros, ventos, animais e coisas.

Na Roma antiga, as pessoas usavam apenas um nome próprio. Mais tarde passaram a usar mais de um nome, e o nome próprio era o primeiro na composição ou organização, que se chamava *praenomen*. O *nomen* designava o clã e o último designava a família, conhecido como *cognomen* (M. A. Santos, 2017, p. 49). Mas, segundo Carvalhinhos (2007, pp. 165-177), entre os séculos V e VIII, os romanos possuíam um sistema de nomeação triplex, ou seja, utilizavam três nomes (triplex nomen), mas quando o cristianismo mostrava a sua força, enquanto motivo para nomear, o sistema do triplex nomen encontrava-se desorganizado e os nomes eram mais simples, passando a ser somente um único nome, tal como afirma M. A. Santos (p. 49). No século XI na Europa, com o crescimento das populações, a utilização do nome próprio (único) tornou-se tão comum que as pessoas tiveram dificuldades em conhecerem-se todos pelo nome, de tal modo que era necessário cada um ter um sobrenome. A partir do século XVI, os sobrenomes passaram a ter transmissão hereditária buscando-se um nome próprio para celebrar o batismo, tal como confirma M. L. Santos (2003):

Ao longo da Idade Média, a evolução do antropônimo de um só nome para uma forma constituída por dois elementos foi, talvez, o marco mais significativo do processo de formação do sistema antroponímico. Se até ao século X, meados do século XI, a maioria dos indivíduos era, apenas, designada por um nome, o nome próprio, no século XII, é geral o triunfo da forma antroponímica composta por um nome de baptismo e um patronímico, o nome paterno, na forma genitiva (indicação do pai a que pertencia cada indivíduo). (P. 229)

Tendo continuado com a sua reflexão, M. L. Santos (p. 229) diz que diferenciar um indivíduo no seio de uma família ou de alguma pequena localidade não era problemático, mas identificá-lo em comunidades mais vastas exigia formas de denominação mais complexas.

O uso habitual da expressão nome próprio, que normalmente designa o primeiro nome de uma pessoa ou indivíduo, carrega consigo a noção de ser o nome pessoal ou literalmente exclusivo. O nome próprio, muitas vezes, caso não seja sempre, é atribuído após o nascimento de uma criança e, desde a infância, identifica-a ou distingue-a, em primeiro lugar com os membros da própria família e depois com a sociedade em geral, podendo ser simples (Alfredo, António) ou composto (Pedro da Fonseca, Ana Maria). Conforme vimos, existem nomes que são constituídos por uma única palavra e outros por mais de uma mas, como afirmam Raposo e Nascimento (2013, p. 998), “o nome oficial de uma pessoa, na nossa sociedade, é sempre um nome próprio composto”.

O nome próprio por ter um carácter muito pessoal, não só acompanha o percurso de vida de qualquer nomeado (pessoa) e normalmente o direito de nomear é encarregue aos pais, padrinhos ou outro elemento/indivíduo da família desde que seja autorizado e/ou por ser de tradição familiar, mas deve-se ter sempre o bom senso na escolha do nome para não colocar o filho numa situação de autorrejeição ou mesmo rejeição social, na medida em que muitos nomes são ou têm sentido pejorativo na sociedade ou no meio onde habitam. O nome, se assim podemos considerar, é como se fosse uma marca do indivíduo que identifica a pessoa dentro da sociedade e da própria família, isto é, para não falar da própria autoidentificação.

A escolha do nome próprio não acontece de forma empírica, e cabe-nos tentar compreender quais são os fatores que podem estar em causa na preferência do nome “sicrano” ou “fulano”. As razões de nomear ou designar certos indivíduos de uma certa forma, na verdade, têm a ver com a vida quotidiana, o modo de viver, as atividades que cada um realiza ou exerce e a cultura de cada povo ou grupo social, conforme confirma Homem (2017):

A questão coloca-se de forma muito expressiva quando queremos compreender as razões de um certo modo de designar indivíduos, porque existem decerto factores que nos escapam e que se prendem com a sua vida quotidiana, com os locais onde habitam e com as atividades que exercem e, porque não, com antecedentes familiares e afetivos. (P. 34)

Para Obata (1986, p. 5), quando nasce uma criança o nome escolhido pelos pais pode despertar certas expectativas nos filhos, especialmente quando escolhem nomes de grandes personalidades cujos atributos estão tradicionalmente incorporados pelos grupos sociais. Prosseguindo com a sua reflexão, a autora acima referida pede que os pais façam uma autocrítica na escolha dos nomes que devem atribuir aos seus filhos, porque, segundo ela, o nome pode colocar a pessoa a submeter-se em vários problemas por diferentes motivos:

- a) O nome ser eufonicamente desagradável;

- b) Ter um significado extravagante ou excêntrico;
- c) Ser um nome ao qual possa ser feita uma associação negativa.

Na mesma senda, Obata (1986, p. 5) aponta várias razões para a escolha de um antropónimo, que iremos destacar a seguir:

- a) Por motivos religiosos, adotam-se nomes bíblicos, de invocação religiosa e de santos: o santo que se festeja no dia do nascimento da criança, ou algum outro da devoção dos pais ou dos parentes próximos.
- b) Por motivos familiares ou de amizade, adotam-se, principalmente, os nomes dos pais ou avós, e também de outros parentes ou dos padrinhos, ou ainda de alguma pessoa (amigo ou benfeitor) que os pais queiram homenagear.
- c) Por motivos políticos ou históricos, adotam-se nomes de personalidades ou até factos políticos ou históricos dos quais os pais são simpatizantes.
- d) Por motivo de moda, adotam-se nomes de personagens ou artistas ligados a produtos culturais em evidência, como novelas, filmes, música, etc.

Hoje em dia, a televisão é um poderoso veículo de comunicação que cada vez mais tem influenciado muito os cidadãos de todo o mundo na escolha de um ou outro nome. Mesmo que não se tenha realizado um estudo sobre o assunto, é possível fazer esta afirmação, apenas, pela observação empírica, que cada vez mais há acesso a nomes importados, oriundos de outras sociedades (como Yuri, do russo; e Stéphanie, por influência da princesa de Mônaco), nomes de atores e cantores famosos, resgate de nomes indígenas brasileiros (Jací, por exemplo) e mesmo a invenção de nomes, compostos por uma parte do nome do pai e outra do nome da mãe (pai Eli, mãe Mara; gémeas Elimare e Mareli), (Carvalhinhos, 2007, pp. 165-177). A junção do nome do pai e do nome da mãe pode ainda ser considerada por simplesmente fenómeno de junção antroponímica ou ainda truncação.

2.3.1.5. O Nome próprio e a sua utilidade social

O nome próprio é uma expressão linguística que forma uma subclasse própria da classe dos designadores ou, ainda, expressões referenciais singulares.

O nome é um vocábulo que tem a função de designar uma pessoa, um animal, uma coisa ou um grupo de pessoas, animais e coisas. Na história das diferentes culturas, a palavra foi sempre considerada como um elemento que carrega valores no âmbito da personalidade (no indivíduo) e social (na sociedade), por sua vez, apresenta a visão do universo de cada homem enquanto membro da sociedade, como diz Carvalhinhos (2007, pp. 165-177), “o nome

próprio tem como função de registrar atitudes e posturas sociais de um povo, as suas crenças, profissões, região de origem, entre outros”. É o substantivo que diferencia as coisas que nos rodeiam, mas o nome de pessoa distingue-se das demais coisas e é caracterizado por possuir muitos atributos na sociedade e, muitas vezes, pode constituir uma expressão que se manifesta altamente na personalidade de cada nomeado. A identificação de objetos e seres humanos em comum em todos os tempos, segundo M. L. Santos (2003, p. 229), é um sistema que evolui conforme às necessidades com que se foram deparando. Para Obata (1986, p. 5), “o nome é um rótulo de identificação social e uma marca de individualidade que transmite um adjetivo abstrato a seu portador”. Para Silva (2012),

A posse de um nome é o primeiro bem que se recebe. Essa nomeação tende a desempenhar um papel significativo dentro das relações humanas apresentando-se como testemunho de uma época. A utilização de um nome pode possibilitar a entrada investigativa nos hábitos familiares e sociais como também nas influências culturais [...]. (P. 33)

É possível verificar que quando a pessoa aceita o seu nome, deduzimos logo, é porque este exerce ou influencia positivamente a sua própria identidade e, posteriormente, na sociedade. Quando a pessoa não aceita o nome ou não gosta do mesmo, ou é porque ele influencia negativamente a si próprio e posteriormente na sociedade. No caso de desconhecer tal influência, acha o nome comum ou ruim e não é por ele identificada. Desse modo, do ponto de vista do sujeito, a questão mais importante, associada ao nome, é a da própria identidade. Pelo nome, a pessoa é inserida no contexto social, tanto familiar quanto da sociedade em geral, ao mesmo tempo que, através dele, constrói a sua identidade. É preciso olhar sempre para esta dupla dimensão, a pessoa em relação a si própria e a pessoa em relação ao grupo. Rabinovich (2011) considera que,

O nome pode ser visto como um parto social, pois: nomear é gerar uma segunda vez na medida que o nome atribuído ao bebê o insere em uma ordem social: o registro civil, onde a criança inicia a sua existência legal e social. Pelo nome instaura-se uma tripla inscrição: a pessoa em relação à sociedade, a pessoa em relação à família e a pessoa em relação a si própria. (P. 8)

O nome pode constituir um elemento de identidade pessoal e é muito importante, na medida em que seja o primeiro rosto de uma pessoa na sociedade. Como elemento de identidade pessoal, pelo que serve como o primeiro documento de uma pessoa (cf. Muaca, 1999). O nome é como se fosse um passaporte, isto é, através de um nome podemos ter acesso a sítios mais importantes nas cidades onde vivemos, podemos ter facilidades em conseguir uma projeção social, etc. O nome não serve só para que possamos ser chamados por ele, mas

também serve para nos diferenciarmos, até certo ponto, de uma parte da sociedade e sermos, por sua vez, destacados. Por isso Yambo (2003, p. 27) diz que, “dar um nome a alguém é definir a sua personalidade e cada nome numa sociedade ágrafa é um testemunho, é um documento, é uma memória para a história da comunidade”. Quem conhece um nome dificilmente comete erros ao chamá-lo, isto é, o Diogo que é meu amigo, é diferente do António, na medida em que se diferenciam pelos nomes, muitas vezes de famílias diferentes, com estatutos sociais diferentes. Por isso, Carvalhinhos (2007, pp. 165-177) afirma que “conhecer os nomes significa conhecer as coisas, o que impossibilitava dizer coisas erradas”. O nome na sociedade não se limita apenas para distinguir uma pessoa da outra, entretanto, possui significados e elementos que vão para além daquilo que muitas vezes as pessoas não pensam ou consideram.

Os nomes podem constituir uma grande ajuda para a reconstrução da história de um determinado povo ou para a procura da origem de um indivíduo, razão pela qual, em todas as línguas, os nomes próprios são recolhidos e atualizados a cada dia que passa com a inclusão de novos nomes. Embora, para alguns estudiosos, os nomes não constituam objetos para um estudo profundo, mas, mesmo assim, eles continuam a possuir o seu valor ou mesmo muito valor no seio da sociedade. Consideremos a afirmação de M. L. Santos (2003, p. 229). “Sendo o nome, no quotidiano do indivíduo, um dos primeiros atributos que este recebe e, simultaneamente, expressão e reflexo da mentalidade daquela que o determina e do meio social em que aparece, até hoje, não tem sido objecto eleito de reflexão dos historiadores”.

As escolhas dos nomes são lícitas, desde que não ofendam a cultura do povo do nomeado e do nomeador, muito menos a sociedade onde ambos estejam inseridos. Pretende-se dizer, neste sentido, linguisticamente, os nomes são lícitos²⁴ de ser como, por exemplo, os nomes Figo, Mel, Botão, etc., podem parecer menos adequados do ponto de vista social, uma vez que estamos acostumados a encarar substantivos como estes apenas como comuns, e não próprios (Carvalhinhos, 2007, pp. 165-177).

O nome está intrinsecamente ligado à própria pessoa que o particulariza em si mesma e nas possíveis ações praticadas por ela. À medida que a pessoa vai tendo reputação social, por acréscimo, o nome vai aumentando a sua importância na sociedade.

Ao estudarmos o nome e a sua utilidade social, podemos destacar dois aspetos que achámos serem importantes: **o aspeto público e o aspeto social**. O aspeto público não é só a forma

²⁴ Como diz a Bíblia Sagrada, em I Coríntios 6.12 “Tudo me é permitido, mas nem tudo é conveniente”. Ou ainda, no mesmo capítulo e mesmo versículo “Tudo me é permitido, mas não me posso deixar dominar por coisa nenhuma”.

como a sociedade tem de lidar com os nomes, mas também é de total interesse dos estados ver os indivíduos integralmente individualizados no meio social através dos seus próprios nomes. O aspeto individual, se formos a ver, é o direito que os indivíduos têm, plasmado em certas constituições, de terem um nome próprio, serem chamados por ele, como também serem reconhecidos por esses nomes. A Constituição da República de Angola, em relação aos princípios fundamentais dos cidadãos (CRA, 2010, título I, art. 2.º, alínea 2, p. 5) diz que promove e defende os direitos fundamentais do homem, quer como indivíduo quer como membro de grupos sociais organizados, e assegura o respeito e a garantia da sua efetivação pelos poderes legislativos, executivo e judicial, seus órgãos e instituições, bem como por todas as pessoas singulares e coletivas. Na mesma carta que regula os cidadãos angolanos, no seu capítulo II sobre os direitos, liberdades e garantias fundamentais, secção I sobre os direitos e liberdades individuais e coletivas, no artigo 32.º que fala sobre o direito à identidade, à privacidade e à intimidade, diz que “a todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, à capacidade civil, à nacionalidade, ao **bom-nome** e reputação, à imagem, à palavra e à reserva de intimidade da vida privada e familiar”. (CRA, 2010, cap. II, secção I, art. 32, alínea 1, p. 15).

Os próprios estados encontram, indubitavelmente, no nome um grande fator de estabilidade e segurança para poderem identificar as pessoas. Enfim, o nome não pode e nem deve estar fora dos direitos da personalidade. Como afirmamos anteriormente, o nome é um simples sinal que serve para distinguir cada indivíduo na sociedade, isto é, mostra o lado exterior do estado de cada pessoa e podemos acrescentar, dizendo que, pelo nome, os Estados têm as tarefas facilitadas, na medida em que se servem deles para identificarem os cidadãos.

Como já referimos, o nome particulariza o ser humano na sociedade, até mesmo após a sua morte. Enquanto vivo, a sua utilidade é muito notada.

2.3.1.6. O Nome próprio e seus significados: os contextos

O significado de um nome próprio é dado pelas circunstâncias ou pelas descrições que apresenta. As teorias que explicam as funções do nome, de acordo com Ferrari (2008, p. 33), podem ser divididas em dois grandes tipos: as descritivistas ou teorias clássicas da referência dos nomes próprios e as causais. Segundo o mesmo autor, as teorias dos nomes de tipo descritivistas afirmam a existência de uma relação de igualdade entre o nome próprio e a descrição definida, e a relação do nome com o objeto está mediada por uma descrição.

O poder do nome reside na força do seu significado, porque é ali que se busca a sua capacidade. O significado do nome, muitas vezes, depende da imitação que se faz da coisa ou

entidade que serve como modelo. O nome, por sua vez, deve ser definido como uma imitação e a imitação pode ser bem ou mal feita.

Um nome pode ser bem ou mal atribuído, isto é, quando o nome é mal atribuído ou imitado não apresenta semelhanças entre o nome e a coisa imitada. A não adequação do nome e da coisa imitada pode fazer com que a coisa imitada se sinta mal representada, como também mal interpretada. Em *Crátilo* descreve-se o nome como uma exibição da coisa por meio de sílabas ou letras e, ainda, se afirma que a distinção entre os nomes bem e mal instituídos reside na adequação das letras que os constituem (Platão, 2001, p. 24). Os nomes bem atribuídos são semelhantes às coisas.

Se um nome atribuído a uma coisa e esta coisa não mostrar os seus efeitos, então, o nome deve ser substituído para se adequar à coisa (Dulley, 2015, p. 166). Não deve haver distinção entre o nome e a coisa nomeada. Logo, espera-se que a pessoa nomeada tenha qualidades desejadas pela família, embora nem sempre se obtém essas concordâncias ou mesmo coerência, mas é este o caminho que muitas famílias utilizam para nomear ou atribuir nomes aos seus filhos. Pode observar-se que dentre os nomes atribuídos, os significados, ou seja, os melhores significados são aqueles que surgem, normalmente, de atribuição de nomes dentro de um contexto. Isto significa que, o momento em que a criança nasce é determinante e joga um papel muito forte para se atribuir um nome à criança. Por esta razão, hoje em dia, temos nomes como Márcio (por ter nascido no mês de março); Fazenda (por ter nascido numa fazenda); Alegria (por ter nascido num dia de festa ou de muita alegria); Domingos (por ter nascido no domingo), etc.

Os nomes próprios em Angola, muitas vezes, são atribuídos de acordo com cada situação ou contexto, conforme referimos muitas vezes ao longo do trabalho, e pode ser determinada de acordo com as necessidades sociais ou o papel social dos pais que também pode influenciar fortemente na escolha do nome. Os pais, quando pensam em atribuir um certo nome ao filho ou à filha, antes ou depois de a criança vir ao mundo, pretendem sempre relacioná-lo a um evento, uma situação de alegria ou mesmo, em certos casos, tentam relacioná-lo com os momentos tristes. Vasconcellos (1928, p. 23), no seu estudo antroponímico, faz uma abordagem clara sobre o dito anteriormente de seguinte modo:

Em todo o caso convém observar que os nomes pessoais nascem, em regra, de expressões da língua comum, isto é, ou de palavras simples, de derivados e de compostos, ou de frases: e referem-se em seus primórdios, conforme as línguas, a coisas e fenómenos da Natureza, ao tempo (como duração), à geografia, a qualidades físicas e morais dos indivíduos, a circunstâncias, necessidades e ocupações da vida

ordinária, à religião ou à magia, à guerra, a domínio (em todo o sentido), a estados sociais, etc. (Vasconcellos, 1928, p. 23)

Na cultura dos bakongo²⁵, o nome próprio “Yamba” é atribuído a crianças, maioritariamente femininas, quando nascem no momento em que a família está numa infelicidade de perda de um dos membros na família (situação de óbito). A esta criança, como referimos anteriormente, dá-se o nome de “Yamba” que quer dizer tristeza, infeliz ou infelicidade. O nome em causa, neste âmbito, representa uma infelicidade. Como esta, existem muitas outras situações, mas também há nomes atribuídos em momento de felicidade como, por exemplo, o caso do nome “Matondo” que quer dizer “agradecimento”. Este nome é atribuído quando uma família pretende agradecer a Deus por lhe ter dado mais um membro ou, se calhar, o filho desejado, isto é, quando nasce, a família suplica “Matondo Kwanzambi”, tendo o mesmo significado dito anteriormente, “agradecimento” ou mesmo “graças a Deus²⁶”, ou ainda, “agradecemos a Deus”.

Os exemplos representados pelos nomes “Yamba” e “Matondo” enquadram-se nos fatores ou contextos culturais ou ainda tradicionais, pois, cada cultura tem a sua maneira de fazer as coisas, como também de as perceber. Quando se pensa em atribuir nome a alguém por homenagem²⁷, isto é, homenagear alguém porque representa para esta ou aquela família um orgulho, pensa-se diretamente nos feitos e qualidades que esta pessoa possui e podem ser benéficas à pessoa nomeada. Isto significa que, ao atribuir este nome por homenagem, não se pensa, em princípio, na origem e significado do nome do homenageado e nem no significado que possa ter, muito menos como foi aplicado desde o seu surgimento, mas pensa-se nas qualidades do homenageado. Por conseguinte, o significado será aquilo que a pessoa homenageada representa para aquela família. O contexto em causa é familiar ou social, pois, o relacionamento existente no seio familiar ou social condiciona toda a situação.

2.3.1.7. A Nomeação ou atribuição de nomes próprios

Todos sabemos que, por exemplo, o nome pessoal português, especialmente por mediação da alma, venha ela a ter ou não acessão à categoria de nome oficial (nome ou apelido), o nome pessoal português pode ser representado por palavras de variadíssimos sentidos e até de variadas categorias gramaticais. (Serra, 1967, p. 9)

Atribuição de nomes é muito importante e pode fazer com que, através dele, se façam grandes reflexões. A atribuição de nomes não cabe a qualquer membro da família, mas é para

²⁵ Grupo etnolinguístico, em Angola, que tem como a principal língua o kikongo.

²⁶ Este nome só significa agradecimento ou graças a Deus em língua kikongo, salvo nos dialetos da própria língua kikongo. Em kimbundu e em umbundu o nome “Matondo” sofre uma transfiguração semântica e fere a sensibilidade destes povos no âmbito social e linguístico.

²⁷ Esperamos esclarecer esse tipo de atribuição de nomes no último capítulo deste trabalho.

as pessoas que têm essa autoridade. Em *Crátilo*, Sócrates e Hermógenes concordam quando afirmam que os nomes têm uma correção por natureza, e que nem todos os homens sabem pôr o nome adequado a uma coisa qualquer (Platão, 2001, p. 54). Dando continuidade do pensamento dessas duas personagens, os nomes que são dados (atribuídos) aos heróis e aos homens podem enganar-nos por completo, na medida em que muitos deles foram atribuídos ou estabelecidos de acordo com denominações dos antepassados e alguns sem qualquer adequação. Sobre os nomes, podem-se alterar algumas letras, acrescentando ou retirando, nomeando de uma maneira diferente do que se pretendia e alterar conseqüentemente o seu significado (Platão, 2001, pp. 62-65). As culturas e os contextos de atribuição de nomes podem e/ou devem ser consideradas, porque o mesmo nome atribuído por certo povo e em épocas diferentes (incluindo os seus contextos) pode alterar o significado da origem do nome de forma cabal.

O nome caracteriza o indivíduo, por isso é sempre importante atribuir um nome que se adegue à personalidade do nomeado. O nome implicará uma imitação de alguém ou de alguma coisa voltada à pessoa ou ao nomeado, na medida em que é representada pelas letras ou sílabas que mostram ou representam a pessoa ou a coisa imitada. Se formos à Bíblia Sagrada, Deus ao atribuir nomes a certas personalidades adequava-os sempre de acordo com o contexto e de certos cumprimentos proféticos. Assim, os nomes selecionados por Ele caracterizavam sempre o indivíduo e eram aquilo que tinham de ser atribuídos, porque os caracterizavam assim na sociedade. Deus parece-nos ser a primeira entidade a preocupar-se com os significados dos nomes, por isso, muitas vezes, não permitia ou não deixava que certos nomes fossem atribuídos pelas famílias de certas personalidades que para Ele eram os seus escolhidos e tinham de manter uma diferença. Assim, por exemplo, os nomes como **João “Batista”**, ou **Jesus “Cristo”** (o nazareno ou simplesmente como é tratado pelos cristãos O Salvador do Mundo), e outros, etc., foram atribuídos de acordo com a orientação Divina, na medida em que essas personalidades surgiram num contexto muito diferenciador e fundamental para a geração onde estavam inseridos (Lucas, 1:13 & 1:28-31).

A atribuição dos nomes pode ser de carácter natural ou de carácter convencional. A cada pessoa deve atribuir-se um nome que vai ao encontro à sua natureza cultural, devendo o nome ser adequado aos costumes e cultura que cada povo se apresenta na sociedade. O carácter natural aqui não pode ser entendido como se fosse algo que não seja o comportamento social de um determinado povo. O termo natural implica que o nome próprio a ser atribuído a cada indivíduo numa determinada área social deve combinar-se com a forma de ser, estar e de viver daquele grupo social e não de uma forma diferente. Se o nome não se adequar a certos

aspectos culturais da zona onde o indivíduo faz parte, então este nome não é natural, ou seja, não é de natureza daquela sociedade ou povo.

Por outro lado, podemos ter também nomes atribuídos por uma convenção social, convenção essa que coloca certos membros de uma família, por exemplo, pai e mãe a decidirem de uma forma democrática sobre o nome ou possível nome que pode ser atribuído a um recém-nascido na família. Em muitos casos, não tem havido no seio familiar decisões tomadas por ambos progenitores do nomeado (pai e mãe), mas ficando somente um dos progenitores a tomar todas as decisões possíveis dos nomeados da família. Isto significa que em muitas famílias, a mulher continua a não ter nenhum domínio sobre os filhos, a não ser criar. A ideia de convenção pode ser alargada e não devendo limitar-se apenas aos progenitores. Há famílias em que os tios é que têm todo o poderio dos sobrinhos e não os progenitores, ou melhor, os tios²⁸ conjuntamente com o(s) pai(s) tomam decisões sobre os filhos em todas as esferas. Neste sentido, a mulher torna-se simplesmente uma mera assistente das ações protagonizadas pelos irmãos (tios) e o seu marido. Porém, a atividade ou a ação de nomear não se estende a todos os membros de uma família, como é óbvio, é uma prática que está restringida a algumas pessoas.

Observando atentamente as duas formas, ou seja, as duas possíveis formas de atribuição de nomes (natural e convencional), atualmente mesmo de forma subjetiva nota-se que as sociedades hodiernas têm optado cada vez mais pela atribuição convencional do que a natural, embora, de acordo com a nossa abordagem, a forma natural também tenha a sua percentagem. A título exemplificativo dos nomes atribuídos por convenção, temos os nomes atribuídos por contração²⁹, ou seja, junção do nome do pai e da mãe, nome da mãe e da avó, etc. De acordo com o pensamento descrito anteriormente, acha-se que não haverá, ou mesmo não há, uma forma única de nomear por causa das diferentes culturas que existem e uma forma privada de nomear, nesta forma estaríamos a concordar com Sócrates na discussão alongada e aturada que teve com Hermógenes, em *Crátilo*, dizendo que “não haverá grande sentido em haver uma forma comum de denominar, se afinal cada homem lhe opuser uma sua privada”(Platão, 2001, p. 11).

Em relação à atribuição natural e convencional dos nomes, temos ou continuamos a ter ainda uma aturada e prolongada discussão em *Crátilo*, onde a questão de nomeação é amplamente

²⁸ Na cultura bantu, os tios são os irmãos da mulher (esposa). Nas resoluções de problemas (assuntos familiares) os tios (irmãos da esposa) têm um certo peso. Por sua vez, os irmãos do marido (pai) também são considerados, de igual modo, pais. É habitual usar-se a expressão “pai pequeno” (irmão menor do marido) e “pai grande” (irmão mais velho do marido) em certas famílias.

²⁹ Aquilo que consideramos anteriormente de junção antroponímica ou truncação.

colocada em debate entre Sócrates e Hermógenes. Hermógenes defende a teoria convencional quando diz o seguinte:

[...] e não sou capaz de me persuadir de que a correção dos nomes seja outra coisa para além da convenção e do acordo [...]. De facto nenhum nome pertence por natureza a nenhuma coisa, mas é estabelecido pela lei e pelo costume daqueles que o usam, chamando as coisas. (Platão, 2001, p. 10)

Essa posição de Hermógenes é muito fundamentada ainda quando ele próprio deixa uma clara ideia de que cada membro de uma comunidade pode nomear a seu bel-prazer com inteira propriedade. Para Hermógenes, a atribuição de nomes é uma convenção e um acordo, de modo que o nome que alguém puser a uma coisa, esse será o nome correto.

Sócrates, por sua vez, não concordando com a posição de Hermógenes avança em defesa da teoria Naturalista sobre a correção dos nomes, segundo a qual a ação de nomear que tem uma finalidade de dizer as coisas, que possuem uma natureza própria, portanto, devem ser nomeadas segundo essa natureza (Platão, 2001, p. 12).

Os nomes devem ser atribuídos de acordo com a natureza de cada cultura e não de acordo com o que cada pessoa queira nomear. Segundo Sócrates, em plena discussão com Hermógenes, “as coisas devem ser nomeadas como lhes pertence por natureza serem nomeadas e por meio do que devem sê-lo, e não como nós queremos e assim faremos e nomearemos melhor, portanto, de outra maneira não” (Platão, 2001, p. 48). Ambos ainda concordam em muitos aspetos de como se pode nomear. Se a um instrumento que serve para furar chamamos furador, ao que se tem de tecer chamamos lançadeira, a aquilo com que se tem de nomear, segundo Hermógenes, é um nome que, por sua vez, Sócrates concorda dizendo que o nome também é um certo instrumento (Platão, 2001, p. 49). Sendo o nome um instrumento, usa-se para o distinguir de outro nome ou coisas, portanto “o nome é, então, um instrumento de ensino e de distinção da entidade, da mesma maneira que a lançadeira o é da teia” (Platão, 2001, p. 49).

O nome é um elemento que pode ser considerado como um instrumento que pode servir para instruir, ensinar e distinguir entre uma coisa e outra. O nome pode estar relacionado com a atividade profissional de um indivíduo, a posição social ou económica. É esta que achamos ser a posição defendida por Sócrates. O nome próprio deve adequar-se sempre à personalidade do indivíduo e não o contrário.

De acordo com Sócrates (Platão, 2001, p. 14), não é qualquer membro da sociedade que deveria atribuir os nomes. Os legisladores dos nomes sob a orientação do dialético seriam as pessoas certas a atribuírem os nomes corretamente. De acordo com essa medida tomada por

Sócrates, em atribuir a inteira responsabilidade ao legislador de atribuir os nomes corretamente, decorrem aqui três consequências:

- a) Os nomes pertencem por natureza as coisas;
- b) Não será qualquer o criador dos nomes;
- c) A este cabe, visando o nome natural de cada coisa, moldar-lhe a forma por meio de letras e sílabas.

Contextualizando a questão, atualmente, temos os conservadores que trabalham atentamente nas correções dos nomes. Na realidade, os nomes são atribuídos pelos progenitores ou por outros membros de família, mas muitas vezes violam certos princípios que somente o conservador tem a noção de perceber e tomar certas medidas, entretanto, atualmente não podemos deixar que os conservadores tomem todas as decisões na determinação do nome a ser registado. Eles são mediadores quando alguma coisa não está de acordo com certas regras estabelecidas pelas leis criadas pelos distintos governos.

Em Angola, a atribuição dos nomes obedece uma certa estrutura que deve ser seguida pelos nomeadores, ou melhor, pelos progenitores ou pelos encarregados de educação. Segundo a Lei Angolana sobre a Composição dos Nomes, o Diário da República 10/85 de 19 de outubro, Lei que revoga a Lei n.º 10/77 de 9 de abril sobre as Normas de Registo Civil, no seu artigo 1.º faz a seguinte redação:

1. O nome completo compor-se-á, no máximo, de cinco vocábulos gramaticais simples, dois dos quais só podem corresponder ao nome próprio e os restantes ao apelido³⁰.
2. Em casos devidamente justificados, atendendo à composição dos apelidos dos progenitores, o número máximo de vocábulos poderá ser elevado a seis, mantendo-se, contudo, o limite de dois para o nome próprio.
3. Os nomes próprios, ou pelo menos um deles, será em língua nacional ou em língua portuguesa³¹.
4. Os nomes próprios em outras línguas serão admitidos na sua forma originária ou adaptada.
5. Os apelidos são obrigatórios e serão escolhidos entre os pertencentes às famílias paterna, materna ou ambas dos progenitores do registando. No caso de os progenitores do registando não terem apelido, será este escolhido pelo declarante, de preferência de acordo com o funcionário perante quem for prestada a declaração.

³⁰ A Lei 10/77 de 9 de abril previa no máximo quatro vocábulos gramaticais e igual número de nomes próprios sem, no entanto, serem violados.

³¹ Este facto não era previsto na antiga Lei 10/77 de 9 de abril.

No art. 2.º. 1 o mesmo diploma diz que os conservadores só poderão recusar a escolha de nomes que se mostrem manifestamente inadequados à luz da dignidade e seriedade de que se deve revestir a atribuição do nome às pessoas. Finalmente, no artigo 2.º. 2, em relação à recusa, cabe recurso hierárquico nos termos gerais previstos no Código do Registo Civil, faculdade que deverá ser obrigatoriamente comunicada aos interessados.

Ainda, nesta lei, vê-se claramente que as línguas autóctones não têm muita manobra ou expressão na atribuição de nomes. Atribuir ou nomear alguém com todos os nomes, sejam eles próprios ou apelidos em línguas autóctones, pelo que, de acordo com esta lei, é impossível, mas se forem todos atribuídos em língua portuguesa não haverá barreira alguma.

Se passarmos para a lei portuguesa sobre atribuição de nomes, não notaremos grandes diferenças. De acordo com Castro (2001, p. 5), “a normativa do nome acha-se confinada no artigo 103.º do Código do Registo Civil”. Rigorosamente, a atribuição do nome aos recém-nascidos não é objeto de regulamentação sistemática, pois, muitos dos nomes atribuídos têm elevada frequência e são universalmente reconhecidos como fazendo parte do onomástico português e, segundo Castro (2001, p. 5), não necessitam de verificação.

Vejamos o que a lei portuguesa diz sobre os registos dos nomes ou a composição do nome dos seus cidadãos de acordo com o Decreto-Lei n.º 324/2007, art. 103.º.

1 - O nome do registando é indicado pelo declarante ou, quando este o não faça, pelo funcionário perante quem foi apresentada a declaração.

2 - O nome completo deve compor-se, no máximo, de seis vocábulos gramaticais, simples ou compostos, dos quais só dois podem corresponder ao nome próprio e quatro a apelidos, devendo observar-se, na sua composição, as seguintes regras:

- a) Os nomes próprios devem ser portugueses, de entre os constantes da onomástica nacional ou adaptados, gráfica e foneticamente, à língua portuguesa, não devendo suscitar dúvidas sobre o sexo do registando;
- b) São admitidos os nomes próprios estrangeiros sob a forma originária se o registando for estrangeiro, houver nascido no estrangeiro ou tiver outra nacionalidade além da portuguesa;
- c) São ainda admitidos os nomes próprios estrangeiros sob a forma originária se algum dos progenitores do registando for estrangeiro ou tiver outra nacionalidade além da portuguesa;
- d) A irmãos não pode ser dado o mesmo nome próprio, salvo se um deles for falecido;
- e) Os apelidos são escolhidos entre os que pertençam a ambos ou só a um dos pais do registando ou a cujo uso qualquer deles tenha direito, podendo, na sua falta, escolher-se um dos nomes por que sejam conhecidos;
- f) Se a filiação não ficar estabelecida, pode o declarante escolher os apelidos a atribuir ao

registrando e, se não o fizer, observa-se o disposto no artigo 108.º

3 - (Revogado).

4 - As dúvidas sobre a composição do nome são esclarecidas por despacho do diretor-geral dos Registos e do Notariado, por intermédio da Conservatória dos Registos Centrais.

Os sistemas de justiça e as conservatórias devem rever os seus critérios decisórios no exercício de registo de nomes de pessoas e outras fragilidades de vária ordem. No caso de Angola, as conservatórias ou, mesmo, a própria justiça devem garantir que a atribuição do nome pessoal seja feita em condições de respeito, tanto pelos direitos individuais dos requerentes, como pela tradição onomástica nacional (angolana) para o bem da antroponímia do país.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, na secção III sobre a onomástica (2001, art. 31, p. 48), todas as comunidades linguísticas têm direito a preservar e usar em todos os domínios e ocasiões o seu sistema onomástico. Nos artigos subsequentes (33.º & 34.º, p. 49) reserva os seguintes direitos:

Art. 33.º. “Todas as comunidades linguísticas têm direito a designarem-se a si próprias na sua língua. Consequentemente, qualquer tradução para outras línguas deve evitar denominações confusas ou pejorativas”.

Art. 34.º. “Todos têm direito ao uso do seu antropónimo na sua própria língua e em todos os domínios de utilização, bem como a uma transcrição fonética para outros sistemas gráficos, quando necessário, tão fiel quanto necessário”.

Se as leis da “Declaração Universal dos Direitos Linguísticos” entrarem em ação em todas as línguas, teremos, claramente, uma paz linguística desde que não se ofenda o outro usando palavras pejorativas. Por outro lado, as escolhas dos nomes próprios teriam sido mais liberais e muito originais e não com certos limites que as leis apresentam ou exigem. Em Angola, como se sabe, há muitas línguas que tornam o país multilingue, seria bom se pudéssemos ter também, por exemplo, indivíduos com todos os nomes em línguas autóctones. Mesmo os nomes próprios que a lei permite e só podem ser no máximo dois, convinha que também se dessem a liberdade de estes nomes (ambos) serem atribuídos em línguas autóctones. Não fazendo isto, estaríamos a incorrer em violação dos direitos linguísticos, principalmente, dos povos que residem no país, mesmo que sejam angolanos e não saibam falar a língua portuguesa.

A estes povos mesmo que a língua portuguesa não seja do seu domínio, por obrigação das leis e violação dos seus direitos linguísticos submetem-se a nomes que, para eles, não representam as suas culturas e as suas origens. Por este motivo, congratulamo-nos com o

Código do Registo Civil moçambicano, Lei 12/2004, de 18 de dezembro, que respeita a composição tradicional dos nomes, quando esta é invocada pelos nomeadores. (cf. Lei 12/2004, de 18 de dezembro, artigo 129, al. 4). Isto significa que a Lei moçambicana no artigo acima citado, relativo à composição do nome, faz toda a diferença se a compararmos com a Lei angolana. A Lei angolana não dá ao cidadão a liberdade de compor tradicionalmente os nomes, ou seja, atribuir os nomes em línguas autóctones quando estes solicitarem. Os cidadãos angolanos são privados dos seus nomes em línguas autóctones (ou nomes em línguas bantu), porque a Lei não permite que, por exemplo, o cidadão atribua a uma pessoa dois nomes próprios nestas línguas, limitando-os em apenas um, no caso de serem nomes próprios compostos (cf. DR. Lei 10/85 de 19 de outubro, art. 1.º, al. 3).

2.3.1.8. A Influência do meio social na atribuição de nomes

A sociedade é um conjunto de pessoas ou seres que vivem de forma organizada. A palavra sociedade vem do latim *societas*, que significa associação amistosa com outros. Ao falarmos aqui sobre a sociedade, estamos a fazê-lo sobre as sociedades humanas que são elementos ou objetos de estudo da sociologia e da antropologia. Para nós, o campo da sociologia é que mais interessa afim de abordarmos este pequeno trecho que, para Mendras (1975),

Numa perspectiva de pesquisa, o sociólogo quer estudar aquilo que é social nos indivíduos e em que medida os membros de um mesmo grupo, restrito ou extenso (uma nação ou civilização), tem em comum traços de personalidade que lhes são transmitidos pela sua sociedade. (p. 30)

A sociedade tem a equivalência de convivência e trabalho conjunto que pode ser pago (ordenado) ou por uma iniciativa livre e consciente. A sociedade humana constituída por um coletivo de pessoas de um país que se submete à mesma autoridade política, às mesmas leis e normas de conduta, organizados socialmente e governados por vontade própria ou, muitas vezes, como tem sido, por força de alguém que queira governar sem que seja eleito. O bem-estar das populações deve ser a prioridade de quem lhe foi entregue o poder para dirigir qualquer sociedade, grupo social ou país.

Os grupos étnicos constituem uma das diferenças que marcam um povo em diferentes territórios ou regiões, a estes também se incluem as classes sociais que possuem diferentes níveis. Mas, mesmo que essas diferenças sejam um facto, uma sociedade é sempre caracterizada por partilhar os mesmos interesses entre os seus membros e tem sempre um objetivo comum. Mendras (1975, p. 33) diz que, “o postulado básico é que existe certa lógica numa sociedade. Alguns traços fundamentais da sociedade encontram-se em todos os níveis, e certas estruturas básicas têm uma correspondência entre si”. Se a sociedade caminha, é

porque ela está capacitada para funcionar. Ela é como se fosse uma máquina onde as peças têm de se adaptar umas às outras para que tudo funcione.

Como se disse anteriormente, as sociedades também se caracterizam por estarem divididas em grupos étnicos. Dentro de cada grupo étnico podemos encontrar culturas diferentes. Por sua vez, a cultura inclui o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes e todos os hábitos e habilidades adquiridas em família ou na sociedade onde o indivíduo nasce, cresce e vive, na medida em que constitui o produto e, ao mesmo tempo, produtor da sua cultura, isto é, como afirma Mendras (1975, p. 29), “ao nascer, o indivíduo é uma matéria informe, e basta uma boa educação para dar-lhe a sua forma e o indivíduo recebe da sociedade elementos da sua personalidade, e não a diferença entre o que é inato e o que é adquirido”. Para Silva et al. (2007, p. 109),

Desde que nascemos, somos engolfados e submergidos em uma cultura e, também o nome, como fruto dessa cultura, pelo menos na nossa sociedade nos acompanha desde o nascimento (ainda que o ato de pensar o nome de um filho venha muito antes, desde o período de gestação).

Culturalmente, podemos dizer também que cada país tem a sua própria cultura, por exemplo, a cultura angolana é diferente da cultura portuguesa, embora tenha sido influenciada por esta última por causa do período que esteve instalada no território angolano. As influências culturais, hoje em dia, também jogam um papel dentro das sociedades, principalmente naquelas que são facilmente influenciadas, isto é, são aquelas que consomem tudo o que vem do exterior das suas culturas.

Uma sociedade, um país ou certo grupo social deve ter as suas próprias ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais que se aprendem ou que são adquiridas de geração a geração, experiências transmitidas pelas pessoas mais velhas que constituem até certo ponto uma herança social.

A cultura transmitida pela geração mais velha à mais nova nem sempre permanece tal como foi transmitida, ela sofre, muitas vezes, modificações, transformando-a e incorporando outros aspetos, procurando sempre melhorar a vivência de novas gerações. A cultura não é estática e está sempre em constantes transformações (desenvolvimento), porque, à medida em que o tempo passa, ela adapta-se e adota outras realidades, é influenciada ao seu modo de ser, agir, estar, e tudo isso vai caracterizando o desenvolvimento que se pretenda atingir.

Tudo quanto foi dito aqui está relacionado com a forma como são nomeadas as pessoas em certas sociedades ou comunidades. O modo de ser, de agir, de estar e de pensar de uma sociedade ou comunidade tem uma grande influência no modo de nomear de muitos

membros desta ou aquela sociedade, para além das influências externas, que todos nós atualmente denominamos ou designamos de globalização. Por outro lado, como também se disse, as etnias também apresentam cada uma delas uma maneira de ser diferente da etnia A ou B. Em Angola, por exemplo, há vários grupos étnicos e cada um, mesmo que tenha algumas características semelhantes com um ou outro grupo, apresenta diferenças diametralmente notadas, quanto ao modo de ser e estar. Aliás, toda a diferença começa a partir das diferentes línguas que cada grupo etnolinguístico fala³². Se partirmos de um antropónimo muito problemático em Angola, veremos toda a diferença de que nos servimos para fazermos tal referência. O nome próprio *Matondo* é um antropónimo que, em língua kikongo, significa “agradecimento”. É atribuído fundamentalmente a alguém, seja do sexo feminino como masculino para agradecer a Deus por ter dado uma bênção de conceber e dar a luz seja a um filho ou a uma filha. Diz-se *Matondo Kwanzambi* (que quer dizer, agradecemos a Deus ou o nosso agradecimento vai a Deus). Ora, o nome sofre uma transfiguração semântica na língua kimbundu e umbundu³³. Dizer *Matondo* nessas duas línguas é pejorativo, ou melhor, constitui uma “ofensa”, é dizer o aparelho reprodutor masculino.

O que se pretende informar aqui são as diferenças que cada etnia vai tendo em relação à outra, mas estas diferenças permanecem enquanto forem membros que pertencem a etnias diferentes dentro de um único território. Quando estas sociedades surgem como uma nação pensam da mesma forma, como também agem de igual modo para salvaguardarem o interesse comum, na medida em que as sociedades que pertencem um certo país têm, em regra geral, os mesmos objetivos.

³² Cf. Fernandes, J. & Ntongo, Z. (2002). *Angola: Povos e Línguas*. Luanda: Editorial Nzila.

³³ Tudo o que se descreveu aqui foi dito anteriormente. Fez-se um reforço que pensamos ser importante para esclarecermos, nesta página, o que pretendíamos transmitir.

Capítulo III. Metodologia, Apresentação e Análise dos dados

3.1. Metodologia

A metodologia constitui o caminho a usar para se chegar a um determinado fim ou resultado. O caminho compreende um conjunto de procedimentos ou etapas devidamente ordenadas para se fazer uma investigação de acordo com o que se pretende atingir como objetivo. A metodologia deve orientar como desenvolver ou instruir um certo estudo. De acordo com Macieira e Ventura (2007, p. 22), a metodologia deve conter os seguintes elementos:

1. Método(s) e técnicas: recursos a serem utilizados na coleta de dados e procedimentos a serem adotados na coleta, análise e interpretação de dados.
2. Descrição da população a ser investigada (por exemplo, no caso de pesquisas de campo e de laboratório).
3. Descrição das bibliotecas a serem consultadas (por exemplo, no caso de pesquisas bibliográficas).
4. Definição de amostras e de procedimentos de testagem (por exemplo, no caso de pesquisas de campo e de laboratório).
5. Relação dos documentos com os quais se pretende coletar os dados relativos à pesquisa (por exemplo, na pesquisa de campo).
6. Relação de aparelhos e instrumentos com os quais se pretende trabalhar (por exemplo, na pesquisa do tipo experimental).

Considerando a metodologia como o caminho que guia qualquer pesquisa a encontrar ou a produzir resultados satisfatórios, nela estão contidos o estudo dos métodos ou ainda instrumentos que ajudam a elaborar um trabalho científico. A metodologia estuda os métodos, por sua vez, os métodos levam-nos ou fazem com que se consiga atingir os objetivos traçados. Os métodos são de diversos tipos e cada investigador seleciona o método que convém e procura adequá-lo ao objeto da pesquisa a fim de conseguir atingir os seus objetivos.

Para Macieira e Ventura (2007, p. 9),

Método significa o caminho pelo qual se chega a um certo resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão de modo deliberado e refletido. Para a ciência, esse caminho compreende um conjunto de procedimentos, de etapas logicamente ordenadas para a investigação da realidade que se quer conhecer. Sua aplicação irá depender do objeto da ciência, podendo gerar diferentes técnicas que estarão orientadas pelas normas traçadas pelo método.

Ainda, segundo os autores acima citados (p. 9), o método científico pode ser considerado como o modo de organizar o raciocínio e pode ser classificado em indutivo, dedutivo,

hipotético-dedutivo e dialético. No entanto, de acordo com os autores, a partir dos métodos acima citados surge uma classificação complementar, onde podemos incluir o método experimental, comparativo, histórico e outros (p. 9).

Para Reis (2018, p. 75),

Entende-se por metodologia a operacionalização do estudo, sendo uma explicação rigorosa de todos os fatores utilizados no desenvolvimento de um trabalho de investigação onde se deve: precisar o tipo de estudo, definir as variáveis e as hipóteses da investigação, realizar a escolha da população e a amostra a estudar, selecionar os instrumentos de recolha de dados, apresentar os dados e interpretar os resultados, possibilitando o alcance de conclusões consonantes com as intensões iniciais a que o investigador se propôs.

Reis, diz que “a metodologia também pode ser considerada um sistema de métodos, procedimentos e técnicas utilizadas para a realização de uma investigação” (2018, p. 76).

Para este trabalho, a metodologia utilizada foi a qualitativa e a quantitativa³⁴. “Quando se estuda a abordagem qualitativa da pesquisa, encontramos algumas técnicas e características como a observação, a entrevista e a análise de documentos”(Macieira & Ventura, 2007, p. 60). A pesquisa qualitativa, segundo Chizzotti (1991, p. 78), “é uma designação que abriga correntes de pesquisa muito diferentes. Em síntese, essas correntes se fundamentam em alguns pressupostos contrários ao modelo experimental e adotam métodos e técnicas de pesquisa diferentes dos estudos experimentais”. Nas ciências humanas devem ser adotadas técnicas ou métodos totalmente diferentes de outras áreas, isto é, a metodologia a ser aplicada nos estudos de ciências humanas deve ser específica, na medida em que o homem (sociedade) é o centro das atenções.

Chizzotti ao fazer a abordagem qualitativa tem o fundamento na existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, segundo ele, existe uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto. “O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito - observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenómenos atribuindo-lhes um significado”(Chizzotti, 1991, p. 79).

A pesquisa qualitativa pode apresentar alguns aspetos ou características que consideramos muito importantes, como também Chizzotti acha fundamental (1991, pp. 81-85):

1. A delimitação e formulação do problema;
2. O pesquisador (elemento fundamental da pesquisa qualitativa);
3. Os pesquisados;

³⁴ Escolheu-se esse tipo de pesquisa de acordo com a abordagem que se fez em relação ao problema em apreço.

4. Os dados;
5. As técnicas.

Em relação aos métodos quantitativos, de acordo com o autor citado anteriormente (p. 80), “acabam distanciando o pesquisador do verdadeiro objeto da investigação e se tornam ineficazes para compreender as ações práticas dos sujeitos, em sua vida prática.” Neves e Guerra (2015, p. 72) acreditam que, os métodos quantitativos resultam de um estudo de fenómenos já existentes, de modelos teóricos ou hipóteses levantadas anteriormente. Neves e Guerra afirmam ainda que,

Os métodos quantitativos utilizam uma abordagem dedutiva, operacionalizam conceitos em variáveis e indicadores, testam relação de causa/efeito ou associações entre variáveis, fazem uso de uma maior quantidade de respostas tendo maior capacidade de generalização dos resultados encontrados. (Neves & Guerra, 2015, p. 72)

Tendo em conta o contributo dos autores acima citados, o uso dos dois métodos constitui uma perfeita combinação na abordagem metodológica do nosso trabalho, fortalece e torna a visão do autor muito ampla. Por um lado, se a abordagem quantitativa vela pela vertente dedutiva, a qualitativa vai centrar-se na vertente indutiva, perspetivando uma bela combinação entre ambos. Consideremos a seguinte afirmação:

Os métodos qualitativos utilizam uma abordagem indutiva e costumam estar relacionados com estudos exploratórios de maior profundidade, onde o objetivo é descrever, aumentar a compreensão de fenómenos e desenvolver teorias, ter respostas de maior qualidade (com mais informação) e não a quantidade, tendo por isso uma generalização inferior à das abordagens quantitativas (Neves & Guerra, 2015, p. 72).

Reis (2018), ao abordar o mesmo assunto, concorda com Neves e Guerra (2015) quando considera que na pesquisa quantitativa “todos os dados podem ser quantificáveis, o que significa que são traduzidos em números, as opiniões e informações para os classificar e analisar” (p. 78). Na pesquisa quantitativa é usual a utilização de estatística, por isso pode trabalhar-se com uma amostra vasta sem que traga ou complique o uso do método. A pesquisa qualitativa, por sua vez, não se traduz em números e dispensa a utilização de estatística e o pesquisador procura analisar os seus dados de forma indutiva, como afirmaram Neves e Guerra (2015, p. 72), como também Reis (2018, p. 78) que concorda plenamente, mas diz que o processo e o seu significado são os focos principais de abordagem.

A escolha de uma metodologia adequada ao trabalho é fundamental para que se consiga executar um trabalho de investigação científica como deve ser, e será importante se se adaptar à problemática, aos objetivos e às hipóteses de investigação, tal como afirma Reis (2018, p.

76).

De acordo com o pensamento acima descrito, recolhemos dados que constituem o nosso *corpus*, fizemos o seu tratamento recorrendo a um programa ou ferramentas informáticas de cálculos de dados. Para fazermos ou medirmos as frequências dos nomes, usamos o programa DinâmicaCS³⁵ que foi desenvolvido utilizando as linguagens de programação MYSQL, uma linguagem utilizada para a criação de base de dados, e o HTML, CSS, PHP para a criação de interface. Foi feita uma integração entre todos para um programa³⁶ completo. A metodologia qualitativa irá complementar a nossa análise que procurará explicar os dados recorrendo a vários fatores internos e externos ligados aos aspetos da nossa temática. Por fim, o presente trabalho foi constituído por um *corpus* escrito. A utilização de *corpus* em trabalhos de investigação em linguística tem sido muito importante e um recurso a considerar, porque dá mais ênfase ao fenómeno a que se investiga. O *corpus* que se refere aqui é no sentido documental e não no sentido literal da palavra, de acordo com a sua origem etimológica. Segundo o Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora (2015, p. 430), “*corpus* significa compilação de documentos ou informações relativos a uma disciplina ou um tema, ou ainda conjunto finito de enunciados representativos de uma determinada estrutura”.

No sentido documental em que empregamos a palavra *corpus*, referimos o conjunto de documentos que levantamos para servir de base ou, ainda, o conjunto de documentos recolhidos a fim de servir como a nossa amostra representativa do estudo em que desenvolvemos. O *corpus* não se limita só por ser escrito, porque também pode ser oral como, por exemplo, uma entrevista. Mas, como dissemos, o nosso trabalho contempla apenas o *corpus* composto pelos documentos escritos. O *corpus* aqui representado está de acordo com os nossos objetivos.

3.2. Corpus

3.2.1. Constrangimentos ao trabalho

Pelo objetivo traçado para este trabalho de investigação científica, a princípio estávamos confiantes nas Instituições Angolanas em termos de fornecimento de dados, ou melhor, de certos documentos como, por exemplo, Assentos de Nascimento no Registo Civil do Município de Viana e de certas informações junto da Direção Nacional dos Registos e do Notariado.

³⁵ O programa DinâmicaCS foi concebido exclusivamente para o tratamento de dados desta dissertação.

³⁶ Programa desenvolvido por Carlos dos Santos, recém-licenciado em Engenharia Mecatrônica na Universidade de Évora.

Em primeiro lugar, fomos a Viana solicitar à conservadora municipal para que nos permitisse fotocopiar ou fotografar alguns livros de Assentos de Nascimento. A burocracia³⁷ foi o primeiro elemento que começou a colocar impasses no plano de trabalho que já estava devidamente traçado. A conservadora³⁸ daquela instituição, que se mostrou simpática com a nossa aparição ao local, nada podia fazer porque ela não detinha, ou melhor, não tem o poder de decisão de atos como estes. Ela, por sua vez, orientou-nos para que fôssemos à Direção Nacional dos Registos e Notariados. É lá onde tomam as decisões que muitas vezes também dependem do Ministério da Justiça. Tudo o que parecia simples começava a complicar-se.

Estando na Direção Nacional dos Registos e do Notariado, primeiramente, fomos rejeitados por termos levado somente uma credencial passada pelo Ministério da Educação, com autorização da S. Ex.^a Ministra da Educação e passada pela Comissão Multisectorial para a Rectificação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, com Vista à Sua Ratificação. Como se diz, tivemos que dar uma “meia volta” e cumprir com as orientações daquela instituição. Pediram que se elaborasse um ofício e dar entrada no Gabinete da Diretora Nacional daquela instituição. Procedemos da forma que eles desejavam, e no dia 16 de agosto de 2018 demos entrada do ofício elaborado pelas entidades acima referidas e com a autorização da atual Ministra da Educação.

Depois de um mês de “idas e voltas” não tínhamos recebido nenhuma notificação por parte da Direção Nacional dos Registos e Notariado. Apercebendo-se da crítica situação, preferimos entrar em contacto com o Gabinete Jurídico da instituição que avaliava a nossa situação para encontrarmos uma solução, porque a nossa viagem de regresso a Portugal estava a portas. Trocámos os nossos endereços eletrónicos e telefones com o responsável do gabinete, ficando com o compromisso de nos comunicar quando tivesse o parecer concluído. Passado algum tempo, já nas terras lusas, depois de tanta insistência recebemos um e-mail do chefe daquele gabinete dizendo o seguinte: “Primeiramente, nos termos do artigo 4.º do Código do Registo Civil não é possível autorizar que se faça fotografias nos assentos de nascimento. Estamos a analisar para encontrarmos uma solução para ajudar”. A mensagem que começava com “bom dia” e terminava com a expressão “queira aceitar os melhores cumprimentos” acabava por estragar o dia sete de novembro de 2018.

Com vista a verificar como é que os nomes próprios são atribuídos e registados no país, no período pós-independência, pensávamos em avançar com a recolha de alguns assentos de nascimento na Conservatória Municipal de Viana, correspondente aos anos de 1976; 1986;

³⁷ Aquilo que as instituições chamam de “motivos administrativos”.

³⁸ Não se mencionou o nome da conservadora por motivos de ética aplicada ao nosso trabalho.

1996; 2005 e 2006.

Na desconfiança do processo, antes de regressar a Portugal, tínhamos preparado o segundo plano que funcionou com duas paróquias da Igreja Católica em Luanda, uma no município de Viana e outra no município de Kilamba Kiaxi.

Assim, o nosso *corpus* está constituído por inquéritos escritos que se realizaram no Complexo Escolar n.º 5056 - Escolinha da Paz e pelos Assentos de Batismo recolhidos na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, em Viana e na Paróquia de Santa Ana, no município de Kilamba Kiaxi.

A nossa preferência na recolha dos assentos de batismo recaiu no período pós-independência, na medida em que pretendemos compreender como é que os nomes passaram a ser atribuídos depois da independência. Não queríamos analisar dois *corpora* de diferentes períodos. No entanto, o nosso foco era permanecer no mesmo período dos nossos inquiridos para conseguirmos avaliar de forma pormenorizada as atribuições dos nomes próprios no mesmo período da evolução da história de Angola.

Na abordagem de tratamento de dados do nosso *corpus*, pretendemos apresentar os resultados de seguinte modo:

- Apresentar os nomes próprios retirados nos assentos de batismo da Paróquia de Santa Ana onde conseguimos todas as informações que pretendíamos, uma parte de assentos de cada ano, isto é, de 1976, 1986, 1995, 2005 e 2006. Nesta paróquia fizemos o pleno, não só por termos conseguido uma parte de assentos de cada ano desejado, mas também por termos retirado de lá um número significativo de assentos de batismo. Depois passaremos a apresentar os resultados da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário. Os nomes próprios serão apresentados de maneiras a separar os nomes de origem portuguesa de um lado e os nomes de origem bantu por outro. Os nomes de origem estrangeira também serão colocados em separado para conseguirmos, a melhor forma possível, projetar as estatísticas e as frequências de nomes a fim de descrever como foram sendo nomeadas as crianças angolanas nascidas em Luanda e no município de Kilamba Kiaxi no período pós-independência. Os resultados serão apresentados em tabelas e gráficos de dados estatísticos.
- O processo será o mesmo com a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, mas aqui estaríamos limitados a analisar somente alguns assentos de batismo, isto

é, analisaremos os assentos de 2005 e 2006, uma vez que foram estes os fornecidos.

- Os inquéritos efetuados no Complexo Escolar n.º 5056- Escolinha da Paz. Pretendemos mostrar como decorreu o processo de criação da grelha de recolha de dados, a sua apresentação e preenchimento pelos pais ou encarregados de educação (doravante P/Enc.Ed). Com base nas técnicas de estatística descritiva, após a recolha dos inquéritos e a sua organização, passaremos para a fase de sintetização dos dados apresentando-os na forma de tabelas de frequência e na forma gráfica e, ao mesmo tempo, facilitar a sua leitura.

3.3. Apresentação e análise dos dados

3.3.1. A Paróquia de Santa Ana

A Paróquia de Santa Ana situa-se no município de Kilamba Kiaxi, por detrás do Cemitério com o mesmo nome e ao lado do IMEKK (Instituto Médio de Economia de Kilamba Kiaxi).

A Paróquia consentiu em ceder-nos os assentos de batismo dos anos de 1976, 1986, 1995, 2005 e 2006. Reunimos no total (noventa e um) 91 assentos de batismo, que passaremos a distribuir por cada ano correspondente. Em 1976 extraímos 30 assentos de batismo que correspondem ao mesmo número de nomes próprios.

Conforme a amostra que se segue não encontramos nenhum nome próprio de origem bantu, nem de nomes próprios estrangeiros. Todos os nomes próprios nesta amostra são de origem portuguesa, isto é, os 30 nomes próprios pertencem à língua portuguesa, que correspondem a 100%. Observemos as tabelas que se seguem:

a) 1976

Tabela 3. Representação dos nomes próprios do ano de 1976 da Paróquia de Santa Ana

Nomes Próprios	Número	Percentagem (%)
N.º Total de Nomes Próprios	30	100
Nomes Portugueses	30	100
Nomes Bantu	0	0
Nomes Estrangeiros	0	0

Conforme vimos, de acordo com a nossa amostra, em 1976, na Paróquia de Santa Ana nenhum nome próprio foi atribuído em língua bantu nem em nenhuma língua estrangeira. Eis

a representação dos dados da tabela n.º 3 em gráfico n.º 1.

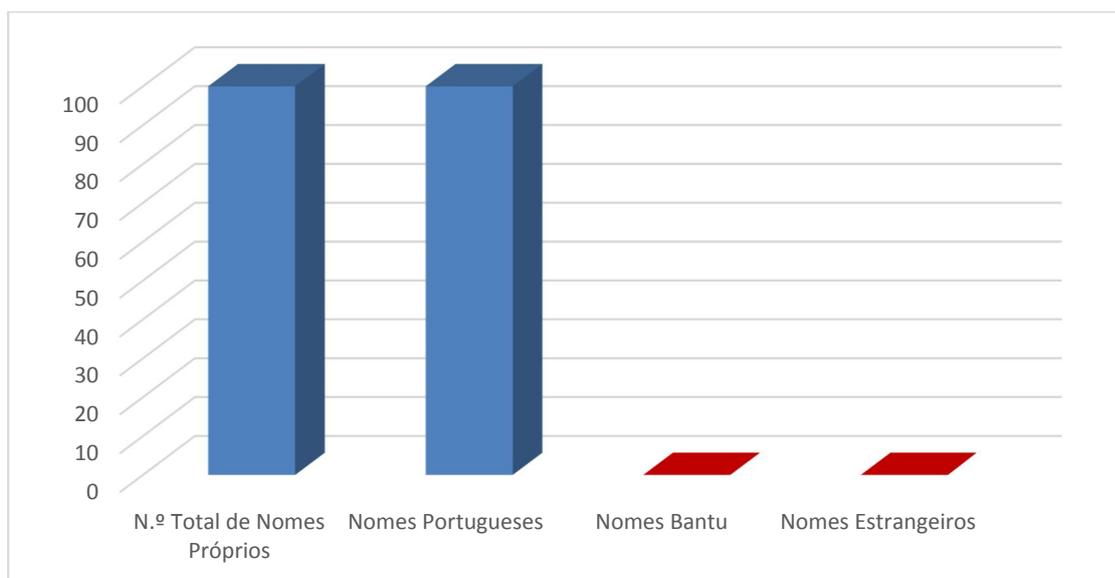


Gráfico 1: Percentagem dos nomes portugueses, nomes bantu e de nomes estrangeiros referente ao ano de 1976 da Paróquia de Santa Ana.

b) 1986

Na amostra representativa do ano de 1986 extraímos 16 nomes próprios. Nos 16 nomes próprios subtraídos 14 são antropónimos portugueses e dois estrangeiros. Mais uma vez não registamos nomes próprios ou antropónimos de origem bantu. Os 14 antropónimos portugueses correspondem a 87,5%, enquanto que os nomes estrangeiros correspondem a 12,5%. De seguida, representamos os dados na tabela n.º 4 e no gráfico n.º 2.

Tabela 4. Representação dos nomes próprios do ano de 1986 da Paróquia de Santa Ana

Nomes Próprios	Número	Percentagem (%)
N.º Total de Nomes Próprios	16	100
Nomes Portugueses	14	87,50
Nomes Bantu	0	0
Nomes Estrangeiros	2	12,50

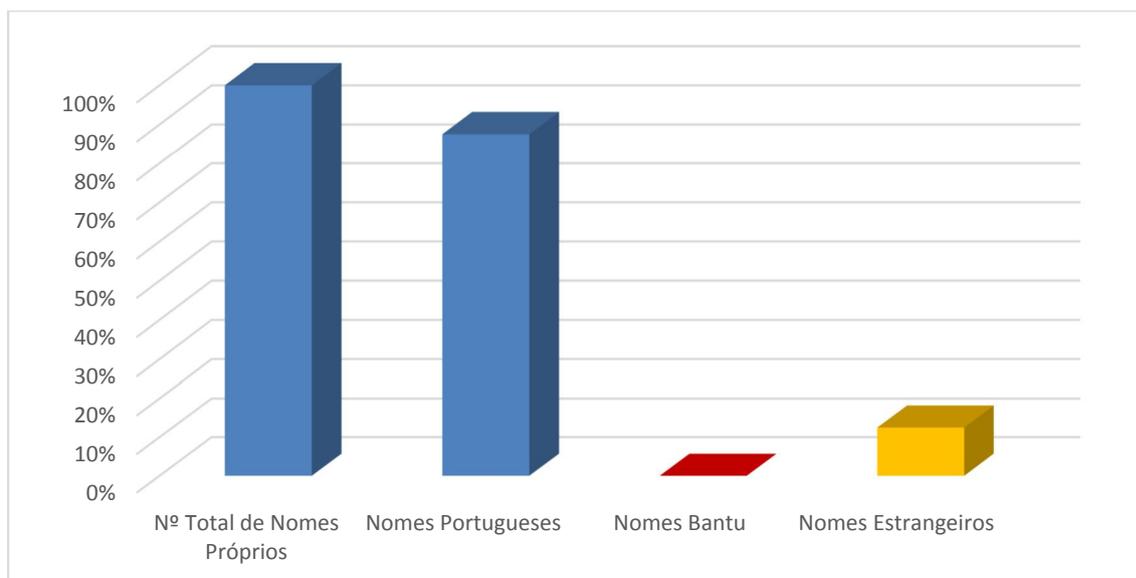


Gráfico 2: Percentagem dos nomes portugueses, nomes bantu e de nomes estrangeiros referente ao ano de 1986 da Paróquia de Santa Ana.

c) 1995

No ano de 1995 extraímos 14 nomes próprios, onde nos deparamos com 13 nomes portugueses e um nome estrangeiro. Até aqui continuamos a não ter ou encontrar nomes de origem bantu. As representações dos dados estão na tabela n.º 5 e no gráfico n.º 3.

Tabela 5. Representação dos nomes próprios do ano de 1995 da Paróquia de Santa Ana

Nomes Próprios	Número	Percentagem (%)
N.º Total de Nomes Próprios	14	100
Nomes Portugueses	13	93
Nomes Bantu	0	0
Nomes Estrangeiros	1	7

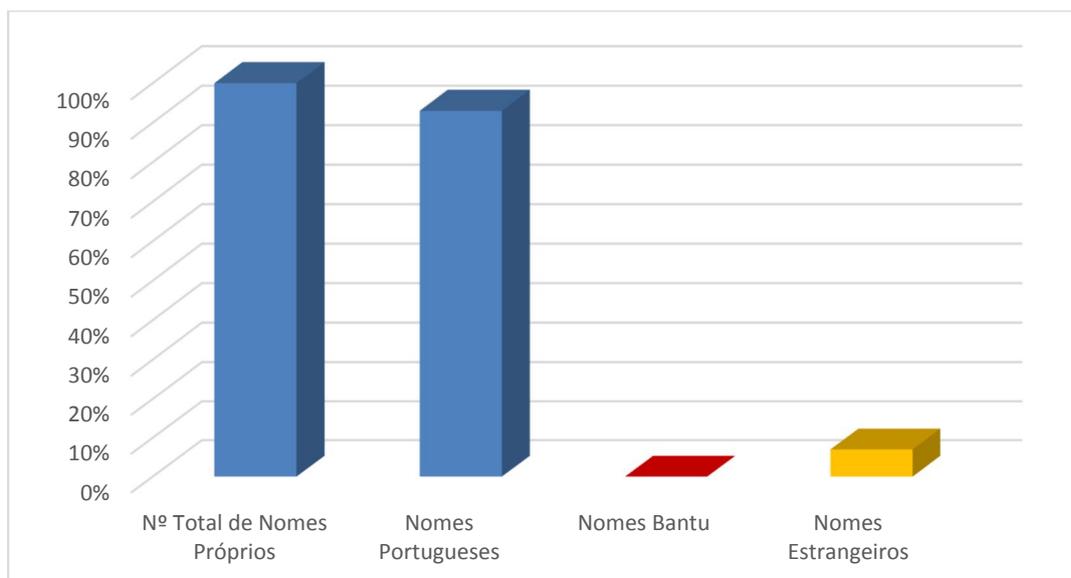


Gráfico 3: Percentagem dos nomes portugueses, nomes bantu e de nomes estrangeiros referente ao ano de 1995 da Paróquia de Santa Ana.

d) 2005

Para o ano de 2005 conseguimos extrair 16 nomes próprios, onde, como no primeiro caso, todos pertencem à língua portuguesa. Os nomes de origem bantu continuam a não fazer parte do leque dos nomes próprios atribuídos até a esta altura. Os nomes estrangeiros também não têm aparecido com muita frequência. Observemos a tabela n.º 6 e o gráfico n.º 4.

Tabela 6. Representação dos nomes próprios do ano de 2005 da Paróquia de Santa Ana

Nomes Próprios	Número	Percentagem (%)
N.º Total de Nomes Próprios	16	100
Nomes Portugueses	16	100
Nomes de Origem Bantu	0	0
Nomes Estrangeiros	0	0

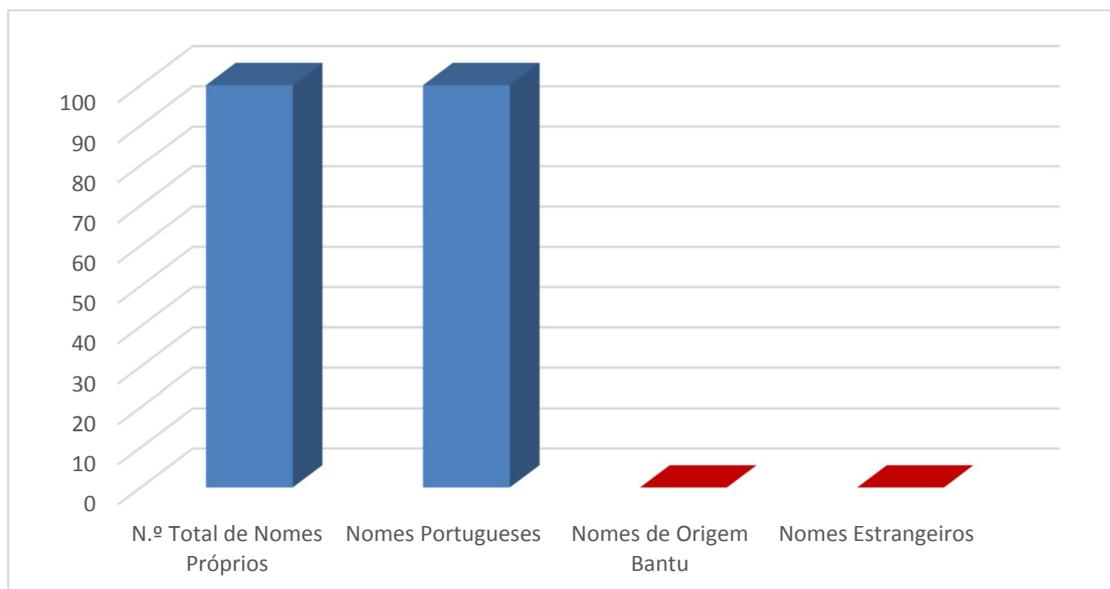


Gráfico 4: Percentagem dos nomes portugueses, nomes bantu e de nomes estrangeiros referente ao ano de 2005 da Paróquia de Santa Ana.

e) 2006

Para este ano, coletamos 15 antropónimos (nomes próprios) que nos levam a ter uma percentagem também de 100% para os nomes portugueses. Portanto, os nomes de origem bantu e estrangeiros, mais uma vez, não foram considerados na atribuição dos nomes próprios. Na tabela n.º 7 e no gráfico n.º 5 estão representados os dados.

Tabela 7. Representação dos nomes próprios do ano de 2006 da Paróquia de Santa Ana

Nomes Próprios	Número	Percentagem (%)
N.º Total de Nomes Próprios	15	100
Nomes Portugueses	15	100
Nomes Bantu	0	0
Nomes Estrangeiros	0	0

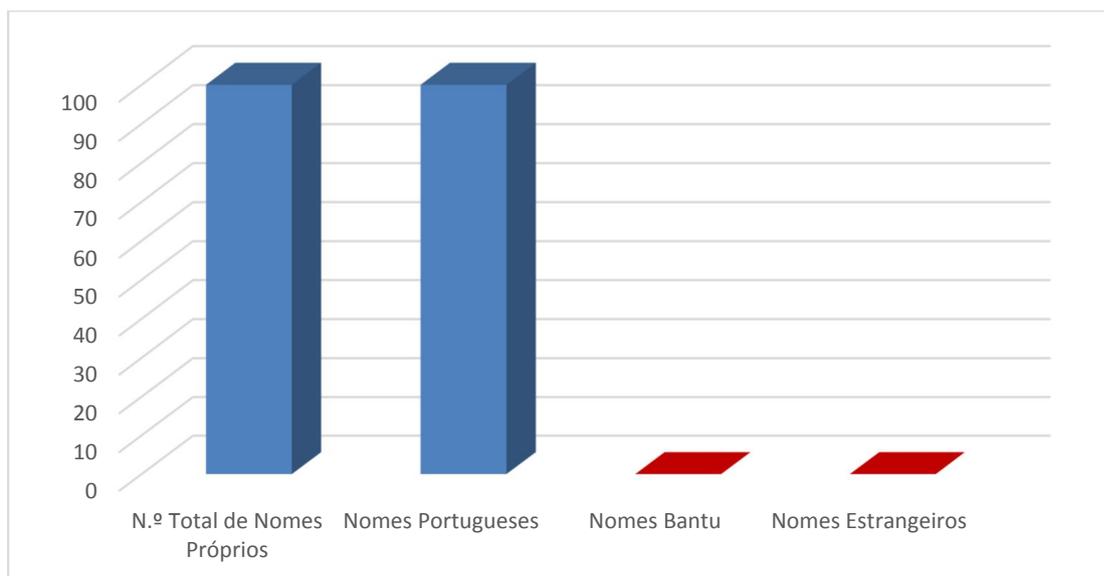


Gráfico 5: Percentagem dos nomes portugueses, nomes bantu e de nomes estrangeiros referente ao ano de 2006 da Paróquia de Santa Ana.

No cômputo geral, como se disse anteriormente, foram extraídos 91 nomes próprios (se preferirem antropónimos próprios), dos quais 30 em 1976, 16 em 1986, 14 em 1995, 16 em 2005 e 15 no ano de 2006. No entanto, em todos os nomes somados obtivemos um resultado de 88 nomes de origem portuguesa que equivalem a 97%; 3(três) nomes estrangeiros, equivalentes a 3% e nenhum nome próprio de origem bantu. Temos uma percentagem negativa para os nomes próprios de origem bantu. Para sermos mais claros, representamos os dados estatísticos na tabela n.º 8 e no gráfico n.º 6.

Tabela 8. Dados gerais de nomes próprios recolhidos na Paróquia de Santa Ana

Nomes Próprios	Número	Percentagem (%)
N.º Geral de Nomes Próprios	91	100
Nomes Portugueses	88	97
Nomes Bantu	0	0
Nomes Estrangeiros	3	3

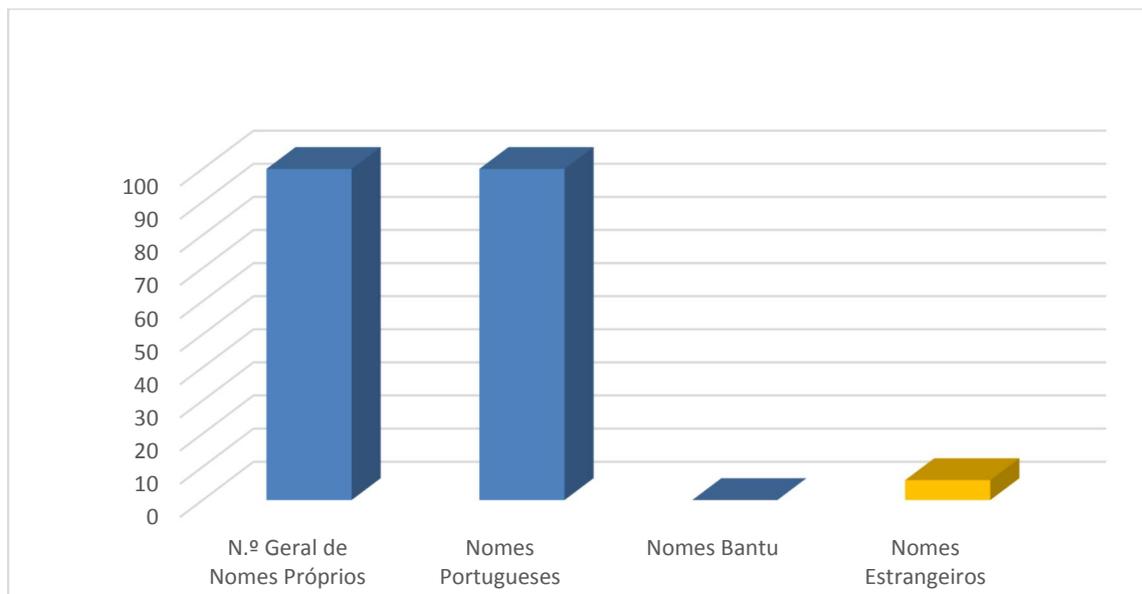


Gráfico 6: Percentagem geral dos nomes portugueses, nomes bantu e de nomes estrangeiros referente à Paróquia de Santa Ana.

3.3.2. A Paróquia de Nossa Senhora do Rosário

A Paróquia de Nossa Senhora do Rosário situa-se no município de Viana, km-9/A, no mesmo território onde funciona o Complexo Escolar n.º 5056 - Escolinha da Paz. Conseguimos retirar de lá os assentos de batismo referentes aos anos de 2005 e de 2006.

Conseguimos reunir no total 22 assentos de batismo do ano de 2005 e 19 assentos do ano de 2006. De acordo com os dados fornecidos, nos 22 nomes próprios extraídos no ano de 2005, 21 são nomes de origem portuguesa, um (1) nome estrangeiro e nenhum nome em línguas bantu. Portanto, os 21 nomes próprios em língua portuguesa representam, no global, 95% e o único nome em língua estrangeira representa 5%, sendo que as línguas bantu não têm nenhuma representação percentual.

Se formos para a amostra extraída em 2006, notaremos os nomes de origem portuguesa a terem, mais uma vez, muita expressão do que os nomes próprios estrangeiros e bantu. Nos 19 nomes próprios que tivemos em posse todos são nomes de origem portuguesa, assim, os nomes estrangeiros e bantu não tiveram nenhuma consideração por parte dos nomeadores. Observemos atentamente os números estatísticos que se seguem nas tabelas de representação de dados n.º 9 e 10 e nos gráficos n.º 7 e 8:

a) 2005

Tabela 9. Representação dos nomes próprios do ano de 2005 da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário

Nomes Próprios	Número	Percentagem (%)
N.º Geral de Nomes Próprios	22	100
Nomes Portugueses	21	95
Nomes Bantu	0	0
Nomes Estrangeiros	1	5

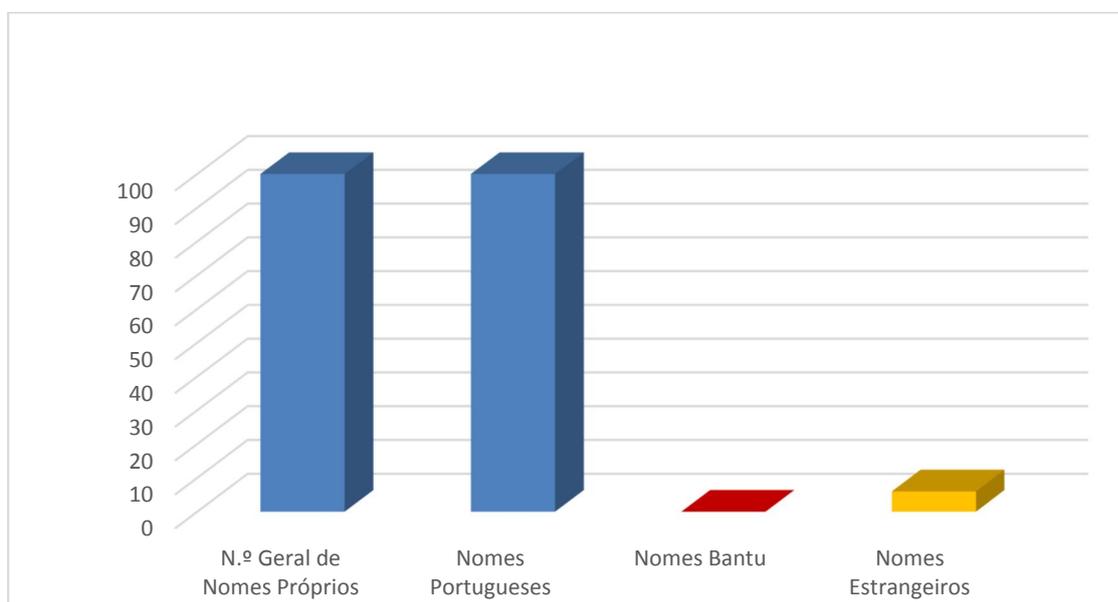


Gráfico 7: Percentagem dos nomes portugueses, nomes bantu e de nomes estrangeiros referente ao ano de 2005 da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário.

b) 2006

Tabela 10. Representação dos nomes próprios do ano de 2006 da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário

Nomes Próprios	Número	Percentagem (%)
N.º Geral de Nomes Próprios	19	100
Nomes Portugueses	19	100
Nomes Bantu	0	0
Nomes Estrangeiros	0	0

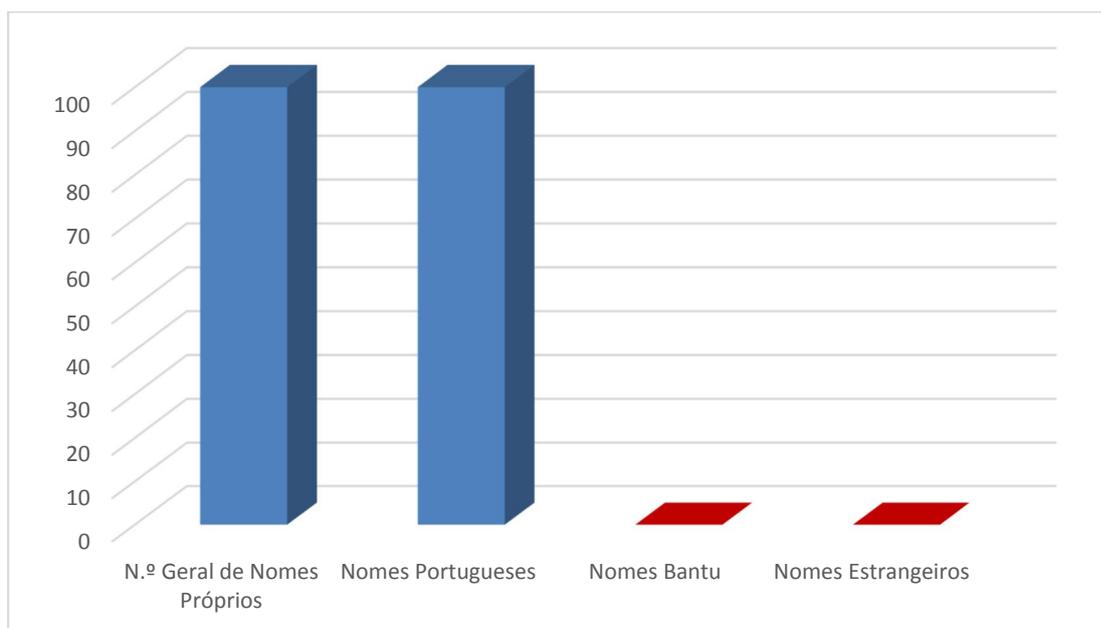


Gráfico 8: Percentagem dos nomes portugueses, nomes bantu e de nomes estrangeiros referente ao ano de 2006 da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário.

3.4. O Inquérito

Análise de conteúdo é um método de tratamento e análise de informações, colhidas por meio de técnicas de coleta de dados, consubstanciadas em um documento. A técnica se aplica a análises de textos ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida a um texto ou documento. Análise de dados é um conjunto de técnicas de análise de comunicação que contém informação sobre o comportamento humano atestado por uma fonte documental. (Chizzotti, p. 98)

O inquérito, os modelos em anexo 3 e 4, foi aplicado tendo como objetivo a recolha dos nomes próprios dos alunos da 8ª classe do Complexo Escolar n.º 5056 - Escolinha da Paz, que se situa no município de Viana, província de Luanda. Constituiu-se uma grelha de recolha de dados com os respetivos espaços, onde os P/Enc.Ed pudessem preencher os elementos solicitados pelo inquiridor ou investigador. A grelha apresentava-se, assim, com seis espaços fundamentalmente: nome próprio; língua/origem; significado; classificação; situação em que o nome é atribuído; significado conhecido pelo(s) progenitor (es)/encarregado(s) de educação. Para além da grelha de recolha de dados que vamos apresentar a seguir, tivemos também um espaço reservado para o preenchimento dos dados preliminares dos inquiridos, onde seleccionámos os seguintes elementos: nome completo; a

classe³⁹; a idade e o género. Isto quer dizer que tivemos um inquérito constituído por duas partes. Na primeira parte foram colhidos os dados preliminares dos alunos e na segunda uma sequência de elementos, anunciados anteriormente, relacionados com o nome próprio.

Tabela 11. A grelha de recolha de dados

Nome(s) próprio(s)	
Língua(s) - origem	
Significado(s)	
Classificação	
A Situação em que o nome é atribuído	
Significado conhecido pelo(s) progenitor(es)/encarregado(s) de educação	

3.4.1. Informantes

A recolha de dados para este trabalho contou com a presença dos P/Enc.Ed na instituição na qual se fez o inquérito na ocasião de assinaturas de boletins de notas dos seus educandos, em setembro de 2018. A estratégia usada na recolha de dados foi o inquérito que aplicámos aos educadores, a fim de nos fornecerem dados dos seus educandos. Teve-se como amostra os alunos da oitava classe (8ª classe), como se fez referência anteriormente. A nossa amostra foi subtraída numa população constituída por 1649 alunos, sendo 750 do Ensino Primário e 899 do I e II Ciclos do Ensino Secundário. A 8ª Classe pertence ao I Ciclo do Ensino Secundário. No ano letivo 2018 foram formuladas ou criadas oito (8) turmas da 8ª classe e matriculados no total 283 alunos, 133 são do género masculino e 150 são do género feminino, conforme estão representados na tabela n.º 12 que se segue:

Tabela 12. Representação do número total de alunos da 8ª classe matriculados no ano letivo 2018

Classe	8ª	Percentagem (%)
N.º de Turmas	8	100

³⁹A classe corresponde ao nível académico.

N.º Total de alunos matriculados	283	100
Masculino	133	47
Feminino	150	53

No quadro acima representado há um dado importante a reter. O género feminino supera o número de alunos do género masculino. Por sua vez, os alunos matriculados na oitava classe em Angola, em regra, encontram-se na faixa etária compreendida entre os 13 e 14 anos, sendo que este último a idade dos alunos com um ano de atraso escolar. São alunos registados ou os que nasceram entre os anos 2004 e 2005 (a nossa abordagem limita-se até ao ano em que se aplicou o inquérito, 2018), período que marca os primeiros anos do calar das armas no país, ou, se preferir, os primeiros anos que marcaram o fim da guerra civil em Angola⁴⁰ e o princípio da paz que perdura até hoje.

A aplicação deste inquérito coube a todos alunos matriculados na 8ª classe no ano letivo 2018, mas não foi possível distribuir nem recolher todos os inquéritos devido, por um lado, a ausência ou a não comparência de alguns P/Enc.Ed; outros levaram os inquéritos, alegando que os preencheriam em suas casas, o que fez com que não conseguíssemos ter o retorno de todos os inquéritos, embora tivéssemos que reforçar o pedido dos retornos com a ajuda da direção daquela instituição. No entanto, mesmo que o retorno não tivesse sido como tínhamos desejado, conseguimos no final de tudo um número que nos satisfaz. Foram 172 inquéritos recolhidos, 80 inquéritos com nomes do género masculino e 92 inquéritos com nomes do género feminino. Nos inquéritos, ainda se destacaram vários elementos como: nomes compostos, nomes simples, nomes de origem bantu, nomes portugueses e nomes estrangeiros. Mesmo que não tenhamos solicitado alguns dos elementos acima mencionados, aproveitamos destacá-los no presente trabalho, mesmo que seja em pequena escala, na medida em que são importantes. Atente nas tabelas n.º 13 e no gráfico n.º 9 que se seguem:

Tabela 13. Dados representativos dos inquéritos

Dados gerais dos inquéritos	Percentagem (%)	
N.º Total de nomes recolhidos	172	100
Masculinos	80	46,5
Femininos	92	53,5

⁴⁰ A guerra civil em Angola terminou em fevereiro de 2002 na altura em que tombou em combate o maior líder da oposição, o Dr. Jonas Savimbi.

Nomes portugueses	163	94,8
Nomes de origem bantu	2	1,2
Nomes estrangeiros	7	4,0
Nomes simples	171	99,4
Nomes compostos	1	0,6

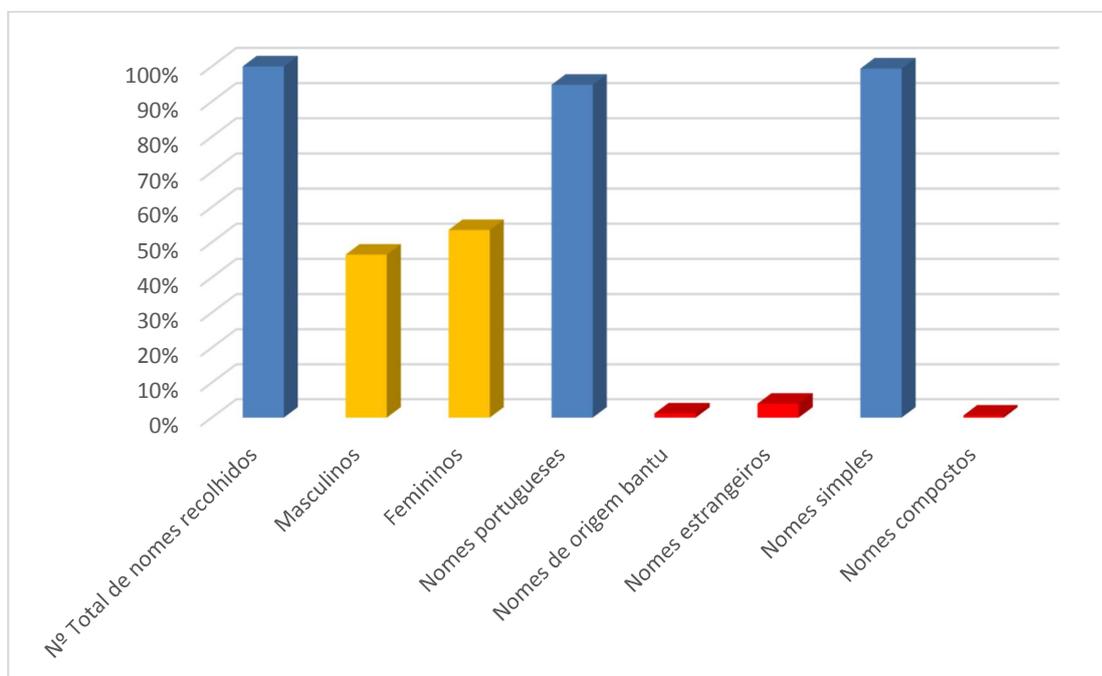


Gráfico 9: Dados gerais do inquérito realizado no Complexo Escolar n.º 5056 – Escolinha da Paz.

O primeiro elemento ou espaço a preencher era o nome próprio do aluno. O espaço, na grelha, não foi devidamente preenchido por todos os P/Enc.Ed. dos alunos seleccionados. Dos 172 inquéritos recolhidos, conseguiram preencher com clareza 147 nomes próprios, sendo 11 inquéritos masculinos mal preenchidos e 14 femininos também mal preenchidos, pois, constatamos a colocação dos nomes completos em alguns inquéritos e, em outros, encontramos também os apelidos, ao invés dos nomes próprios. Tendo em conta o mau preenchimento de alguns inquéritos no elemento fundamental (nome próprio) que desencadearia a nossa análise, ficámos reduzidos, tal como afirmamos anteriormente, a 147

nomes próprios e destes 69 nomes são do género masculino, 78 nomes do género feminino. Cento e trinta e oito (138) nomes são de origem portuguesa, dois (2) nomes de origem bantu e sete (7) nomes estrangeiros. Dos 147 nomes próprios, cento e quarenta e um (141) são nomes simples e somente um (1) é nome composto. Observemos a tabela n.º 14 que se segue de atualização dos dados⁴¹:

Tabela 14. Atualização dos dados

N.º Total de nomes recolhidos		Percentagem (%)
Total	172	100
Masculinos	80	46,5
Femininos	92	53,5
N.º Total de nomes excluídos por mau preenchimento		
Total	25	14,5
Masculinos	11	6,4
Femininos	14	8,1
N.º Total de nomes restantes		
Total	147	85,5
Masculinos	69	40,1
Femininos	78	45,4

Analisados os nomes próprios, partimos para a língua ou origem em que o nome próprio é atribuído, onde constatamos que cento e dezanove (119) encarregados de educação (Enc. Ed.) mostraram-se conhecedores das origens dos nomes próprios (ou línguas) dos seus educandos, enquanto que vinte e oito (28) Enc. Ed. mesmo que tenham preenchido o espaço, mostraram-se não conhecerem as origens ou línguas dos nomes próprios dos seus educandos, ou melhor, as origens dos nomes que pensavam que fosse dos seus filhos não correspondem à realidade. Passando para os significados dos nomes, sessenta (60) Enc. Ed. conhecem os significados dos nomes dos seus educandos e, por sua vez, oitenta e sete (87) deles mostraram-se não conhecer os significados dos nomes, mesmo que alguns tenham preenchido o espaço reservado para tal. Pretendia-se que os encarregados de educação colocassem os significados dos nomes de acordo com as origens etimológicas, isto é, caso soubessem.

Em relação à classificação dos nomes, podemos encontrar o tipo tradicional, irmandade,

⁴¹ Na tabela a seguir não achámos ser de extrema importância colocar todos os elementos acima mencionados, porque o objetivo principal neste quadro é representar ou mostrar a redução que o conjunto de nomes sofreu e os motivos principais desta queda.

homenagem⁴², etc. Para este trabalho, selecionámos quatro categorias: a classificação do nome por homenagem; a classificação tradicional; a classificação bíblica e por último, a classificação por irmandade⁴³.

Os P/Enc. Ed. não apresentaram muitos problemas ao preencher o espaço classificação ou composição do nome próprio. Contabilizámos noventa e seis (96) nomes com a classificação homenagem, dezasseis (16) com a classificação bíblica, onze (11) nomes com a classificação tradicional, quatro (4) nomes com a classificação irmandade e outros quatro (4) nomes com a classificação truncção ou contração, embora esta classificação não faça parte da nossa lista. Exemplos de nomes atribuídos por truncção ou contração: Maria + Yana = Mariana; Domi + Ana = Domiana; Emílio + Ana = Emiliana; Martinho + Inácia = Márcia.

Dos cento e quarenta e sete nomes, 16 aparecem sem a devida classificação que significa que os P/Enc.Ed. desses alunos desconhecem a classificação dos nomes dos seus educandos.

Outro elemento que nos interessou neste exercício do estudo dos nomes próprios é a situação em que o nome é atribuído, ou seja, pretendia-se saber em que momento, situação ou fator em que os P/Enc. Ed. pensaram atribuir o nome x ou y aos seus educandos. Neste espaço, na grelha de recolha de dados, os P/Enc. Ed. de uma ou outra maneira, mostraram os motivos pelos quais atribuíram os nomes aos seus filhos ou educandos. Notou-se, claramente, que nos cento e quarenta e sete (147) nomes em estudo, cento e vinte cinco (125) foram atribuídos de acordo com um momento antecedente que direta ou indiretamente teve a sua influência no significado do nome. Cada um dos nomes foi atribuído de acordo com o fator que naquele momento fosse marcante para a família, embora vinte e dois (22) nomes tenham sido atribuídos com total desconhecimento da situação em que os nomes foram atribuídos. Isto pode significar que os momentos ou situações que antecederam ao nascimento dos educandos em causa não foram determinantes na atribuição dos seus nomes.

Por conseguinte, existem muitos fatores marcantes que terminam em nomeações ou atribuição de nomes. Temos como, por exemplo, os momentos de festa, leitura da Bíblia, nascimento no dia quatro (4) de abril⁴⁴, momentos tristes, etc. Todos estes elementos constituem fatores que podem contribuir na atribuição de um nome e daí retirar o seu significado.

Por fim, para além dos significados que os nomes trazem, de acordo com as suas origens, os

⁴² Classificação dos nomes próprios apresentados por Agnes Heller na palestra intitulada “A morte do sujeito”, no dia 13 de maio de 1992, em São Paulo, na Universidade de São Paulo. É um estudo desenvolvido por Rabinovich et ali (1991). Atribuição de nomes próprios e seu papel no desenvolvimento segundo o relato dos nomeados.

⁴³ Para mais esclarecimento, ler “a composição ou a classificação dos nomes próprios”.

⁴⁴ Data que marca o acordo de paz e a sua celebração, em Angola, desde o ano 2002.

P/Enc.Ed. desses alunos, antes disso pensaram em significados que lhes parecia melhor, isto é, associados muitas vezes à sua classificação, até ao contexto ou situação em que o nome é atribuído. Se a classificação do nome for por homenagem ou bíblica, a intenção será olhar pormenorizadamente pelo comportamento ou estatuto da pessoa homenageada, por exemplo, para se definir ou ter ideia do significado que o nomeado possa vir a ter no seio da família e não no significado que o nome já carrega desde à sua origem. Se não se olhar para a classificação ou composição do nome para se ter uma ideia do significado que o nome possa ter, recorre-se ao momento ou à situação em que o nome é atribuído para, então, daí retirarem o significado, associando-o ao fator ou fatores sociais, históricos, culturais, económicos, fatores da globalização, etc. Assim, este espaço foi devidamente preenchido por cento e três (103) P/Enc.Ed., porque os nomes dos seus educandos dizem-lhes alguma coisa, ou melhor, representam muitos significados para eles. Por sua vez, quarenta e quatro (44) Enc.Ed. responderam dizendo que não sabem os significados que os nomes dos seus educandos representam para eles. Isto mostra uma atitude diferente dos outros cento e três encarregados, na medida em que estes associam os nomes ao momento que são atribuídos e aqueles não os associam a nenhum momento.

Sabendo do número inicial de nomes recolhidos nos inquéritos que correspondiam a 172 nomes próprios já não é o mesmo que usamos para analisar os dados, na medida em que 25 nomes próprios foram excluídos por mau preenchimento que correspondem a 14,5%, passamos a contar com 147 nomes próprios que correspondiam a 85,5% da dimensão inicial da nossa amostra. Sendo assim, 147 nomes próprios passam a representar a nossa amostra, agora equivalendo a 100%. Na tabela n.º 15 e no gráfico n.º 10 referentes à análise dos dados, representámos todas as análises feitas tendo como o expoente máximo 100% dos dados atualizados. Eis os dados representados na tabela n.º 15 e no gráfico n.º 10 referentes à análise dos dados, como anunciamos anteriormente.

Tabela 15. Representação de análise dos dados

Elementos Fundamentais		
Nome(s) próprio(s)	P/Enc.Ed CC⁴⁵	147
	Percentagem (%)	100
	P/Enc.Ed SC⁴⁶	0
	Percentagem (%)	0
P/Enc.Ed CC		119

⁴⁵ O símbolo “CC” representa o número de encarregados de educação que conhece os dados relacionados com o nome próprio do educando. O símbolo significa “Com Conhecimento”.

⁴⁶ O símbolo “SC” é representado pelo número de encarregados de educação que não conhece os dados sobre o nome próprio do educando. Tem o significado de “sem Conhecimento”.

Língua(s)-origem	Percentagem (%)	81
	P/Enc.Ed SC	28
	Percentagem (%)	19
Significado(s)	P/Enc.Ed CC	60
	Percentagem (%)	41
	P/Enc.Ed SC	87
	Percentagem (%)	59
Classificação/Composição	P/Enc.Ed CC	131
	Percentagem (%)	89
	P/Enc.Ed SC	16
	Percentagem (%)	11
A situação em que o nome é atribuído	P/Enc.Ed CC	125
	Percentagem (%)	85
	P/Enc.Ed SC	22
	Percentagem (%)	15
Significado conhecido pelo(s) progenitor(es)/Encarregado(s) de Educação	P/Enc.Ed CC	103
	Percentagem (%)	70
	P/Enc.Ed SC	44
	Percentagem (%)	30

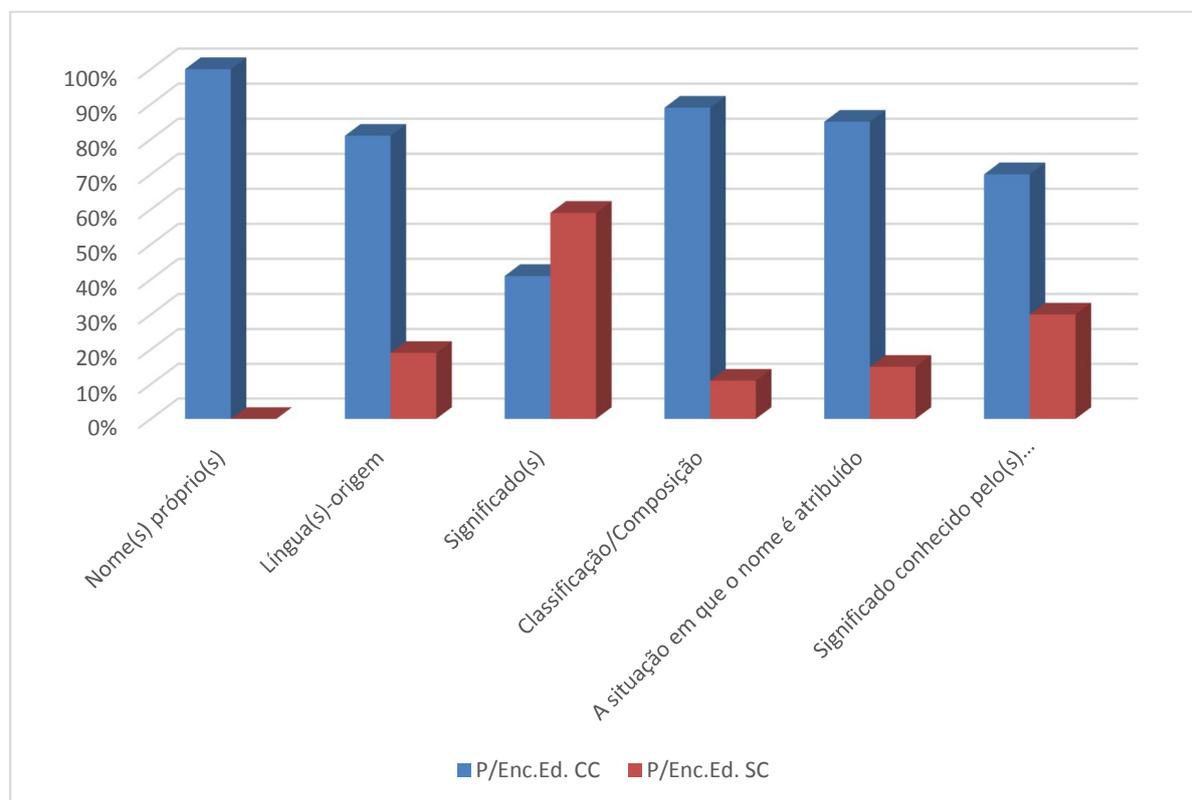


Gráfico 10: Percentagem dos dados referentes aos elementos preenchidos na grelha de recolha de dados.

3.5. A Classificação dos nomes próprios

Existem várias formas de classificar os nomes próprios como, por exemplo, as classificações dos nomes próprios tradicionais, por irmandade, por homenagem, por truncação, ou ainda bíblica. Para o presente trabalho, seleccionámos quatro categorias: a classificação do nome por homenagem; a classificação tradicional; a classificação bíblica e, por último, a classificação por irmandade.

A atribuição do nome por homenagem pode ter a ver com várias situações que a família passa, como também tem a ver com a afinidade e boas relações de amizade que a família possa vir a ter com os membros da própria família ou com a vizinhança. A atribuição de um nome por homenagem é um símbolo de recordação pelos momentos positivos ou felizes que certos membros de uma família passam no seio da própria família, como também nas relações interpessoais desenvolvidas na sociedade ou no meio social que os circundam.

Como os bons momentos, em regra, devem ser recordados, as famílias recorrem, em certos momentos, a certos nomes de coisas ou de pessoas, de certos amigos de família, principalmente este último, para recordarem alguns momentos marcantes nas suas vidas ou ainda por certas bondades que essas pessoas homenageadas tenham proporcionado a esta ou aquela família. Este tipo de atribuição de nomes pode estender-se até a nomes de países. Por exemplo, na mesma escola onde aplicámos o nosso inquérito há uma menina que se chama “Uganda⁴⁷”. De acordo com o pai da menina, o nome foi-lhe atribuído por ter boas recordações daquele país. Os momentos positivos que marcaram aquela família enquanto viveu naquele país fez com que se atribuisse o seu nome à criança em memória dos bons momentos que passou por lá.

A atribuição de nomes designados por tradicional tem a ver com os laços consanguíneos de uma família, ou seja, são nomes que se atribuem tendo como ponto de partida laço consanguíneo, mas o grande objetivo é continuar a ter este nome na família por cada geração que passa. O nome não pode ser apagado (não pode desaparecer) na família, deve manter-se, porque tem um grande significado para aqueles membros que o adotam. A classificação por tradição ou tradicional muitas vezes é confundida com a classificação por homenagem.

A classificação bíblica normalmente é adotada pelos cristãos que muitas vezes ao lerem a história de um personagem bíblico adota-o ao seu filho ou filha. Normalmente são nomes de personagens que tiveram um papel de boas pessoas ao longo da história bíblica como, por

⁴⁷ Uganda é um país que se situa no Continente Africano, localizado na África Oriental, faz fronteira a Leste com o Quênia, a Norte com o Sudão do Sul, a Oeste com a República Democrática do Congo, a Sudoeste com Ruanda e a Sul com a Tanzânia.

exemplo, Abraão (pai das nações); Maria (mãe de Jesus Cristo), Ana (mãe do profeta Samuel), etc. A classificação bíblica equivale aos nomes que têm origem nas histórias bíblicas. No nosso estudo, a classificação por homenagem aparece como o preferido pelos P/Enc.Ed. No total, identificámos noventa e seis (96) nomes atribuídos por homenagem, dezasseis (16) atribuições bíblicas, onze (11) atribuições tradicionais, quatro (4) por irmandade e outros quatro (4) nomes que foram atribuídos por truncção ou contração.

A classificação por irmandade: com esta classificação pretende-se unificar os filhos por intermédio das letras iniciais idênticas nos nomes próprios ou, então, no fim de cada nome, isto é, ou rimam na fronteira inicial do nome ou na fronteira final. Com a ideia de os nomes serem idênticos, pretende-se a partir deste elemento começar a buscar o amor entre os irmãos (amor fraternal) a fim de ficarem bem ligados e bem identificados entre si e na sociedade.

Tabela 16. Alguns exemplos de nomes atribuídos por irmandade

Nomes masculinos	Nomes femininos
Marcolino	Madó/Marcolina
Mário	Madalena
Avelino	Avelina
Suziano	Suzeth
Carlos	Carla
Tayzer	Tayane
Ivan	Ivana
Zinho	Zinha
Cristiano	Cristiana
Zíhora	Zânia/ Zaida/Zípora

3.5.1. Origem e significado dos nomes próprios

Os nomes são atribuídos, na maior parte dos casos, tendo em conta os fatores que envolvem a família, a sociedade em que o indivíduo está inserido, a história do país e o fator da globalização, tal como temos estado a relatar com muita frequência ao longo do nosso trabalho.

A estrutura do nome dos cidadãos angolanos segue a ordem dos nomes portugueses, em grande parte, devido à influência sociocultural portuguesa. Os nomes, em Angola, não são somente de origem portuguesa, pois o país é multilingue. Um bom número de nomes tem origem nas línguas de Angola de origem bantu, mesmo que não se tenha registado este facto neste trabalho onde os nomes portugueses lideram. Para além destas línguas (línguas de

origem bantu) que têm muita influência nos nomes próprios atribuídos em Angola, outro elemento que se pode mencionar é a mistura de povos de várias naturalidades e nacionalidades, principalmente em Luanda.

O modo de pensar e de agir do povo angolano sofreu e continua a sofrer influências do colono que esteve no território durante muitos séculos. Por outro lado, as línguas bantu também têm as suas influências, como também a globalização que tem sido um elemento de influência permanente.

Por se tratar somente do nome próprio neste trabalho, constata-se que a maior parte dos nomes recolhidos para se fazer esta abordagem pertence à origem hebraica, contrariando o que afirmamos na parte teórica do trabalho em “lexicologia e antroponímia”, seguida dos nomes de origem latina e germânica. Os nomes aqui referidos tiveram a sua evolução e adaptação em língua portuguesa. Os significados, por sua vez, embora os nomes tenham evoluído e adaptados em língua portuguesa, mantêm-se de acordo com as línguas de origem, sem dar hipóteses de serem alterados. Os significados dos nomes de proveniência hebraica, latina, germânica ou de outra origem permanecem totalmente intocáveis, embora tenham evoluído para outras línguas como, por exemplo, a língua portuguesa.

Os nomes podem ser de diversas origens, mas os indivíduos que os atribuem, muitas vezes, não olham, em princípio, para o fator origem, mas olham para aquilo que pode significar para um determinado grupo social ou indivíduo, como afirma Hermógenes no diálogo meio aturado mantido com Sócrates sobre os nomes, que segundo ele são por convenção. Ora, vejamos o trecho do diálogo:

Sócrates - Poderá ser como dizes, Hermógenes, investiguemos então. Aquele nome que alguém estabeleça dar a cada coisa, será o nome de cada coisa?

Hermógenes - É o que me parece.

Sócrates - Quer tenha um particular ou uma cidade a dar-lhe esse nome?

Hermógenes - Sim.

Sócrates - Mas então, se eu der um nome a uma coisa, por exemplo se chamar cavalo àquele a que agora damos o nome de homem, e homem àquele a que damos o nome de cavalo, será o nome disso homem para as pessoas e cavalo para mim em particular? E no outro caso, homem para mim em particular e cavalo para as pessoas em geral? É isso que queres dizer?

Hermógenes - É o que me parece. (Platão, 2001, pp. 44-45)

3.5.2. Ocorrência de nomes próprios

Em relação à ocorrência de nomes próprios aqui representados, aferimos a quantidade de nomes atribuídos e o número de vezes que o mesmo nome tenha sido nomeado, tanto nos

assentos de batismo recolhidos como no inquérito realizado. Para o efeito, representámos as ocorrências dos nomes próprios retirados nos assentos de batismo nas tabelas n.º 17, 18, 19 e 20 e, por sua vez, os inquéritos nas tabelas n.º 21 e 22. As tabelas estão divididas em nomes masculinos e femininos. Nas tabelas 17 e 18 estão representados os nomes próprios masculinos e femininos e as suas devidas ocorrências da Paróquia de Santa Ana, referente aos anos de 1976, 1986, 1996, 2005 e 2006. Nas tabelas n.º 19 e 20 representámos os nomes próprios masculinos e femininos constituídos pelos assentos de batismo fornecidos pela Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, referente aos anos de 2005 e 2006. Para os nomes próprios extraídos no inquérito realizado no Complexo Escolar n.º 5056, fizemos a sua representação nas tabelas n.º 21 e 22. Na tabela n.º 21 estão representados os nomes masculinos e na tabela n.º 22 os nomes femininos. Para uma melhor interpretação, verifiquemos atentamente todas as tabelas que se seguem referentes às ocorrências de nomes masculinos e femininos das paróquias acima referidas e do inquérito, como também se referiu anteriormente.

Tabela 17. Ocorrência de nomes masculinos referente aos assentos de batismo da paróquia de Santa Ana

Nº	Nome Próprio	Ocorrências	Percentagem (%)
1	Alfredo	1	1,1
2	António	2	2,2
3	Armando	1	1,1
4	Armindo	1	1,1
5	Bartolomeu	1	1,1
6	Bastos	1	1,1
7	Cláudio	1	1,1
8	Diogo	1	1,1
9	Domingos	2	2,2
10	Emanuel	1	1,1
11	Erique	1	1,1
12	Euclides	1	1,1
13	Francisco	4	4,4
14	Frederico	1	1,1
15	Gabriel	1	1,1

16	Geovani	1	1,1
17	Gerson	1	1,1
18	Gilson	1	1,1
19	Gonçalo	1	1,1
20	Helder	2	2,2
21	Hélio	1	1,1
22	Jacinto	1	1,1
23	Jerónimo	1	1,1
24	Joaquim	1	1,1
25	José	2	2,2
26	Lucas	1	1,1
27	Manuel Inácio	1	1,1
28	Márcio	1	1,1
29	Martinho	1	1,1
30	Mateus	1	1,1
31	Nelson da Costa	1	1,1
32	Pascoal	1	1,1
33	Paulo	1	1,1
34	Wilson	2	2,2
Total Nome Próprio		42	46,7

Tabela 18. Ocorrência de nomes femininos referente aos assentos de batismo da Paróquia de Santa Ana

Nº	Nome Próprio	Ocorrências	Percentagem (%)
1	Alexandra	1	1,1
2	Ana	2	2,2
3	Ana Luísa	1	1,1
4	Antónia	1	1,1
5	Carla	1	1,1
6	Carolina	1	1,1
7	Cecília	1	1,1
8	Cremilda	1	1,1
9	Délcia	1	1,1

10	Elizabete	1	1,1
11	Ernestina	1	1,1
12	Filipa	1	1,1
13	Filomena	1	1,1
14	Flora	1	1,1
15	Georgina	1	1,1
16	Helena	3	3,3
17	Hermínia	1	1,1
18	Inês	1	1,1
19	Iracelma	1	1,1
20	Isabel	1	1,1
21	Ivanete	1	1,1
22	Joana	2	2,2
23	Josina	1	1,1
24	Júlia	1	1,1
25	Kátia	1	1,1
26	Loide	1	1,1
27	Luisa	1	1,1
28	Luzia	1	1,1
29	Madalena	1	1,1
30	Margarida	1	1,1
31	Maria	5	5,6
32	Maria de Fátima	1	1,1
33	Neide	1	1,1
34	Paulina	1	1,1
35	Rita	1	1,1
36	Rosa Arlete	1	1,1
37	Teresa	1	1,1
38	Victória	2	2,2
39	Yanick	1	1,1
Total Nome Próprio		48	53,3

No total de 90 nomes próprios retirados nos assentos de batismo da Paróquia de Santa Ana, 42 representam os nomes do género masculino e 48, por sua vez, representam os nomes do

género feminino. Estando representados nas tabelas n.º 17 e 18, os nomes do género masculino têm um valor percentual de 46,7% e os nomes do género feminino de 53,3%. Assim, a soma dos dois valores percentuais totalizam os 100% dos nomes subtraídos nos assentos de batismo da Paróquia de Santa Ana.

Tabela 19. Ocorrência de nomes masculinos referente aos assentos de batismo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário

Nº	Nome Próprio	Ocorrências	Percentagem (%)
1	António	3	7,3
2	Artur Hossi	1	2,4
3	Cláudio	1	2,4
4	Daniel	1	2,4
5	Domingos	1	2,4
6	Fernandes	1	2,4
7	Francisco	1	2,4
8	Frederico	1	2,4
9	Gilberto	1	2,4
10	Joaquim	1	2,4
11	Joaquim Sílvio	1	2,4
12	Josil	1	2,4
13	Josimar	1	2,4
14	Manuel	2	4,9
15	Oswaldo Jorge	1	2,4
16	Raimundo	1	2,4
17	Rui	1	2,4
18	Samuel	1	2,4
19	Valdmar	1	2,4
20	Wilquem	1	2,4
Total Nome Próprio		23	56,1

Tabela 20. Ocorrência de nomes femininos referente aos assentos de batismo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário

Nº	Nome Próprio	Ocorrências	Percentagem (%)
1	Antónia	1	2,4
2	Cristina	1	2,4
3	Delfina	1	2,4
4	Elizete	1	2,4
5	Esmeralda	1	2,4
6	Florinda	1	2,4
7	Helena	1	2,4
8	Isabel Ngueve	1	2,4
9	Joana	1	2,4
10	Júlia Apanguela	1	2,4
11	Latifam	1	2,4
12	Maria	2	4,9
13	Marta	1	2,4
14	Sara	1	2,4
15	Sofia Carolina	1	2,4
16	Suzana	1	2,4
17	Tereza	1	2,4
Total Nome Próprio		18	43,9

Nas tabelas 19 e 20 representamos os nomes do género masculino e feminino retirados nos assentos de batismo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário. Os nomes do género masculino estão representados por 23 nomes próprios que equivalem a 56,1% e os nomes do género feminino por 18 nomes próprios, equivalendo a 43,9%. A soma dos dois valores percentuais dos nomes do género masculino e feminino resultam em 100% dos nomes próprios subtraídos nos assentos de batismo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário.

Tabela 21. Ocorrência de nomes masculinos inquiridos no Complexo Escolar n.º 5056

Nº	Nome Próprio	Ocorrências	Percentagem (%)
1	Alfredo	1	0,7
2	Andelson	1	0,7
3	António	4	2,7
4	Bartolomeu	1	0,7
5	Bernardo	1	0,7
6	Carlos	1	0,7
7	Cláudio	1	0,7
8	Daniel	1	0,7
9	Diamantino	1	0,7
10	Dinis	1	0,7
11	Domingos	2	1,4
12	Ebenezer	1	0,7
13	Edivaldo	1	0,7
14	Edvânio	1	0,7
15	Estevão	1	0,7
16	Fábio	2	1,4
17	Fernando	2	1,4
18	Firmino	1	0,7
19	Gildo	1	0,7
20	Gonçalves	1	0,7
21	Gui	1	0,7
22	Isaac	1	0,7
23	Jacob	1	0,7
24	Jean	1	0,7
25	João	2	1,4
26	Joaquim	2	1,4
27	Job	1	0,7
28	Joel	2	1,4
29	Jonatão	1	0,7
30	José	5	3,4
31	Josil	1	0,7

32	Júlio	1	0,7
33	Laurindo	1	0,7
34	Leonardo	1	0,7
35	Lopes	1	0,7
36	Lourenço	1	0,7
37	Luís	1	0,7
38	Mário	1	0,7
39	Mateus	1	0,7
40	Milton	1	0,7
41	Moisés	1	0,7
42	Odaír	1	0,7
43	Pedro	1	0,7
44	Rafael	1	0,7
45	Reginaldo	1	0,7
46	Roberto	1	0,7
47	Sadrack	1	0,7
48	Salomão	2	1,4
49	Sebastião	1	0,7
50	Silvino	1	0,7
51	Simão	1	0,7
52	Tanislau	1	0,7
53	Tomás	1	0,7
54	Victor	1	0,7
55	Zaqueu	1	0,7
Total Nome Próprio		69	46,9

Tabela 22. Ocorrência de nomes femininos inquiridos no Complexo Escolar n.º 5056

Nº	Nome Próprio	Ocorrências	Percentagem (%)
1	Adelaide	1	0,7
2	Adelina	1	0,7
3	Adriana	1	0,7
4	Alice	1	0,7
5	Amélia	2	1,4

6	Angelina	1	0,7
7	Antónia	1	0,7
8	Avelina	1	0,7
9	Bernarda	1	0,7
10	Cailane	1	0,7
11	Cândida	1	0,7
12	Carla	1	0,7
13	Cecília	1	0,7
14	Celestina	1	0,7
15	Clementina	1	0,7
16	Cristina	1	0,7
17	Dânia	1	0,7
18	Domiana	1	0,7
19	Drica	1	0,7
20	Edmira	1	0,7
21	Eliane	1	0,7
22	Elizandra	1	0,7
23	Emília	1	0,7
24	Emiliana	2	1,4
25	Engrácia	1	0,7
26	Fátima	1	0,7
27	Feliciano	1	0,7
28	Fernanda	1	0,7
29	Florinda	2	1,4
30	Gabriela	1	0,7
31	Gizela	1	0,7
32	Gressy	1	0,7
33	Irina	1	0,7
34	Isabel	2	1,4
35	Ivone	1	0,7
36	Jacira	1	0,7
37	Jéssica	1	0,7
38	Jesumina	1	0,7

39	Joana	1	0,7
40	Joaquina	1	0,7
41	Josefa	1	0,7
42	Judith	1	0,7
43	Júlia	1	0,7
44	Kiavúia	1	0,7
45	Laureta	1	0,7
46	Leonara	1	0,7
47	Loide	1	0,7
48	Lúcia	1	0,7
49	Luisa	2	1,4
50	Madalena	1	0,7
51	Manuela	1	0,7
52	Marcelina	1	0,7
53	Márcia	1	0,7
54	Margarida	1	0,7
55	Maria	2	1,4
56	Marlene	1	0,7
57	Milca	1	0,7
58	Míria	1	0,7
59	Natália	1	0,7
60	Ngueve	1	0,7
61	Rosalina	1	0,7
62	Samara	1	0,7
63	Shelsia	1	0,7
64	Suzana	1	0,7
65	Teresa	1	0,7
66	Treusa	1	0,7
67	Uganda	1	0,7
68	Vanuza	1	0,7
69	Victória	2	1,4
70	Vitória	1	0,7
71	Yomara	1	0,7
Total Nome Próprio		78	53,1

Nos inquéritos realizados no Complexo Escolar n.º 5056 e representados nas tabelas de ocorrências n.º 21 e 22, 69 nomes que equivalem a 46,9% correspondem aos nomes próprios do género masculino e, por sua vez, 78 nomes que equivalem a 53,1% correspondem aos nomes próprios do género feminino. O valor percentual dos nomes do género masculino mais o valor dos nomes do género feminino corresponde a 100% dos 147 nomes próprios aqui representados.

3.5.3. Os Nomes próprios e os seus significados de acordo com as suas origens

Nesta secção apresentámos duas tabelas dos nomes próprios e seus significados de acordo com as suas origens. Na tabela n.º 23 apresentámos 15 nomes próprios masculinos (aqueles que preencheram integralmente a nossa grelha de recolha de dados) a título representativo com as suas origens e significados. De igual modo, na tabela n.º 24 representámos 14 nomes próprios femininos com as devidas origens e significados.

Tabela 23. Nomes masculinos e seus significados

Nome Próprio	Origem	Significado(s)
Daniel	Hebraica	O Senhor é o meu juiz, Deus é meu juiz.
Ebenezer	Hebraica	Pedra do socorro ou pedra da ajuda.
Fábio	Latina	Plantador de favas ou prosperidade e sorte.
Fernando	Germânica	Ousado para atingir a paz, o que ousa viajar, viajante corajoso.
Jean	Hebraica/Francesa	Agraciado por Deus, a graça e misericórdia de Deus, Deus perdoa ou Deus é cheio de graça.
Joaquim	Hebraica	Jeová estabeleceu ou Deus estabeleceu.
Joel	Hebraica	O Jeová é Deus, o Senhor é Deus.
Laurindo	Teutônica, Latina, Portuguesa	Triunfante e bela ou belo loureiro.
Luís	Germânica	Combatente glorioso, ilustre guerreiro ou célebre na guerra.
Odair	Germânica	Rico, poderoso.

Rafael	Hebraica	Deus curou ou curado por Deus.
Roberto	Germânica	Aquele que a glória tornou famoso ou famoso e glorioso.
Salomão	Hebraica	O pacífico.
Silvino	Latina	Aquele que veio da floresta ou o deus grego das árvores.
Victor	Latina	Vencedor, vitorioso, conquistador.

Tabela 24. Nomes femininos e seus significados

Nome Próprio	Origem	Significado(s)
Adriana	Latina	Aquela que vem da Ádria ou aquela que é escura.
Adelina	Germânica	Serpente nobre, serpente da nobreza ou pequena nobre.
Avelina	Espanhola, Portuguesa	Habitante na cidade abundante em avelãs.
Eliane	Hebraica, Latina	Bela como o sol, da natureza do altíssimo.
Elizandra	Grega, Hebraica	Aquela que liberta os homens, libertadora dos homens, protetora do homem ou defensora da humanidade.
Engrácia	Teutônica	Aquela que tem graça
Florinda	Latina	Pertencente à flor, da natureza da flor, flor linda ou aquela que começa a florescer.
Irina	Grega	A pacificadora
Isabel	Hebraica, Francesa, Espanhola, Portuguesa	Pura, casta, aquela que cumpre com as promessas.
Josefa	Hebraica	Aquele que acrescenta, acréscimo do Senhor ou Deus multiplica.
Júlia	Grega, Latina	Fofa, macia, jovem.
Kiavúá	Kikongo	Minha coisa, uma coisa que me pertence, é minha.

Natália	Latina	Nascida no dia de Natal.
Victória	Latina	Vitória, vencedora, aquela que vence.

3.5.4. Situação em que o nome próprio é atribuído e o significado conhecido pelo progenitor ou encarregado de educação

Os nomes próprios em Angola, muitas vezes, são atribuídos de acordo com cada situação ou contexto, conforme nos referimos muitas vezes ao longo do trabalho, e podem ser determinados de acordo com as necessidades sociais ou o papel social dos pais que também pode influenciar fortemente na escolha do nome. Os pais quando pensam atribuir um certo nome ao filho ou à filha, antes ou depois de a criança vir ao mundo, pretendem sempre relacioná-lo a um evento, uma situação de alegria ou mesmo, em certos casos, tentam relacioná-lo aos momentos tristes. Vasconcellos (1928) no seu manual de estudos antroponímicos faz uma abordagem clara sobre o dito anteriormente de seguinte modo:

Em todo o caso convém observar que os nomes pessoais nascem, em regra, de expressões da língua comum, isto é, ou de palavras simples, de derivados e de compostos, ou de frases: e referem-se em seus primórdios, conforme as línguas, a coisas e fenómenos da Natureza, ao tempo (como duração), à geografia, a qualidades físicas e morais dos indivíduos, a circunstâncias, necessidades e ocupações da vida ordinária, à religião ou à magia, à guerra, a domínio (em todo o sentido), a estados sociais, etc. (p. 23).

Na cultura dos bakongo, o nome próprio “Yamba” é atribuído a crianças, maioritariamente femininas, quando estas nascem no momento em que a família esteja numa infelicidade em que tenha perdido um membro na família (situação de óbito). A estas crianças atribuem-se o nome de “Yamba” que quer dizer tristeza, infeliz ou infelicidade. Existem nesta cultura vários nomes que indicam diferentes e muitas outras situações.

O exemplo colocado anteriormente do nome “Yamba” enquadra-se nos fatores ou contextos culturais ou ainda tradicionais, pois cada cultura tem a sua maneira de fazer as coisas, como também de as perceber. Quando se pensa atribuir nome a alguém por homenagem, isto é, homenagear alguém porque representa para esta ou aquela família um orgulho, pensa-se diretamente nos feitos e qualidades que esta pessoa possui, porque podem ser benéficos à pessoa nomeada. Isto significa que, ao atribuir um nome não se pensa, em princípio, na sua origem e significado que possa ter desde o momento que surgiu, nem como foi aplicado, mas pensa-se nas qualidades do homenageado que possui tal nome e, por conseguinte, o

significado será o que a pessoa homenageada representa para aquela família. O contexto que entra em causa aqui é familiar ou social, pois o relacionamento obtido no seio familiar ou social condiciona toda a situação.

Alguns estudos mostram que se um nome atribuído a uma coisa e esta não mostrar os seus efeitos, então, o nome deve ser substituído para se adequar à coisa (Dulley, 2015, p. 166). Não deve haver distinção entre o nome e a coisa nomeada. Logo, espera-se que a pessoa nomeada tenha qualidades desejadas pela família, embora nem sempre se obtém essas concordâncias, mas é este o caminho que muitas famílias utilizam ou seguem para nomear ou atribuir nomes aos seus filhos.

3.5.5. Nomes e significados conhecidos pelos P/Enc.Ed.

Nas tabelas n.º 25 e 26 que se seguem representámos os nomes próprios, a semelhança das tabelas n.º 23 e 24, onde tentamos perceber, essencialmente, as suas classificações, as situações em que foram atribuídos e os significados conhecidos pelos P/Enc.Ed.. Para melhor leitura e compreensão dos dados que apresentámos, distribuímos os nomes em duas tabelas. Na tabela n.º 25 estão representados 15 nomes masculinos com as suas classificações, as situações que tiveram em causa nas suas atribuições e os significados conhecidos pelos P/Enc.Ed. Por sua vez, na tabela n.º 26 foram representados 14 nomes femininos com as suas classificações, as situações de atribuição e os seus significados conhecidos pelos P/Enc.Ed.

Tabela 25. Nomes masculinos e significados conhecidos pelos P/Enc.Ed.

Nome Próprio	Classificação	A situação em que o nome é atribuído	Significado conhecido pelos P/Enc.Ed.
Daniel	Homenagem	O parto foi muito difícil e perigoso. O médico teve de se empenhar muito para salvar o bebé.	Sacrifício.
Ebenezer	Bíblico	Situações de lutas contra os príncipes das trevas deste século.	Vitórias em Cristo Jesus ou em Jesus Cristo.
Fábio	Tradicional	Situação de felicidade	Símbolo de muita sorte.
Fernando	Homenagem	Familiar	Importante na família
Jean	Homenagem	Casamento dos seus tios	Felicidade

Joaquim	Homenagem	Pensou-se atribuir este nome ao filho depois do desaparecimento físico do seu avô.	Um nome forte, homem lutador, pessoa que não se abala.
Joel	Homenagem	Numa situação de alegria e esperança, pensando sobre alguém	Homem que batalha e consegue conquistar as suas riquezas.
Laurindo	Homenagem	Alusivo ao mês da criança	Boa vida
Luís	Homenagem	Momento de alegria, paz e muito amor	Respeito e carinho
Odair	Homenagem	O nome foi atribuído num momento que a família se encontrava a festejar, momento de alegria	Obediente
Rafael	Homenagem	O nome foi pensado em função da novela intitulada “A cor do pecado”.	Um dia de felicidade.
Roberto	Homenagem	Pensou-se em atribuir o nome no momento em que se assistia ao espetáculo do cantor brasileiro Roberto Carlos.	Glorioso.
Salomão	Homenagem	Em memória do seu avô (durante a gestação a sua mãe pensava muito sobre o seu falecido pai).	Humildade.
Silvino	Homenagem	O menino nasceu em casa de alguém e não no hospital.	Considerado.
Victor	Homenagem	Único filho que o casal viria a ter	Vitorioso.

Tabela 26. Nomes femininos e significados conhecidos pelos P/Enc.Ed

Nome Próprio	Classificação	A situação em que o nome é atribuído
Adriana	Homenagem	Ocasão festiva.
Antónia	Homenagem	Decisão tomada por uma irmã do pai da menina.
Avelina	Homenagem	No momento do registo civil.

Elizandra	Homenagem	Felicidade.
Engrácia	Irmandade	Por pertencer ao mesmo mês de um dos irmãos.
Florinda	Homenagem	Por continuidade na família.
Florinda	Homenagem	Chovia muito.
Irina	Tradicional	Em comemoração da festa de Natal.
Isabel	Homenagem	Alegria.
Josefa	Homenagem	Numa sentada familiar.
Júlia	Homenagem	Pela vontade da sua avó.
Kiavúa	Tradicional	Nasce numa época de pobreza.
Natália	Homenagem	Nasce no dia do aniversário do seu avô.
Victória	Homenagem	No momento em que não se acreditava que se teria a terceira filha no casamento.

Conclusão

O domínio da LP em Angola ao nível das academias, administração pública e das relações internacionais tem feito com que cada vez mais o povo angolano não use com frequência outros sistemas linguísticos disponíveis, porque a LP está presente na vida quotidiana de todos os cidadãos em vários domínios, mesmo que as línguas de origem bantu interfiram em alguns momentos e aspetos. As línguas bantu em Angola estão no segundo plano e veem a LP cada vez mais com um elevado número de falantes e muito mais espaço no território nacional, seja ela a língua segunda seja a primeira língua dos falantes em Angola. O contacto da LP com as línguas de origem bantu é inevitável e as relações de interferências têm contribuído no léxico de cada língua, ou seja, o léxico da LP enriquece o léxico das línguas bantu e vice-versa. Falar a LP como a língua segunda ou como a língua não materna significa envolver-se numa estrutura linguística totalmente diferente. Por este facto surgem as interferências das línguas maternas desses falantes na língua segunda, principalmente, ao nível morfológico, sintático, fonético e lexical.

Com a exigência que se fez ao povo angolano na aprendizagem da LP pela escolarização e administração pública, isto é, tanto antes da independência e que se continuou a fazer, implicitamente, depois da independência teve na base de muitos angolanos agora terem o português como a língua materna. A maior parte dos angolanos que tem o português como a língua materna vive na capital do país. Devido à Guerra Civil que o país viveu durante muito tempo, entre 1975 e 2002, fez com que muitos cidadãos deslocassem das suas zonas de conforto em direção à capital, onde se vivia um clima sem grandes tumultos. Ao instalarem-se na capital do país, estes cidadãos viram-se rapidamente obrigados a falar o português para que conseguissem interagir com o povo local e, por sua vez, procurar entrar no mercado de trabalho cuja língua exigida, em grande medida, era o português. Com o passar do tempo, o povo que se fixou na capital começou a alargar a sua família, fazendo mais filhos e, em consequência disso, surgiu uma nova geração, geração esta que começou a ter o português como a sua língua materna, transmitindo-a posteriormente para outras gerações que vão surgindo até ao momento.

O estudo da antroponímia em Angola e particularmente na província de Luanda, uma província com a maior confluência cultural, de povos e, obviamente, de várias línguas tem a ver, em primeiro lugar, com a situação multilingue que o país vive e por ser o centro das atrações de todo o território nacional. Uma língua acarreta sempre aspetos culturais, pois, com ela, manifesta-se a cultura de um determinado povo, crenças, etc. Por esta razão, se

quiser dominar um povo, basta cortar-lhe a língua impondo a sua, a exemplo do que aconteceu em Angola no período do domínio português.

Com a imposição que o povo angolano sofreu para falar a LP, mesmo depois da independência, foi-se perdendo, aos poucos, a cultura de se comunicar em línguas autóctones, priorizando a LP quase em todos os momentos. Como a LP era falada quase em todos os momentos, o povo, paulatinamente, deixava de pensar na sua língua autóctone ou materna de origem bantu e passava a cultivar toda a cultura europeia levada pelos portugueses àquele território nacional. Obviamente, pensar em LP é estar mergulhado na cultura desta língua e povo, por isso a antroponímia do país é muito influenciada pela cultura portuguesa. Se repararmos, ao longo da nossa pesquisa, constatámos seis principais elementos que passaremos a enumerar imediatamente:

- a) Os nomes próprios atribuídos em Luanda no período pós-independência, tanto nos assentos de batismo recolhidos nas paróquias de Santa Ana e de Nossa Senhora do Rosário, como nos inquéritos aplicados no Complexo Escolar n.º 5056-Escolinha da Paz, são nomes próprios maioritariamente atribuídos em LP.
- b) Verificou-se duas atribuições de nomes próprios em línguas bantu, em Luanda, no período pós-independência, tanto nos assentos de batismo recolhidos nas paróquias de Santa Ana e de Nossa Senhora do Rosário, como nos inquéritos aplicados no Complexo Escolar n.º 5056-Escolinha da Paz.
- c) Os significados dos nomes próprios não estão ligados às origens ou às etimologias na sua grande maioria, mas ligam-se aos momentos, contextos ou aos acontecimentos que envolvem o período antes, durante e depois do nascimento de um novo membro na família. Esta forma de o nome significar representa o modo como o povo bantu procede para atribuir nomes. Isto significa que, embora use a LP, o *modus operandi* é o da tradição da cultura bantu, tradição essa que foi salvaguardada.
- d) Constatou-se que a atribuição dos nomes próprios obedece a uma classificação específica. A maior parte dos nomes próprios atribuídos pertence à classificação “homenagem” e uma pequena parte surge com a classificação bíblica.
- e) Tendencialmente vão surgindo nomes atribuídos por irmandade e em algumas ocasiões nomes atribuídos pela junção de dois nomes, isto é, o nome do pai e o da mãe ou o nome da mãe e o da avó, etc. Esta junção também se pode considerar pelo fenómeno de truncação ou simplesmente por junção antroponímica.

- f) Finalmente, os nomes tradicionais, que surgem em menor escala, não têm muitas evidências na antroponímia de Luanda, como também não constatamos o modismo, ou seja, nomes atribuídos por influência da moda. Os nomes estrangeiros também não aparecem em grande número.

A realidade apresentada neste trabalho de pesquisa mostra que é preciso criar incentivos para que as línguas autóctones comecem a ter espaço no país. Gostaríamos que o governo angolano começasse, em primeiro lugar, a pensar na implementação das línguas bantu mais faladas em Angola nas escolas do ensino primário em todas as regiões do território nacional, para que se desse início a transmissão, desde muito cedo, da cultura bantu aos mais pequenos. Estamos a falar nomeadamente das línguas umbundu, kimbundu e kikongo que, pelo que se sabe, são as línguas bantu mais faladas em Angola. Se quisermos que a antroponímia angolana tenha aspetos totalmente da cultura do país em todo o espaço nacional e particularmente em Luanda, seria necessário que se fortalecesse a cultura local em todos os domínios da sociedade. A cultura fortalece a nação e quanto mais cultura tivermos, mais Angola teremos.

É necessário que o povo angolano, principalmente o que se encontra na capital do país, volte a ter contactos permanentemente com as suas línguas autóctones, porque daí vem a sua originalidade. Por outro lado, gostaríamos de manifestar a nossa intenção pedindo aos governantes angolanos para que revejam a Lei 10/85 que regula a atribuição de nomes. Os direitos linguísticos de cada povo, indivíduo, cidadão ou região deveriam ser contemplados para que todos os angolanos se revissem nesta lei. A lei acima mencionada deveria conter, pelo menos, uma alínea que introduzisse a liberdade de se atribuir e registar alguém que possua todo o seu nome completo constituído numa determinada língua bantu. Pondo isto em prática, estaríamos a conceder liberdade às famílias a não terem limites para atribuir nomes, desde que não ofendam nenhuma cultura. Se isto vier acontecer, começaríamos a atribuir e a conservar os nomes de origem bantu e, conseqüentemente, as próprias culturas.

A política linguística angolana não pode continuar a promover somente a LP, mas também tem de começar a valorizar todas as línguas de Angola, sejam elas de origem bantu sejam não bantu. Se não se começar a valorizar todas as línguas que constituem o acervo linguístico do país, vamos começar a constatar o desaparecimento de algumas delas dentro de alguns anos, pois, muitas delas são ágrafas. Insistentemente falamos sobre a importância da valorização das línguas de Angola, na medida em que são elas que sustentam a antroponímia do país.

O futuro da antroponímia está, até certo ponto, nas políticas linguísticas que o governo

angolano for traçando e na valorização de todas as línguas de Angola, bantu e não bantu. O país é multilíngue, o que significa que também é normal termos uma antroponímia diversificada.

Este trabalho vem dar um contributo ou uma continuidade a vários outros já desenvolvidos na mesma área, mas impõe-se aqui uma particularidade por se delimitar no estudo dos nomes próprios. Por este facto, esperamos que a presente dissertação venha contribuir grandemente no estudo da antroponímia no país e que dê uma outra visão ao estudo dos nomes próprios. Por outro lado, trabalhos deste género podem ser alargados para o estudo de atribuição de nomes cujos nomes completos sejam constituídos apenas por dois nomes, isto é, um nome próprio e um apelido, notando-se claramente a ausência do nome do avô materno que normalmente antecede o nome do avô paterno como, por exemplo, Luís Chimuku, Diogo Tomás. Os dois exemplos de nomes completos mencionados só apresentam um nome próprio e um apelido, que é o nome do avô paterno.

Finalmente, abrimos um caminho, acreditamos nós, para os futuros estudos consubstanciados em nomes próprios e numa província com um elevado grau de confluência cultural. Gostávamos que a partir deste estudo conseguíssemos despertar a comunidade académica e os investigadores a darem mais subsídios para este elemento de carácter importante que tem uma grande influência na cultura de um povo.

Bibliografia

- Afonso, A. & Nunes, C. (2011). *Estatística e Probabilidades: Aplicações e soluções em SPSS*. Lisboa, Portugal: Escolar Editora.
- Antunes, C. (2006). O dialecto rural não é mais aquele. In Seabra, de M. C. T. Costa (org.). *O léxico em estudo* (pp. 15-29). Belo Horizonte, Brasil: UFMG.
- Banza, A. P. (2014). O Português em Angola: uma questão de política. In FIEIS, Alexandra et al. (Org.). *O Universal e o particular* (pp. 29-38). Lisboa, Portugal: Colibri.
- Belo, A. (1992). *Nomes próprios*. Lisboa, Portugal: Artplural.
- Belo, A. (1997). *Mil e tal nomes próprios*. Cascais, Portugal: Editora Pergaminho.
- Branco, R. A. (2001). *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Porto, Portugal: Campo das Letras.
- Camilo, N. (2016). *É preferível bom nome a muitas riquezas: dinâmica das práticas de nomeação no extremo sul do Brasil entre o final do século XVIII e o início do século XIX*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo.
- Carreira, A., & Quintino, F. (1964). *Antroponímia da Guiné Portuguesa*. Lisboa, Portugal: Junta de Investigações do Ultramar.
- Carvalhinhos, P. de J. (2007). As Origens dos nomes de pessoas. *Domínios de linguagem, Revista Eletrónica de Linguística*, pp. 165-177. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/dom%C3%ADnios_de_linguagem/article/download/11401/6686. Consultado, no dia 17 de março de 2018.
- Castro, I. (1987). *Antroponímia em Portugal*. Lisboa, Portugal: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Castro, I. (2001). O nome dos portugueses. Consultado no dia 12/02/2019 em www.clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/2001_Nome_dos_Portugueses.pdf
- Chizzotti, A. (1991). *Pesquisa em ciências humanas e sociais* (7ª ed.). São Paulo, Brasil: Cortez Editora.
- Coan, M. & Freitag, R. M. ko (2010). Sociolinguística variacionista: Pressupostos teórico-metodológicos e propostas de ensino. *Domínios de linguagem, Revista eletrônica de linguística*, 4(2), pp.174-194. Consultado em <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>.
- Costa, A. F. (2006). *Rupturas estruturais do português e línguas bantu em Angola*. Luanda, Angola: Universidade Católica de Angola (UCAN).

- Costa, T. M. C. J. da (2013). *Os Empréstimos das línguas bantu no português falado em Angola*. Luanda, Angola.
- Dick, M. V. P. A. (1990). *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo, Brasil: Edição Arquivo do Estado.
- Dietzsch, M., J. De (2007). Crátilo e a Origem dos Nomes. In: Revista Internacional d'Humanitats 12. Disponível em: www.hottopos.com/rich_12/maryj.pdf e consultado no dia 2 de novembro de 2018, pp. 47- 60.
- Dodão, B. M. V. (2017). *Análise Descritiva dos Antropónimos da Língua kikongo*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Portugal.
- Dulley, I. (2015). *Os Nomes dos outros: Etnografia e diferença em Roy Wagner*. São Paulo, Brasil: Humanistas.
- Eckert, K. (2017). Os nomes dos alunos do IFRS Campos Bento Gonçalves: um estudo onomástico. In *Revista de Educação Ciência e Tecnologia*. V(6), nº1. Consultado no dia 22/02/2019, em: <https://periodicos.Ifr.edu.br/index.php/tear/article/viewfile>.
- Fernandes, J. & Ntondo, Z. (2002). *Angola: Povos e línguas*. Luanda, Angola: Editorial Nzila.
- Fernandes, J. P. (2007). *A história da Cidadania de Luanda: Reflexão sobre a sua abordagem nos programas do II Ciclo do Ensino Secundário*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda. Luanda: Angola.
- Ferrari, A. J. (2008). *Nomes próprios de pessoa e descrição: Estudo da descrição e do nome próprio a partir da análise de anúncios de fuga de escravos*. (Tese de doutoramento). Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp: Brasil.
- Ferreira, M. B. et al. (1996). Variação: Perspectiva dialectológica. In I. H, Faria, E. R, Pedro, I, Duarte & C. A. M, Gouveia (Orgs.). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa* (pp. 479-502). Lisboa, Portugal: Editorial Caminho.
- Freudenthal, A., Fernandes, J. M & Janeiro, M, de L. (s/d). *Angola no Século XIX: Cidades, territórios e arquitectura*.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Cascais, Portugal: Edição Príncipeia.
- Haipinge, T. M. (2017). *Antroponímia na língua oshikwanyama*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Portugal.
- Homem, M. I. M. de C. (2017). *Antroponímia e sociedade na região do Médio-Tejo português*. Lisboa, Portugal: Caleidoscópio.
- Isquerdo, A. N. & Krieger, M.G. da (2004). *As Ciências do léxico. Lexicologia, lexicografia,*

terminologia. (Vol. II). Campo Grande: Editora UFMS.

- Instituto Nacional de Estatística. (2016). *Resultados definitivos: Recenseamento geral da população e habitação – 2014*. Luanda, Angola: Gabinete Central do Censo.
- Jacob, B. M. O. (2011). *A Toponímia de Luanda: Das memórias coloniais*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Aberta: Lisboa: Portugal.
- Jespersen, O. (1924). *The philosophy of grammar*. London, Great Britain: George Allen & Unwin LTD.
- Lino, M. T. R. F. da (1979). *Importância de uma Lexicologia Contrastiva. Letras Soltas 1*. Lisboa, Portugal: Universidade Nova de Lisboa.
- Lopes, A. C. M. & Rio-Torto, G. (2007). *Semântica*. Lisboa, Portugal: Editorial Caminho.
- Macieira, S. & Ventura, M. (2007). *Como elaborar projeto, monografia e artigo científico* (5ª ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Freitas Bastos Editora.
- Marçalo, M. J. (2009). O que é a palavra? Reflexão sobre a herança gramatical greco-latina. *Filologia e Linguística Portuguesa* (10-11), 53-68.
- Marçalo, M. J. (1994). A Dinâmica da Língua: Implicações num estudo sincrónico. In Associação Portuguesa de Linguística (Org.). *Varição Linguística no Espaço, no Tempo e na Sociedade* (pp. 89-93). Lisboa, Portugal: Edições Colibri.
- Matias, M. A. (2017). *Estudo do léxico: antroponímia da província do Kwanza Norte*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Évora. Évora: Portugal.
- Mendes, A. A. (s/d). Uma breve análise a respeito dos nomes próprios. Consultado no dia 25 de dezembro de 2018, em [www. Filologia. Org. Br/xvi_cnlf/tomo_1/109. pdf](http://www.Filologia.Org.Br/xvi_cnlf/tomo_1/109.pdf).
- Mendras, H. (1975). *Princípios de sociologia: uma iniciação à análise sociológica*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar Editores.
- Miguel, M. H. (2014). *Dinâmica da Pronominalização no Português de Luanda*. Luanda, Angola: Mayamba.
- Mourão, F. A. A. (1996). A Evolução de Luanda: aspetos sócio-demográficos em relação à independência do Brasil e ao fim do tráfico. Consultado no dia 7/03/2019, pp. 57-73, em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/358911/mod_resource/content/1/A%20evolucao%20de...
- Muaca, E. A. (1999). *Breve História da Evangelização de Angola*. 2ªed. Luanda, Angola: CEAST.
- Neves, P. & Guerra, R. (2015). *Teses em ciências sociais: Dicas muito práticas*. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.
- Obata, R. (1986). *O livro dos nomes*. São Paulo, Brasil: Círculo do Livro.

- Pereira, A. & Poupa, C. (2018). *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o word* (7ª ed.). Lisboa, Portugal: Edições Sílabos.
- Pinto, P. F. (2001). *Como pensamos a nossa língua e as línguas dos outros*. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa.
- Platão (2001). *Crátilo*. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget.
- Prado, L. L. (2005). Nomes próprios gerais no contexto da semântica de J. S. Mill. Consultado no dia 25 de dezembro de 2018, em [www. Scielo. Br/ pdf/ trans/ v28n1/29407. pdf](http://www.scielo.br/pdf/trans/v28n1/29407.pdf).
- Rabinovich, F. P. et al. (1993). Atribuição de nomes próprios e seu papel no desenvolvimento segundo o relato dos nomeados. *Rev. Bras. Cresc. Des. Human.* 3(2), 119-137.
- Rabinovich, F. P. (2011). Nomes de família: nomeação, pertencimento, identidade. Programa de Pós-Graduação em família na sociedade contemporânea. Salvador: Universidade Católica de Salvador. p. 151.
- Raposo, E. B. P. & Nascimento, M. F. B. do (2013). Nomes próprios. In E. B. P. Raposo, M. F. B. do Nascimento, M. A. C. da Mota, L. Segura, A. Mendes (orgs.), *Gramática do Português* (pp. 993 – 1041). Coimbra, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Reis, F. L. dos (2018). *Investigação científica e trabalhos académicos: Guia prático*. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.
- Santos, M. L. F. de O. S. (2003). A Onomástica, o indivíduo e o grupo. Consultado no dia 27 de janeiro de 2019, em [http://repositorio. uac. pt/bitstream/10400.3/389/1/Maria_Santos_ p.229-242.pdf](http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/389/1/Maria_Santos_p.229-242.pdf).
- Santos, M. A. dos (2017). *Contribuições léxico-semânticas para o português angolano: Um estudo antroponímico na província de Benguela*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Évora. Évora: Portugal.
- Santos, B. F. M. C. dos & Cervený, C. M. de Oliveira (2013). Repetição de nome próprio: Vínculos familiares e culturais. *Vínculo*, 10(1), 29-37. Solicitado no dia 26 de janeiro de 2019, em [http:// pepsic. Bvsalud. Org/ scielo. php? Script = sci_ arttext & pid = s 1806 – 24902013000 100006 & ing = pt & tlng = pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=s1806-24902013000100006&ing=pt&tlng=pt).
- Serra, P. C. (1967). *Contribuição topo-antroponímica para o estudo do povoamento do noroeste peninsular*. Lisboa, Portugal: Livraria Sá da Costa.
- Serrote, J. M. (2015). *Antroponímia da língua kimbundu em Malanje*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Portugal.
- Silva, A. C. da et al. (2007). *XI Congresso nacional de linguística e filologia: Círculo fluminense de estudos filológicos e linguísticos em homenagem a Joaquim Mattoso Câmara Jr.* Cadernos do CNLF, 11(3). Rio de Janeiro, Brasil: Cifefil.

- Silva, S. de S. (2012). Antroponímia portuguesa: Um breve estudo acerca dos sobrenomes no período medieval. 4(1), 31-40. Solicitado no dia 25 de fevereiro de 2019, em www.Revistavoos.com.br. Voos Revista Polidisciplinar Eletrónica da Faculdade Guairacá.
- Sim-Sim, I. et al. (1997). *A Língua materna na educação básica: Competências nucleares e níveis de desempenho*. Lisboa, Portugal: Editor Ministério da Educação - Departamento da Educação básica, colecção reflexão participada.
- Sociedade Bíblica de Portugal (1994). *Bíblia sagrada* (2ª ed.). Lisboa, Portugal: Sociedade Bíblica de Portugal.
- Soledade, J. A. (2012). Antroponímia no português arcaico: Aportes sobre a sufixação em nomes personativos. In T. Lobo, Z. Carneiro, J. Soledade, A. Almeida & Ribeiro (orgs.), *Rosae: Linguística histórica, história das línguas e outras histórias* (pp. 323-336). Consultada online, no dia 20 de março de 2018.
- Souza, L., F. (2010). *Crátilo: Estudo e tradução*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo: Brasil.
- Spinassé, K. P. (2006). *Os Conceitos língua materna, segunda língua e língua estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no sul do Brasil*. Consultada online em www.Revistacontingentia.com, no dia 10 de janeiro de 2019, pp. 1-8.
- Teyssier, P. (1994). *História da língua portuguesa*. Lisboa, Portugal: Livraria Sá da Costa.
- Vasconcellos, J. L. (1928). *Antroponímia portuguesa*. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional.
- Vasconcellos, J. L. (1931). *Opúsculos onomatologia*. (vol. III). Coimbra, Portugal: Coimbra – Imprensa da Universidade.
- Vasconcellos, J. L. (1887). *Revista Lusitana: Arquivo de estudos filológicos e etnológicos*. Livraria Portuense.
- Vilela, M. (1979). *Estruturas léxicas do português*. Coimbra, Portugal: Almedina.
- Yambo, F. X. (2003). *Pequeno dicionário antroponímico umbundu*. Luanda, Angola: Editorial Nzila.

Outros Documentos

- António, H. (2018, novembro 6-19). Antroponímia kwanyama: Uma perspectiva filosófica. *Jornal Angolano de Artes e Letras*, p.19.
- Malunga, M. D., Oliveira, J. de (2005). Código do registo civil: aprovado pela Lei 12/2004, de 18 de dezembro. Moçambique: GRIEC.
- Constituição da República de Angola (2010). Luanda, Angola: Imprensa Nacional.
- Composição do nome (legislação portuguesa). Decreto Lei n.º 131/95. Diário da República n.º 131/1995, Série I-A de 1995-06-06.
- Decreto-Lei n.º 324/2007 - Diário da República n.º 188/2007, Série I de 2007-09-28, em vigor a partir de 2007-09-29.
- Decreto Executivo Conjunto n.º 267/017 de 7 de dezembro, que aprova a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino Conjugado com as disposições do Decreto Presidencial n.º 104/11, de 23 de maio, que define as condições e procedimentos de elaboração, gestão e controlo dos quadros de pessoal da Administração Pública.
- Decreto Executivo n.º 93/06: Cria e aprova o quadro de pessoal para as Escolas do Ensino Primário da Província de Luanda, Municípios do Sambizanga⁴⁸, Kilamba Kiaxi, Cazenga e Viana.
- Diário da República; Órgão Oficial da República de Angola (2016). Lei da Divisão Político Administrativa N.º 18/16 de 17 de outubro, I Série- N.º 173: Imprensa Nacional.
- Diário da República; Órgão Oficial da República de Angola (1985). Lei sobre a composição dos nomes N.º 10/85 de 19 de outubro, I Série-N.º 84: Imprensa Nacional.
- Diário da República; Órgão Oficial da República de Angola (1977). Lei sobre normas de registos civil N.º 10/77 de 9 de abril, I Série-N.º 105: Imprensa Nacional.
- Diário da República; Órgão Oficial da República de Angola (2016). Lei de Bases da Organização Administrativa do Território, que estabelece as bases para a organização do território da República de Angola, para fins político-administrativos e a designação, criação, classificação e progressão das unidades urbanas e outros aglomerados populacionais. Lei n.º 13/16, I Série – N.º 155: Imprensa Nacional.
- Dicionário da Língua Portuguesa (2015). Porto Editora, p. 1469.

⁴⁸ Sambizanga, na atual Divisão Administrativa de Luanda, passou a ser distrito urbano pertencente ao município de Luanda.

Anexos

Anexo n.º 1. Assento de batismo

N.º 007	aos vinte e sete dias do mês de Março do ano de dois mil e cinco, nesta igreja Paroquial de Santa Ana Município de Kilamba Kidaxi
Francisco Gaspar Z. Cazanga	Dioocese de Luanda
no 5	baptizá-lo solenemente um indivíduo do sexo Masculino a quem se deu o nome de Francisco Gaspar Z. Cazanga e que nasceu em Luanda Município de Kilamba Kidaxi - Naves Bendinhas 00 horas e minutos do dia dezasseis do mês de Agosto do ano de mil e novecentos e setenta e quatro
<p>No mesmo dia (17.02.05) recebeu o 1.º sacramento.</p> <p>Foi Cruzado nesta Igreja Paroquial de Santa Ana, no dia 20.7.05, por p. Luísa Jaczic.</p>	<p>filho de Gaspar Cazanga; Operário natural de C. Cabassa; Banga; K. Norte estado Solteiro e residente em Luanda, Hóji ya Henda e de Teresa António Zua; Doméstica natural de C. Cabassa; Banga-Kuanza Norte estado Solteira e residente em Luanda, Hóji ya Henda neto paterno de Cazanga Mulele e de Suana Dala e materno de António Zua e de Massuia Hebo</p> <p>Foi Padrinho Manuel Francisco Brito; Mecânico residente em Luanda estado Casado</p> <p>Madrinha Branca António Gonçalves Brito; Policial residente em Luanda estado Casada</p> <p>os quais sei serem os próprios</p>

Anexo n.º 2. Assento de batismo

Fls. 10	
Assento Nº <u>940</u>	Aos <u>11</u> dia(s) do mês de <u>julho</u> do ano <u>2005</u>
<u>ANTÓNIA CANDAMBUA</u>	na <u>Paróquia de Nossa Senhora do Rosário</u>
filho de <u>Vicente</u>	município de <u>siara</u> província de <u>Luanda</u>
<u>Dominges</u>	Arquidiocese de Luanda, baptizei solenemente um indivíduo de sexo
e de <u>Mariana</u>	<u>Feminino</u> a quem foi posto o nome de <u>ANTÓNIA</u>
<u>Sungu</u>	<u>CANDAMBUA</u>
Primeira Comunhão	e que nasceu em <u>siara</u>
Em _____	no dia <u>11</u> do mês de <u>julho</u> do ano de <u>2005</u>
a _____ de _____ de 200	filho de <u>Vicente Dominges</u>
O Pároco _____	no estado de <u>Solteiro</u> na profissão de <u>Militar</u>
Confirmado pelo Ex.mº Sr. _____	natural de <u>Bimbe-Kuambo</u>
_____	e de <u>Mariana Sungu</u>
Em _____	no estado de <u>Solteiro</u> na profissão de <u>Doméstica</u>
a _____ de _____ de 200	natural de <u>Chicala-Pholobanga</u>
O Pároco _____	e moradores de <u>KM-9A, siara</u>
Contratou matrimónio com _____	neto paterno de <u>Dominges Chilanda e</u>
_____	<u>Marta Wachimuna</u>
Em _____	neto materno de <u>Afonso Sitataiala e</u>
a _____ de _____ de 200	<u>Valéria Nangulu</u>
O Pároco _____	Ministro do Baptismo <u>Te. José Jorge de Sousa Alves</u>
Faleceu _____	Foi padrinho <u>Isaac Maitjenge</u>
Em _____	no estado de <u>Casado</u> na profissão de <u>Funcionário Público</u>
a _____ de _____ de 200	natural de <u>Kuambo</u>
O Pároco _____	e madrinha <u>Valéria gamba</u>
Observações: _____	no estado de <u>Casada</u> na profissão de <u>Doméstica</u>
_____	natural de <u>Insini-Kuambo</u>
_____	comigo assinam _____
_____	_____
_____	_____

Anexo n.º 3. Grelha de recolha de dados

Grelha de Recolha de Dados

Nome completo do aluno: *Kianúia Catarina Calambo*Classe: *8*Idade: *16*

Género: M () / F (x)

Nome (s) próprio(s)	<i>Kianúia</i>
Língua (s) - Origem	<i>Kicongo Origem Baixo Kongo</i>
Significado (s)	<i>Co-que tem para seguir - la</i>
Classificação/Composição	<i>Tradicional</i>
A situação em que o nome é atribuído	<i>Pobreza.</i>
Significado conhecido pelo (s) progenitor (es)/ encarregado (s) de educação	<i>Deu-se este nome porq um moçcu em época de pobreza.</i>

Anexo n.º 4. Grelha de recolha de dados

Grelha de Recolha de Dados

Nome completo do aluno: *Josefa Quijengo Massanga*
 Classe: *8ª*
 Idade: *15*
 Género: M () / F (X)

Nome (s) próprio(s)	<i>Josefa</i>
Língua (s) - Origem	<i>Português</i>
Significado (s)	<i>Deus acrescenta</i>
Classificação/Composição	<i>Homenagem</i>
A situação em que o nome é atribuído	<i>Em uma sentença familiar</i>
Significado conhecido pelo (s) progenitor (es)/ encarregado (s) de educação	<i>Orgulho</i>

Anexo n.º 5. Grelha de recolha de dados

Grelha de Recolha de Dados

Nome completo do aluno:

Ebeneser Nataniel M. Piloto

Classe: 8ª

Idade: 13

Género: M (x) / F ()

Nome (s) próprio(s)	Ebeneser
Língua (s) - Origem	Português
Significado (s)	Até aqui nos ajudou o Senhor
Classificação/Composição	Bíblica
A situação em que o nome é atribuído	Situações de lutas contra os príncipes das trevas deste século
Significado conhecido pelo (s) progenitor (es)/ encarregado (s) de educação	Victórias em Cristo Jesus.

Anexo n.º 6. Lei angolana da composição dos nomes n.º10/85



Sábado, 19 de Outubro de 1985

1.ª Série — N.º 84

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Preço de cada número — Ex 4.00

Tudo e correspondência, que abran- que refere a assinatura e assinatura do «Diário da República», deve ser dirigido à Imprensa Nacional — U. E. E., em Luanda, Caixa Postal 1206 — Fax Teleg. «Imprensa»		ASSINATURAS		O preço dos volumes 1 de Ex 12.00 a cada volume do respectivo volume de seis, dependendo a sua publica- ção de decisões sobre a criação de Tribunais de Imprensa Nacional — O. E. E.	
		Ass			
A 1.ª série	—	Ex	1.000.00		
A 2.ª série	—	Ex	700.00		
A 3.ª série	—	Ex	300.00		
A 4.ª série	—	Ex	600.00		

IMPRENSA NACIONAL-U. E. E.

Aviso

Avisa-se ao público que a Imprensa Nacional — U. E. E., vende papel de 23 linhas ao preço de Ex 18,00 a folha.

SUMARIO

Comissão Permanente da Assembleia do Povo

Lei n.º 10/85:

sobre a composição do nome.

COMISSÃO PERMANENTE DA ASSEMBLEIA DO POVO

Lei n.º 10/85

de 18 de Outubro

A Lei n.º 10/77, de 9 de Abril, introduziu algumas alterações ao Código Civil vigente, designadamente no respeitante à composição do nome dos cidadãos e ao número máximo de vocábulos permitidos, que foi fixado em quatro.

A prática vem, porém, demonstrando que tal alteração não é a que melhor se ajusta às especificidades da nossa realidade social, sendo aconselhável aumentar aquele limite máximo.

Por outro lado, não sendo ainda possível estabelecer uma lista onerosa genérica, torna-se desde já necessário prever a possibilidade de recusa da escolha do nome manifestamente inadequados à função jurídica e social de que o nome se reveste.

Assim, ao abrigo da alínea b) do artigo 38.º e do artigo 69.º da Lei Constitucional e ao uso da faculdade que me é conferida pela alínea f) do artigo 55.º da mesma Lei, a Comissão Permanente da Assem-

bléia do Povo aprova e eu assino e faço publicar a seguinte Lei.

Artigo 1.º O artigo 1.º da Lei n.º 10/77, de 9 de Abril, passa a ter a seguinte redacção:

1. O nome completo compreende, no mínimo, de cinco vocábulos gramaticais simples, dos dos quais se podem corresponder ao nome próprio e os restantes ao apelido.

2. Em casos devidamente justificados, atendendo à composição dos apelidos dos portugueses, o número máximo de vocábulos poderá ser elevado a seis, mantendo-se contudo o limite de dois para o nome próprio.

3. Os nomes próprios, ou pelo menos um deles, são em língua nacional ou em língua portuguesa.

4. Os nomes próprios em outras línguas serão admitidos na sua forma original ou adaptada.

5. Os apelidos são obrigatórios e serão escolhidos entre os pertencentes às famílias paterna, materna ou ambas dos progenitores do registado. No caso dos progenitores do registado não terem apelido, será este escolhido pelo declarante, de preferência de acordo com o funcionário perante quem for prestada a declaração.

Art. 2.º 1. Os conservadores ao poderão recusar a escolha do nome que se apostarem manifestamente inadequados à luz da dignidade e seriedade de que se deve revestir a atribuição do nome às pessoas.

2. Da recusa cabe recurso hierárquico aos termos gerais previstos no Código do Registo Civil, faculdade que deverá ser obrigatoriamente comunicada aos interessados.

Vota e aprovada pela Comissão Permanente da Assembleia do Povo.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Outubro de 1985.

O Presidente da República, José ENRIQUE DOS SANTOS.